

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO
AMBIENTE

MIRELA CARINE SANTOS ARAÚJO

CONFLITOS E IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DO TURISMO DE
SEGUNDA RESIDÊNCIA NA VILA DE BARRA GRANDE, NO
MUNICÍPIO DE VERA CRUZ – BAHIA

SÃO CRISTÓVÃO

2015

MIRELA CARINE SANTOS ARAÚJO

**CONFLITOS E IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DO TURISMO DE
SEGUNDA RESIDÊNCIA NA VILA DE BARRA GRANDE, NO
MUNICÍPIO DE VERA CRUZ – BAHIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Hélio Mário de Araújo

SÃO CRISTÓVÃO

2015

MIRELA CARINE SANTOS ARAÚJO

**CONFLITOS E IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DO TURISMO DE
SEGUNDA RESIDÊNCIA NA VILA DE BARRA GRANDE, NO
MUNICÍPIO DE VERA CRUZ – BAHIA**

Dissertação de Mestrado defendida por Mirela Carine Santos Araújo e aprovada em 05 de fevereiro de 2015, avaliada pela banca examinadora constituída pelos professores:

Profº. Dr. Hélio Mário de Araújo
Universidade Federal de Sergipe - UFS

Profª. Dra. Dária Maria Cardoso Nascimento
Universidade Federal da Bahia - UFBA

Profº. Dr. Jailton de Jesus Costa
Universidade Federal de Sergipe - UFS

Este exemplar corresponde à versão final da Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe, de Mirela Carine Santos Araújo.

**Orientador: Profº. Dr. Hélio Mário de Araújo
Universidade Federal de Sergipe – UFS**

É concedido ao Núcleo responsável pelo Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe permissão para disponibilizar, reproduzir cópias desta dissertação e emprestar ou vender tais cópias.

Autora: Mirela Carine Santos Araújo
Universidade Federal de Sergipe - UFS

Orientador: Profº. Dr. Hélio Mário de Araújo
Universidade Federal de Sergipe – UFS

Dedico este trabalho à minha pequena Maria Eduarda (*In memoriam*) e a todos aqueles que contribuíram, direta ou indiretamente, para o êxito dessa pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Sinto-me imensamente agradecida a Deus, por toda a proteção durante a execução da pesquisa, que transcorreu com segurança e produtividade.

Agradeço ao meu orientador, professor Dr. Hélio Mário de Araújo, pelas orientações, paciência e disponibilidade de atendimento durante os dois anos do mestrado.

Agradeço, em especial, ao meu amigo, esposo e “co-orientador” extra-oficial, professor Msc. Amâncio Cardoso, pelas indicações de leitura, orientações, disponibilidade nas pesquisas de campo, apoio nas horas de desânimo e cansaço, pela paciência e pelas correções finais. Enfim, sem essa preciosa ajuda a caminhada teria sido muito mais árdua.

Agradeço eternamente aos meus pais, Edina de Souza Santos e Geraldo Araújo, pelo incentivo e apoio constantes. Aos meus irmãos, Geraldo Júnior e Daniela Araújo, que acreditam nos meus sonhos e estão sempre ao meu lado. À minha cunhada, Grazielle Collyer, por ter nos cedido sua casa em Conceição/BA, para aplicação dos questionários.

Sinto-me também agradecida a todos os professores e funcionários do PRODEMA/UFS, que contribuíram para que esta pesquisa tivesse a base socioambiental adequada. Aos meus colegas “prodemáticos” da turma 2013, aqui representados pelas colegas Alane Rodrigues e Vívian Libório, parceiras de pesquisas e trabalhos acadêmicos.

Agradeço ainda, a todos os meus amigos por compreenderem as minhas ausências, motivadas pela necessidade de momentos de solidão para estudar e pesquisar. Agradeço especialmente às amigas e professoras Msc. Renata Coppieters e Msc. Liz Rodrigues, pelas indicações de leituras e materiais para a pesquisa; e também ao meu querido amigo professor Dr. Jaime Barros, por todo apoio, esclarecimentos, materiais e orientações de pesquisa dispensadas durante esse processo.

Não poderia deixar de agradecer ao Prof. Dr. Wellington Vilar, pelo convite para participar do Grupo de Pesquisa Gestão Territorial de Ambientes Costeiros (GESTAC/IFS), o qual contribuiu para ampliar as leituras sobre a temática da pesquisa.

Agradeço também a todos os colegas da Coordenadoria de Turismo do Instituto Federal de Sergipe (IFS), pelo apoio e incentivo durante os dois anos do Mestrado; e aos alunos do IFS que, durante esse período, ao me verem, muitas vezes, cansada e exaurida, foram capazes de me compreender.

Agradeço ao atual Secretário de Turismo e Meio Ambiente e à Diretora de Meio Ambiente do município de Vera Cruz - Bahia, pelas entrevistas e esclarecimentos concedidos para a compreensão dos problemas e conflitos resultantes do turismo de segunda residência em Barra Grande. O agradecimento se estende a todas as pessoas da comunidade e turistas que participaram dessa pesquisa; em especial à Srta. Mariana Ferreira, moradora local de Barra Grande, que também se disponibilizou para aplicação dos questionários.

Por fim, não poderia ficar de fora desta lista os agradecimentos à minha pequena filha Maria Eduarda (*in memoriam*) que, embora tenha ficado pouco tempo conosco, nos trouxe valiosos ensinamentos e aprendizados durante os cinco meses em que convivemos intensamente. Meu muito obrigada!

A superação do problema do esgotamento da natureza – e, conseqüentemente, dos conflitos gerados por esta percepção – envolve uma redefinição da ideia de desenvolvimento, que precisa incorporar variáveis antes desconsideradas. Faz parte da busca de um novo modelo a superação das dificuldades surgidas do envolvimento de interesses tão distintos, como o desenvolvimento e a integração entre povos, a justiça social, a produtividade e a conservação de recursos naturais. Nesse processo, como grande objetivo, busca-se a harmonia da espécie humana com o seu bem maior: a terra (THEODORO *et al.*, 2005, p. 66).

RESUMO

O turismo é uma atividade multidimensional que vem contribuindo para o desenvolvimento de muitas comunidades. O turismo de segunda residência, apesar de ser ainda pouco pesquisado, tem alavancado no Brasil, devido, principalmente, a estabilidade econômica em diversas regiões. Na Bahia, o turismo na Ilha de Itaparica se caracteriza através de uma parcela significativa da população voltada para a segunda residência desde 1970, devido a sua relação de proximidade com a capital Salvador. Dentre os problemas existentes na área, a identificação da degradação ambiental explicitada na destinação inadequada dos resíduos sólidos nas margens da rodovia, ruas das vilas e areias das praias de Vera Cruz, motivou o desenvolvimento dessa pesquisa, delineando como objetivo geral compreender os conflitos socioambientais provocados pelo turismo de segunda residência na Vila de Barra Grande, localizada no município de Vera Cruz. Para o cumprimento desse e outros objetivos específicos utilizaram-se distintos procedimentos associados a diferentes técnicas. Neste sentido, priorizou-se, inicialmente, o levantamento bibliográfico e cartográfico, sequenciado pelo trabalho de campo com aplicação de questionário e realização de entrevistas direcionadas a diversos atores sociais, destacando-se entre eles os gestores públicos, comerciantes, residentes e turistas de segunda residência. Os resultados desse estudo mostram que existe uma desarticulação entre os referidos atores, gerada pela ausência de organização coletiva e de ações integradas voltadas para o turismo e o meio ambiente em Barra Grande, impossibilitando a efetivação de um turismo sustentável.

PALAVRAS-CHAVE: Conflitos Socioambientais. Ilha de Itaparica/BA. Impactos. Segunda Residência. Turismo Sustentável. Vila de Barra Grande-BA.

ABSTRACT

Tourism is a multi-dimensional activity that contributes to the transformation of many communities. In Bahia, this activity on Itaparica island is characterized by a significant portion facing the second home tourism, since 1970, by to its proximity to Salvador. However, it is possible to see some social and environmental problems on the island. One of these problems motivated the research, that is, the identification of environmental degradation, explicit in the inadequate disposal of solid waste on the margins of, on the streets of villages and sandy beaches of Vera Cruz, one of two towns in Itaparica island. The area of this research is the village of Barra Grande, in Vera Cruz, as it is located near the largest hotel in the island, Club Med Itaparica; and also for expression in this village of second residence tourism. Thus, the general objective of the research is to understand the social-environmental conflicts caused by second-home tourism in Barra Grande. To achieve this goal, we opted for the literature search, exploratory and descriptive, with an interdisciplinary approach qualitative and quantitative. The research instruments used were book report, photographic records, semi-structured interviews and questionnaires applied to the main social actors (public managers, traders, residents and second home tourists). Finally, confirmed the hypothesis that there is a disarticulate between these social actors, generated by the absence of collective organization and integrated actions for tourism and the environment in Barra Grande, that impossibility the realization of a tourism with sustainability.

KEYWORDS: Itaparica Island/BA. Second home. Socio-environmental conflicts. Sustainable Tourism. Village of Barra Grande-BA.

LISTA DE SIGLAS

ABAV – Associação Brasileira de Agências de Viagens
Abrasel - Associação Brasileira de Bares e Restaurantes
Aiest - Associação Internationale d'Experts Scientifique du Tourisme
APA – Área de Proteção Ambiental
Conama – Conselho Nacional do Meio Ambiente
Conder – Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
COPA – Companhia de Polícia Ambiental
Embratur – Instituto Brasileiro de Turismo
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Inema – Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Iphan - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
OMT – Organização Mundial do Turismo
ONG – Organização Não-Governamental
OTN – Obrigações do Tesouro Nacional
PEGC – Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro
PGZC - Plano de Gestão da Zona Costeira
PMGC - Plano Municipal de Gerenciamento Costeiro
PNGC - Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro
PNMA – Política Nacional do Meio Ambiente
PNRM - Política Nacional para os Recursos do Mar
PNT - Política Nacional de Turismo
Pnuma – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
Prodetur-NE – Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste
RQA-ZC – Relatório de Qualidade Ambiental da Zona Costeira
Sedur – Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Bahia
Sematec – Secretaria de Meio Ambiente, Turismo, Esporte e Cultura de Vera Cruz-BA
Sigerco – Sistema de Informação de Gerenciamento Costeiro
SMA-ZC – Sistema de Gerenciamento Ambiental da Zona Costeira
TAC – Termo de Ajuste de Conduta
Tucum – Rede Cearense de Turismo Comunitário
UC – Unidade de Conservação
UFBA – Universidade Federal da Bahia
UICN – União Internacional para Conservação da Natureza
ZEEC – Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Classificação da participação na vida social.....	31
Quadro 02: Elementos centrais de um conflito	34

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Localização Geográfica da Ilha de Itaparica, Bahia.....	17
Figura 02: Foto da Região Metropolitana de Salvador, Bahia, destacando o município de Vera Cruz.....	19
Figura 03: Municípios da Ilha de Itaparica e a Vila de Barra Grande, Bahia.....	20
Figura 04: Acesso para as praias de Barra Grande.....	44
Figura 05: Vista da praia de Barra Grande.....	58
Figura 06: Fila para a travessia Mar Grande x Salvador - BA.....	59
Figura 07: Condomínio Enseada do Arauá em Barra Grande.....	60
Figura 08: Infraestrutura turística da vila de Barra Grande.....	65
Figura 09: Ruínas da igreja Nossa Senhora da Conceição.....	66
Figura 10: Resíduos sólidos espalhados na vila de Barra Grande.....	67
Figura 11: Resíduos sólidos nas praias de Barra Grande.....	68
Figura 12: Resíduos sólidos de hotel no entorno de Barra Grande.....	71
Figura 13: Falta de infraestrutura turística em Barra Grande.....	73
Figura 14: Resíduos sólidos nas proximidades das praias de Mar Grande.....	74
Figura 15: Sede da Associação de Moradores de Barra Grande.....	80
Figura 16: Lançamento de efluentes na praia de Barra Grande.....	81
Figura 17: Sinalização educativa em Barra Grande “Não sujem a nossa praia”	83
Figura 18: Contenção de maré próxima à área de segunda residência, em Barra Grande.....	84
Figura 19: Linha de maré com sargaço e resíduos sólidos nas praias de Barra Grande.....	85
Figura 20: Resíduos sólidos na vila de Barra Grande.....	88
Figura 21: Resíduos sólidos na praia de Barra Grande.....	91
Figura 22: Deficiência da limpeza das praias de Barra Grande.....	95

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	PROBLEMATIZAÇÃO	15
1.2	OBJETIVOS	16
1.3	METODOLOGIA	17
2	MEIO AMBIENTE, TURISMO E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS	26
2.1	GESTÃO AMBIENTAL E PARTICIPAÇÃO SOCIAL	29
2.2	PROBLEMAS E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO LITORAL BRASILEIRO	32
2.2.1	Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro	37
2.2.2	Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro II	39
2.3	CONFLITOS SÓCIOAMBIENTAIS DO TURISMO DE SEGUNDA RESIDÊNCIA	41
3	ESPAÇO E TERRITÓRIO DA SEGUNDA RESIDÊNCIA	46
3.1	PARTICULARIDADES DAS SEGUNDAS RESIDÊNCIAS EM SEU ESPAÇO E TERRITÓRIO	50
3.2	A SEGUNDA RESIDÊNCIA NO BRASIL	52
3.3	UM TERRITÓRIO DE SEGUNDA RESIDÊNCIA NA BAHIA	56
4	ESPECIFICIDADES DO TURISMO DE SEGUNDA RESIDÊNCIA EM BARRA GRANDE	62
4.1	OS DESAFIOS DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE VERA CRUZ	62
4.1.1	Gestão do turismo em Vera Cruz	62
4.1.1.1	O Turismo na vila de Barra Grande	72
4.1.2	Gestão ambiental em Vera Cruz	76
4.1.2.1	Gestão ambiental em Barra Grande	79
4.1.2.2	Impactos do turismo de segunda residência em Barra Grande	86
4.2	PARTICIPAÇÃO DOS AGENTES DO MERCADO TURÍSTICO	92
4.2.1	Aspectos socioeconômicos	92
4.2.2	Aspectos turísticos	93
4.2.3	Aspectos socioambientais	94
4.3	IMPACTOS DO TURISMO NA COMUNIDADE RECEPTORA	96
4.4	O PERFIL DO TURISTA DE SEGUNDA RESIDÊNCIA	101
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	108
	APÊNDICE A	112
	APÊNDICE B	113
	APÊNDICE C	114
	APÊNDICE D	116
	APÊNDICE E	118

1 INTRODUÇÃO

O turismo é uma atividade que exerce impactos e conflitos nas mais diversas localidades do mundo e, por isso, estudiosos e pesquisadores de várias áreas se debruçam sobre essa questão. Atualmente, um dos temas discutidos amplamente é o Turismo Sustentável, devido à forma como os atores sociais estão lidando com as complexas questões sociais, culturais, econômicas e ambientais.

O turismo de segunda residência se constitui como uma modalidade turística que conduz a importantes reflexões devido ao contexto em que se insere. Geralmente este tipo de turismo acontece em áreas de relevante beleza natural e próximas a centros urbanos, gerando problemas socioculturais e ambientais. Além disso, a segunda residência é um tipo de hospedagem que está relacionada ao turismo de finais de semana e de temporada de férias, que se difunde com a redução da jornada de trabalho e a maior disponibilidade para o lazer, aproveitada mundialmente.

No Brasil, observa-se maior crescimento e expansão do turismo de segunda residência nas últimas décadas. Vários fatores contribuem para o surgimento desse tipo de turismo, dentre eles a redução da jornada de trabalho, a degradação do meio urbano, a falta de contato direto com a natureza, a melhoria dos acessos, o aumento do transporte particular e a proximidade, em geral, com o local da primeira residência.

A Bahia, com todos os seus atrativos e biodiversidade, se destaca no turismo em cenário nacional. Salvador, sua capital, se beneficia desse crescimento, por ser o principal portão de entrada do estado e pela riqueza sociocultural e beleza natural de que é possuidora. Neste contexto, verifica-se que a Ilha de Itaparica, localizada no sudoeste da Baía-de-Todos-os-Santos, constituiu-se em um dos principais destinos do turismo de segunda residência no Estado, por conta da sua proximidade com a capital.

A referida Ilha é composta por dois municípios: Itaparica e Vera Cruz. Barra Grande é uma das vilas do município de Vera Cruz, onde há uma efetiva frequência de turistas de segunda residência, favorecida pela proximidade do maior hotel da ilha, o Club Med Itaparica, que serve de destino para turistas nacionais e internacionais. A vila abriga uma biodiversidade rica em espécies animais, manguezais e remanescentes de Mata Atlântica (BREVE, 2010), dispendo, ainda, de uma vocação natural para a prática da atividade turística, favorecida pelo seu potencial cultural.

Assim, considerando a proximidade da Ilha de Itaparica com Salvador, distando cerca de 16km (via *ferry-boat*), ela se tornou o destino preferido de famílias de classe média e média-alta de Salvador e região metropolitana, entre os anos 1970 e 1990, para descanso e lazer nos finais de semana.

O interesse em analisar os conflitos socioambientais do turismo de segunda residência em Barra Grande surgiu pela falta de estudos aprofundados sobre o fenômeno na escala do município onde se insere, além da percepção vivenciada sobre os problemas gerados a partir da intervenção do turismo.

Portanto, a motivação em aliar estudos sobre meio ambiente e turismo, analisando não apenas os benefícios, mas os impactos e conflitos em áreas ambientalmente sensíveis devem incentivar outros pesquisadores na difícil tarefa de estudar formas de minimizar os problemas socioambientais. Neste sentido, a pesquisa além de aprofundar estudos sobre meio ambiente e turismo na região, contribui com ações e medidas para transformar aquela realidade.

Com o intuito de contribuir com esses estudos, esta pesquisa está dividida em quatro capítulos, onde no primeiro buscou-se contextualizar o objeto da pesquisa, apresentando a introdução, problematização, objetivos e metodologia.

Os capítulos dois e três discutem teoricamente os temas e conceitos principais norteados pelo trabalho. No segundo capítulo, que trata do meio ambiente e turismo, abordam-se os tópicos gestão ambiental e participação social, e os impactos e conflitos socioambientais. No terceiro capítulo, enfatiza-se o espaço e o território da segunda residência, destacando suas principais especificidades.

No quarto capítulo, de natureza empírica, apresentam-se os dados e os conflitos socioambientais resultantes das interações entre os atores sociais.

1.1 PROBLEMATIZAÇÃO

O turismo gera impactos nos espaços onde se desenvolve. Os impactos são positivos quando geram emprego e renda, bem como investimentos e desenvolvimento local. Por outro lado, quando existe a ausência de um planejamento voltado para uma gestão consciente e sustentável, pode gerar impactos negativos significativos, a exemplo do desgaste ambiental, poluição ambiental, influências na cultura da comunidade local, violência, entre outros.

A segunda residência na Ilha de Itaparica promoveu, notoriamente durante as décadas de 1970 a 1990, uma valorização daquele espaço, configurando-se como um agente a reforçar os problemas socioambientais atuais. Exemplos desses problemas são percebidos através da degradação dos atributos naturais e paisagísticos da ilha, bem como dos conflitos entre os atores sociais envolvidos no turismo.

É notória a impossibilidade de anular os impactos negativos com a implantação da atividade em determinados espaços, mas o que se discute, atualmente, é a necessidade em se causar um mínimo impacto, inclusive fazendo com que a comunidade participe das discussões e planejamento da atividade em âmbito local.

Neste sentido, a hipótese dessa pesquisa baseia-se no fato de que existe uma desarticulação entre os atores sociais de Barra Grande, gerada pela ausência de organização coletiva e de ações integradas voltadas para o turismo e o meio ambiente. Por isso, faz-se necessária a efetivação de ações sistêmicas e políticas de desenvolvimento sustentável que promovam o bem estar social das pessoas naquele espaço.

O problema dessa pesquisa, portanto, girou em torno de três questões: O poder público contribui para o desenvolvimento do turismo sustentável em Vera Cruz/Bahia? Qual a atuação dos atores sociais frente ao turismo de segunda residência? E quais os conflitos socioambientais causados pelo turismo de segunda residência na vila de Barra Grande?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral:

Compreender os conflitos e impactos socioambientais provocados pelo turismo de segunda residência em Barra Grande, Vera Cruz - Bahia.

1.2.2 Objetivos Específicos:

- Analisar os conflitos socioambientais decorrentes do turismo de segunda residência entre gestores públicos, moradores, comerciantes e turistas;
- Identificar as interações e atuações socioespaciais dos atores sociais, bem como as suas consequências para a localidade; e

- Verificar a atuação do poder público frente ao planejamento turístico sustentável em Vera Cruz-BA;

1.3 METODOLOGIA

1.3.1 Caracterização da área de estudo

O município de Itaparica emancipou-se de Salvador, sendo elevado à categoria de cidade em 08 de agosto de 1833. Posteriormente, desmembrado do município de Itaparica, Vera Cruz teve sua emancipação política-administrativa em 31 de julho de 1962. Com isso, a Ilha de Itaparica ficou dividida em dois municípios: Itaparica e Vera Cruz (VERA CIDADE, 2011, p. 6), conforme mostra a figura 01:

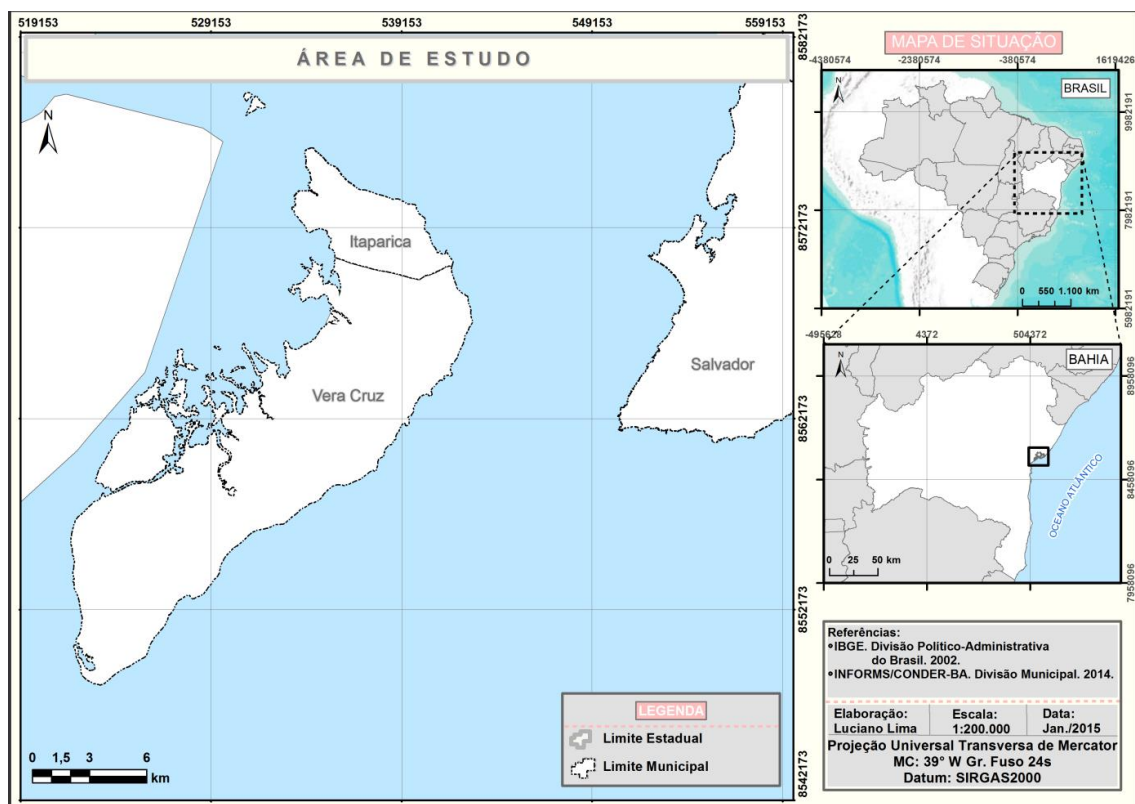


Figura 01: Localização geográfica da Ilha de Itaparica, Bahia.
Créditos: Luciano Lima, 2015.

É importante destacar que,

o processo de emancipação de Vera Cruz ocorreu quando começaram paralelamente a prosperar, na Bahia, as atividades de prospecção e refino do petróleo, investimentos focados em Itaparica. Com o Centro Industrial de Aratu e o Polo Petroquímico de Camaçari, os investimentos se desviaram da ilha em direção a Lauro de Freitas e cercanias, excluindo o município do processo de crescimento e desenvolvimento. 'Restou a Vera Cruz assumir uma vocação turística, particularmente nas décadas de 1960 e 1970, quando o turismo na Bahia ganhava impulso com a BA-001', explica Luís Pereira (VERA CIDADE, 2011, p. 6).

O município de Vera Cruz, que hoje faz parte da Região Metropolitana de Salvador, é banhado por praias de águas tranquilas e belas paisagens naturais (figura 02). Localizada entre a capital e o Recôncavo, e banhada pela Baía de Todos os Santos, o município conta com uma população aproximada de 42.103 habitantes, possui área de unidade territorial de 299,734 km² e densidade demográfica de 125,33 hab/km² (IBGE, 2014).

Suas principais vias de acesso são por mar, através do sistema Ferry-boat Salvador/Bom Despacho, Catamarã ou lanchas, e por terra através da rodovia BA-001.

Vera Cruz estabelece limites geográficos com Itaparica ao Norte, Jaguaripe ao Sul, Salvador e Oceano Atlântico a Leste e Jaguaripe e Salinas da Margarida a Oeste. Devido à sua geografia, com uma área de aproximadamente 300 quilômetros quadrados, o município está dividido em diversas localidades classificadas como distritos, vilas e povoados (VERA CIDADE, 2011).

O município de Vera Cruz possui quatro distritos: Mar Grande, Barra do Gil, Jiribatuba e Cacha Pregos. É ainda composta pelos povoados de Ilhota, Gamboa, Gameleira, Penha, Taipoca, Coroa, Baiacu, Berlinque, Conceição, Barra Grande, Matarandiba, Jiribatuba, Tairu, Aratuba, Barra do Pote e Barra do Gil.

A ocupação da população rural do município reside na contra-costa. Os povoados são menos habitados do que os situados na costa e a comunidade, simples e hospitaleira, é composta em sua maioria por pescadores e marisqueiras, famílias que vivem na ilha há várias gerações. Os povoados possuem como principal atrativo o patrimônio natural, com fontes de água doce que brotam na beira da praia, manguezais e restingas de Mata Atlântica.

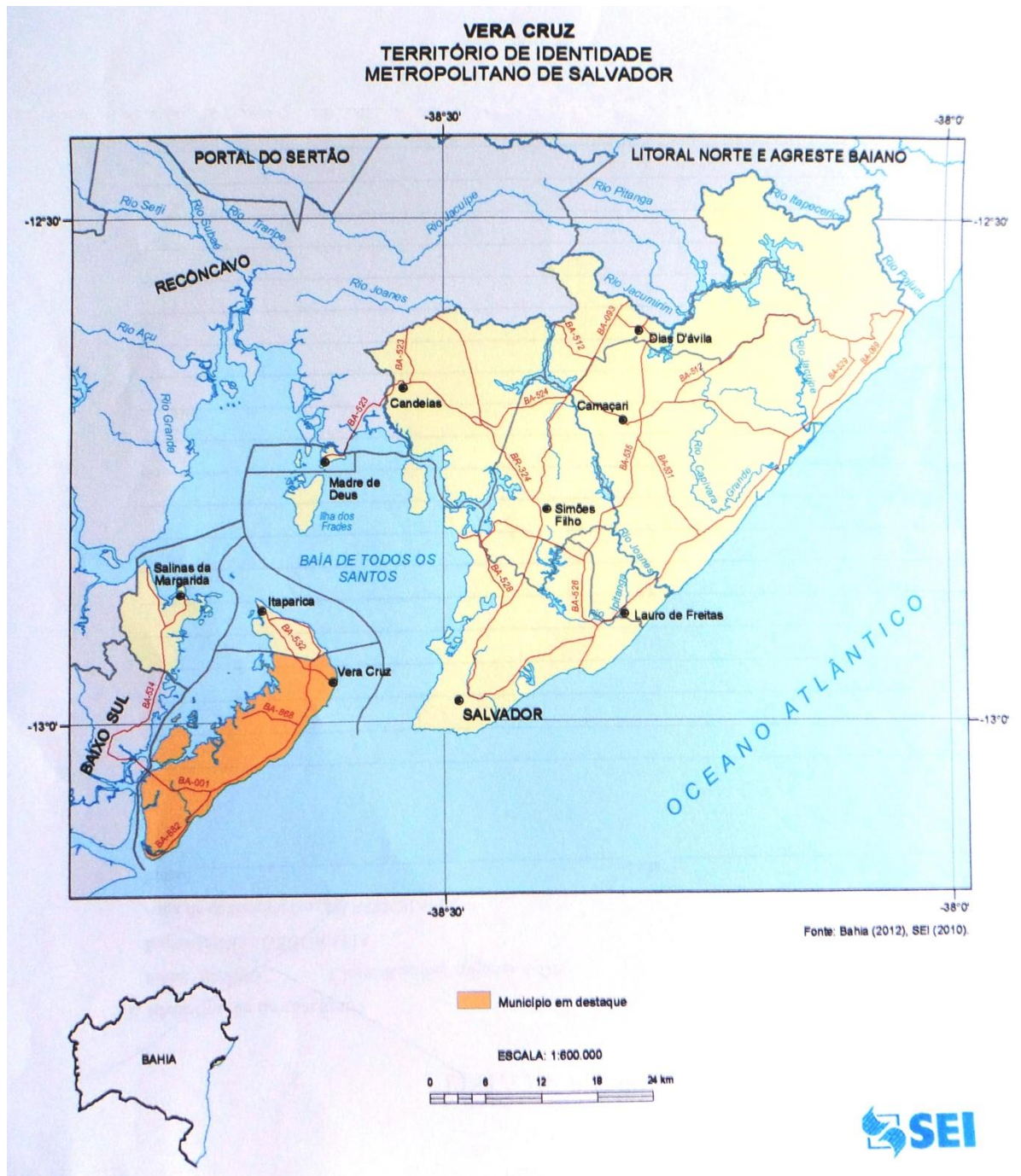


Figura 02: Foto da Região Metropolitana de Salvador, Bahia, destacando o município de Vera Cruz.
Créditos: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), 2010.

O município tornou-se um dos pontos mais visitados pelos turistas que escolhiam a Bahia como destino. Conseguiu desenvolver uma pequena rede hoteleira, beneficiou-se com a Ponte do Funil, que passou a ligar a Ilha de Itaparica ao município de Jaguaripe no continente, interligando-o as cidades do recôncavo baiano.

O município de Vera Cruz também se beneficiou dos serviços de transporte por lanchas entre Mar Grande e Salvador e teve sua atividade turística estimulada, a partir de

1.3.2 Procedimentos e instrumentos de coleta de dados

O turismo sustentável pode constituir-se em uma ferramenta importante para o desenvolvimento local de comunidades costeiras, como Barra Grande. Para tanto, é necessário a interação e participação no planejamento e gestão local de todos os atores sociais envolvidos na atividade. A comunidade local, os gestores públicos, as ONGs, empresas privadas e o turista devem contribuir de forma consciente para a promoção de um turismo responsável.

Neste sentido, dentre os aspectos abordados no desenvolvimento da investigação, tornou-se indispensável a revisão de autores que pesquisam a sustentabilidade sob diversos aspectos e a atividade turística de segunda residência, suas vertentes, seus impactos, conflitos e as relações entre a sustentabilidade, qualidade de vida e turismo, pois:

no que se refere ao turismo, a qualidade de vida deve ser estudada de duas perspectivas. Por um lado, o que representa o turismo na qualidade de vida das pessoas que o praticam. Por outro lado, pode ser estudado de que forma o turismo afeta a qualidade de vida das populações residentes dos núcleos receptores (BARRETO, 2005, p. 44).

Muito se discute sobre a importância da qualidade de vida para as pessoas na atualidade. Refletir em torno desse tema sobre as duas perspectivas, a do turista e a da comunidade local, parece ser de grande importância para o entendimento de como isso se constitui na prática, uma vez que:

não se pode esquecer que o que faz e sempre fez a diferença são as pessoas, seja produzindo, consumindo, participando de atividades, criando arte e cultura. Investir nelas significa torná-las também guardiãs e intérpretes de seu próprio patrimônio (CAMARGO; CRUZ, 2009, p. 162).

A comunidade local, assim como os turistas, os comerciantes e os gestores públicos são atores sociais importantes para a compreensão e análise dos estudos realizados no turismo e por isso mereceram uma atenção e destaque especial nesta pesquisa. Neste sentido, investigar sobre os conflitos socioambientais decorrentes das atuações socioespaciais dos atores locais envolvidos no turismo, fora imprescindível para a obtenção e análise dos dados.

Para alcançar os objetivos propostos, esse estudo contemplou três importantes etapas metodológicas, tais como: levantamento bibliográfico e documental; realização de trabalho de campo com registro fotográfico nos meses de novembro e dezembro de 2013 e abril de 2014,

onde fez-se a aplicação de questionários e realização de entrevistas aproveitando o melhor período de alta estação. E por último, procedeu-se a tabulação e análise dos dados associando aos fundamentos teóricos.

Optou-se por questionários e entrevistas, entendendo serem estes instrumentos de investigação importantes para obtenção de informações capazes de responder aos objetivos propostos no trabalho. Segundo Dencker (1998), nas ciências humanas, o questionário e a entrevista são os instrumentos de pesquisa mais utilizados e possuem em comum o fato de serem constituídos por uma lista de indagações que, se respondidas, possibilitam ao pesquisador a obtenção das informações necessárias.

Levando-se em consideração o que estabelece a Resolução nº 196/96, sobre as normas regulamentadas para pesquisas envolvendo seres humanos e a complexidade que envolve a temática abordada no presente projeto de pesquisa, assumiu-se aqui o compromisso de respeito aos sujeitos abordados, garantindo-lhes medidas de proteção como: sigilo, anonimato e, ainda, o esclarecimento acerca do que seria feito com os resultados obtidos no estudo.

Para Dencker (1998), as pesquisas qualitativas caracterizam-se pela utilização de metodologias múltiplas, sendo as mais utilizadas a observação (participante ou não), a entrevista em profundidade e a análise de documentos.

Por outro lado, para Barros e Lehfeld (2001), o instrumento de pesquisa deve preencher os seguintes requisitos: 1) validade: o instrumento deve medir o que se deseja; 2) confiabilidade: refere-se à consistência, ou seja, quando é aplicado repetidamente obtêm resultados iguais; 3) precisão: traduz-se concretamente quando se localiza e configura com exatidão satisfatória o fenômeno estudado.

Para tanto, o procedimento metodológico utilizado para a coleta de dados envolveu a aplicação de questionário direcionado aos principais atores sociais, contendo perguntas objetivas, fechadas e abertas sobre turismo e meio ambiente em Barra Grande, Vera Cruz, Bahia, pois

a identificação e a análise dos atores sociais são elementos fundamentais para o estudo dos conflitos socioambientais, já que tenta explicitar os interesses específicos em jogo no momento da crise. O levantamento das interações entre cada um dos atores sociais é outro ponto importante. Para entender um conflito em sua totalidade, é necessário compreender as intenções e posições de todos os atores sociais envolvidos (THEODORO *et al.*, 2005, p. 60).

Buscando entender os conflitos em sua totalidade, bem como atender à diversidade dos sujeitos envolvidos na pesquisa, utilizou-se técnicas diferenciadas para cada ator social, de forma mais adequada para o levantamento de dados, como seguem:

- a) Gestores públicos – realizou-se entrevistas com as autoridades de turismo municipais (Secretaria de Meio Ambiente, Turismo, Esporte e Cultura e Diretoria de Meio Ambiente), a fim de verificar a atuação e as diretrizes estabelecidas para o turismo local;
- b) Comerciantes locais – Aplicou-se questionários semiestruturados com proprietários de bares, restaurantes, pousadas, barracas de praias e mercearias de Barra Grande, a fim de verificar a importância do turismo para a localidade, bem como a atuação desses atores em relação ao meio ambiente;
- c) Moradores locais – aplicou-se questionários semiestruturados com o objetivo de compreender a relação e atuação dos moradores da vila de Barra Grande e o nível de consciência sobre o papel exercido na atividade turística, além da percepção sobre os impactos gerados;
- d) Turistas de segunda residência – aplicou-se questionários semiestruturados com o intuito de identificar o perfil desse turista em relação ao nível de consciência sobre as questões ambientais e cultura local, bem como a sua atuação socioespacial na localidade estudada.

Dencker (1998) explica como deve acontecer a escolha dos contextos e dos participantes nas pesquisas qualitativas:

a escolha do contexto e dos participantes, nas pesquisas qualitativas, é intencional. A escolha é feita pelo pesquisador em função do interesse do estudo e das condições de acesso e permanência no campo e disponibilidade dos sujeitos. O pesquisador deverá indicar alguns dos participantes no projeto e os critérios segundo os quais serão escolhidos os demais participantes (DENCKER, 1998, p. 102).

Tendo em vista a influência da sazonalidade do objeto da pesquisa, aplicou-se 50 questionários semiestruturados aos turistas no verão, no mês de dezembro de 2013, tendo a sua continuidade em janeiro e fevereiro de 2014, período considerado de alta-estação, onde há uma maior ocupação das segundas residências, motivada pelo lazer, descanso e férias.

A aplicação dos questionários com os moradores locais, totalizando 50, ocorreu também nos meses de dezembro de 2013, janeiro e fevereiro de 2014 e durante a baixa estação (meses de março a maio de 2014), quando houve uma redução do fluxo de turistas, para melhor analisar o comportamento da comunidade em situações diferenciadas.

Os 26 questionários aplicados aos comerciantes locais (hotéis/pousadas, restaurantes, bares, barracas de praias e mercados) se limitaram também ao período de baixa estação, buscando identificar os impactos positivos e negativos do turismo de segunda residência na vila estudada.

As entrevistas realizadas com os gestores públicos, no período de baixa estação, com o Secretário de Turismo, Esporte, Cultura e Meio Ambiente e a Diretora de Meio Ambiente, envolveu questões relativas aos problemas apontados na investigação, com o intuito de verificar as ações realizadas e previstas a respeito do planejamento local do turismo e meio ambiente, assim como as estratégias adotadas para um turismo sustentável.

1.3.3 Análise e interpretação dos dados

Após a realização do levantamento bibliográfico e documental, bem como do trabalho de campo para observação, aplicação dos questionários, realização de entrevistas e registros fotográficos, fez-se a tabulação, análise e interpretação dos dados estatístico-descritivos, embasados no referencial teórico.

Para a análise e compreensão dos conflitos socioambientais decorrentes do turismo de segunda residência em Barra Grande, Vera Cruz, Bahia, foi importante a identificação do foco principal do conflito, pois conforme explicam Theodoro *et al.*:

a análise de um conflito específico deve começar com a identificação do foco central do conflito: “O que realmente está em jogo?”. Obviamente, os conflitos podem ter vários movimentos, dimensões ou fenômenos complexos, mas quando se consegue identificar os pontos críticos, pode-se avançar muito no entendimento do conflito (THEODORO *et al.*, 2005, p. 59).

Os referidos autores explanam que existem três tipos de conflitos: (i) conflitos em torno do controle sobre os recursos naturais, tais como disputas sobre a exploração ou não de um minério, sobre a pesca, sobre o uso dos recursos florestais etc.; (ii) conflitos em torno dos impactos (sociais ou ambientais) gerados pela ação humana, tais como a contaminação dos rios e do ar, o desmatamento, a construção de grandes barragens hidrelétricas, entre outros. e (iii) conflitos em torno de valores e modo de vida, que envolvem o uso da natureza, cujo núcleo central gira em torno de ideologias ou valores. Além disso,

outro passo importante na análise dos atores sociais é a identificação de suas distintas cotas de poder. No mapeamento dessas cotas, devem ser incluídos os poderes formais e informais. Em muitos casos, o exercício do poder não acontece em arenas formais, obrigando o gestor a descobrir o jogo oculto do poder, qualquer que seja o ambiente. O mapeamento das interações políticas ajuda no entendimento da dinâmica própria de cada conflito. Um conflito pode vacilar durante anos entre um estágio latente (potencial) e um estágio manifesto (THEODORO *et al.*, 2005, p. 60).

Assim, o entendimento da dinâmica interna do conflito inclui a identificação das polarizações das posições e o mapeamento das alianças e coalizões, sempre sob a observação de que, durante o longo percurso do conflito, as posições dos distintos grupos podem mudar de tal forma, que antigos aliados se transformam em inimigos e vice-versa. Theodoro *et al.* (2005) sugerem que, neste caso, é importante entender as variadas táticas e as estratégias utilizadas pelos grupos sociais e comparar com as distintas tentativas de resolução.

A complexidade dos conflitos gerados a partir do uso de um determinado recurso, principalmente quando envolvem relações de poder desiguais, é um desafio constante, pois cada caso apresenta especificidades próprias, tanto espaciais quanto temporais.

Segundo Acselrad (2004) uma das maiores preocupações deste século está na exploração dos recursos ambientais. Se por um lado há consenso quanto à necessidade urgente de preservação destes recursos, por outro lado há um número cada vez maior de conflitos sociais relacionados aos modos de exploração e preservação dos mesmos recursos. O Brasil tem apresentado, especialmente nas últimas décadas, vários exemplos destes conflitos, que transcendem as questões de direito de uso e propriedade e tem como base questões sociais.

Para a compreensão da complexidade apresentada, buscou-se, a partir das respostas obtidas pelos atores sociais envolvidos no turismo, realizar uma análise do discurso em torno das percepções dos atores sobre os problemas socioambientais do turismo de segunda residência em Barra Grande.

Dencker (1998) afirma que muitos dos dados de que o pesquisador necessita podem ser obtidos pela observação direta das situações adequadas. Para tanto, os registros fotográficos também contribuíram para apresentar e interpretar determinadas realidades e situações presenciadas na localidade pesquisada.

Ainda segundo Dencker (1998), a observação é valorizada pelas pesquisas qualitativas e pode ser combinada com um certo grau de quantificação; dependendo da flexibilidade adotada, podem ser estruturadas (sistemáticas) ou não estruturadas (assistêmáticas, antropológicas ou livres).

Neste sentido, para o tratamento dos dados utilizou-se a abordagem qualitativa e quantitativa. Na análise e interpretação dos dados levou-se em consideração a relevância e o significado dos problemas apresentados, bem como os objetivos propostos, relacionando-os com o fenômeno estudado com base no referencial teórico.

2 MEIO AMBIENTE, TURISMO E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

O conceito de ambiente é amplo, multifacetado e maleável (SANCHÉZ, 2008). É amplo porque pode incluir tanto a natureza, como a sociedade; é também multifacetado porque pode ser apreendido sob diferentes perspectivas; e é maleável porque, ao ser amplo e multifacetado, pode ser reduzido ou ampliado de acordo com a necessidade do analista ou interesses dos envolvidos.

Theodoro *et al.* (2005) afirmam que estamos passando por um período de discussões globalizadas sobre o tema. Com isso, eles apresentam o termo “novo ambientalismo”, utilizado por Bursztyn, para definir o momento atual:

nos últimos dez anos, vários encontros mundiais têm sido promovidos com a intenção de postergar, mediar ou amenizar problemas ambientais, agora com características globais. Pode-se dizer que estamos vivendo um período de discussões globalizadas sobre o meio ambiente. O termo “novo ambientalismo” (Bursztyn, 2004) foi escolhido para definir esse novo patamar das discussões sobre ambientalismo, no qual a preocupação com a biodiversidade foi suplantada pela preocupação com a qualidade de vida dos homens, que é afetada diretamente pela forma como as sociedades interagem com o meio ambiente. Nesse início de milênio, o ambientalismo emerge culturalmente como um paradigma que exige uma mudança de postura nas mais diversas áreas do conhecimento e prática social (THEODORO *et al.*, 2005, p. 36).

Os autores trazem uma importante contribuição quando apresentam as mudanças de concepção sobre o meio ambiente, inicialmente voltadas para os problemas da biodiversidade. Com a nova concepção de ambientalismo, os problemas relativos à sobrevivência e qualidade de vida dos homens, foram priorizados nas discussões.

Na legislação brasileira, meio ambiente é o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas (BRASIL, 1981).

Theodoro *et al.* (2005), citando Mota (2000), argumentam que o meio ambiente pode ser melhor entendido quando analisado de forma sistêmica. Esse raciocínio fundamenta a sustentabilidade dos ativos naturais, pois permite que a análise ambiental seja feita de forma integradora, tendo em vista que os entes da natureza estão em constante processo de interação.

Neste sentido, Sánchez (2008) traz uma importante contribuição e esclarecimento quanto à ampliação do conceito de ambiente:

Por um lado, ambiente é o meio de onde a sociedade extrai os recursos essenciais à sobrevivência e os recursos demandados pelo processo de desenvolvimento sócio-econômico. Esses recursos são geralmente denominados naturais. Por outro lado, o ambiente é também um meio de vida, de cuja integridade depende a manutenção de funções ecológicas essenciais à vida. Desse modo, emergiu o conceito de recurso ambiental, que se refere não mais somente a capacidade da natureza de fornecer recursos físicos, mas também de prover serviços e desempenhar funções de suporte a vida (SANCHEZ, 2008, p. 21).

Por outro lado, outros conceitos apresentados por Sánchez (2008) são poluição, degradação e impacto ambiental. Durante algum tempo, a ideia de ‘poluição’ predominou no debate sobre temas ambientais, “mas a complexidade dos problemas do meio ambiente mostrou que esse conceito era insuficiente para dar conta de um sem-número de situações. Foi quando se consolidou a ideia de ‘impacto ambiental’, ao longo dos anos de 1970” (SANCHEZ, 2008, p. 18).

Sobre poluição, Sánchez (2008, p. 26), após analisar a conceituação dada pela Política Nacional do Meio Ambiente, propõe uma definição operacional e concisa: “introdução no meio ambiente de qualquer forma de matéria ou energia que possa afetar negativamente o homem ou outros organismos”¹. Ele afirma ainda que esse é o conceito abordado na literatura técnica internacional nas últimas quatro décadas. Além disso,

degradação ambiental é outro termo de conotação claramente negativa. Seu uso na ‘moderna literatura ambiental científica e de divulgação é quase sempre ligado a uma mudança artificial ou perturbação de causa humana – é geralmente uma redução percebida das condições naturais ou do estado de um ambiente’ (JOHNSON et al., 1997, p.583). O agente causador de degradação ambiental é sempre o ser humano: processos naturais não degradam ambientes, apenas causam mudanças (SANCHEZ, 2008, p. 26).

Assim, “degradação ambiental pode ser conceituada como qualquer alteração adversa dos processos, funções ou componentes ambientais, ou como uma alteração adversa da qualidade ambiental” (SANCHEZ, 2008, p. 26).

Sobre essa temática, Leff (2009) acrescenta que:

a degradação ambiental emerge do crescimento e da globalização da economia. Essa escassez generalizada se manifesta não só na degradação das bases de sustentabilidade ecológica do processo econômico, mas como uma crise de civilização que questiona a racionalidade do sistema social, os valores, os modos de produção e os conhecimentos que o sustentam (LEFF, 2009, p. 56).

¹ Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.

Em outras palavras, a degradação ambiental pode corresponder a impacto ambiental negativo.

Por outro lado, a definição legal brasileira de impacto ambiental é dada pela Resolução CONAMA nº 1/86, em seu art. 1º, que retrata:

qualquer alteração das propriedades físicas, químicas ou biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas, que direta ou indiretamente afetem: I) a saúde, a segurança e o bem-estar da população; II) as atividades sociais e econômicas; III) as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; e IV) a qualidade dos recursos ambientais (BRASIL, 1986).

Dessa forma, impacto ambiental pode ser entendido como a alteração da qualidade ambiental que resulta da modificação de processos naturais ou sociais provocada por ação humana (SANCHEZ, 2008).

Leff (2009) aborda a problemática ambiental como um processo de transformação, destacando a necessidade do pensamento integrado:

A problemática ambiental abriu um processo de transformação do conhecimento, expondo a necessidade de gerar um método para pensar de forma integrada e multivalente os problemas globais e complexos, assim como a articulação de processos de diferente ordem de materialidade. Deste modo, o conceito de ambiente penetra nas esferas da consciência e do conhecimento, no campo da ação política e na construção de uma nova economia, inscrevendo-se nas grandes mudanças do nosso tempo (LEFF, 2009, p. 56-57).

Com isso, Theodoro *et al.* (2005), em consonância com Leff, complementam a discussão esclarecendo a proposta do novo ambientalismo, ao afirmar que a capacidade aglutinadora e multirreferencial dessa nova abordagem faz dele um campo de convergências entre dimensões e contextos antes vividos de modo fragmentado, exigindo repensar a conexão entre a ecologia e a economia, entre o público e o privado, entre a natureza, a comunidade e a dimensão intersubjetiva.

A exploração da natureza e da sociedade leva ao surgimento de disputas e conflitos pelo direito de acesso, pela apropriação e pelo uso dos recursos ambientais (ACSELRAD, 2004). Neste sentido, estudar os conflitos socioambientais do turismo de segunda residência na vila de Barra Grande, em Vera Cruz, Bahia, se constitui num desafio diante da necessidade de analisar as interações entre os atores sociais envolvidos naquele território, bem como as consequências oriundas para o meio ambiente.

Diante disso, é importante discutir a relação entre o turismo e os conflitos socioambientais, a partir da compreensão de como tem se dado o planejamento e a gestão ambiental das zonas costeiras no Brasil. Para tanto, serão analisados além dos conflitos socioambientais no litoral brasileiro, o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e sua posterior atualização.

2.1 GESTÃO AMBIENTAL E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

A Zona Costeira brasileira tem sido palco de grandes conflitos socioambientais, decorrentes de processos intensivos de uso e ocupação do solo. Autores como Oliveira e Melo e Souza (2013) fazem uma importante análise dessa situação, apontando problemas comuns:

A ação humana, em particular nos últimos cinquenta anos, vem acarretando efeitos impactantes através de processos de uso e ocupação que se destacam pelo tipo das atividades, pela intensidade dos fenômenos, pela rapidez e magnitude das mudanças no espaço costeiro. É nesse sentido que atividades como a portuária, a turística, a comercial, as relacionadas à exploração petrolífera, ao transporte, à pesca, etc. se manifestam na Zona Costeira e fazem reunir uma densa infraestrutura e predominar fortes zonas de concentração populacional (OLIVEIRA; MELO e SOUZA, 2013, p. 60).

Diante deste contexto, nota-se que algumas atividades, como a turística, ao mesmo tempo em que geram movimentação da economia local, quando mal planejadas, podem acarretar problemas e conflitos nos territórios, como os que são evidenciados no turismo de segunda residência, muito comum nestas áreas, e sobretudo na área de pesquisa deste trabalho.

Os impactos e problemas gerados pela densa ocupação e usos do solo nestas regiões tem sido motivo de preocupação de estudiosos voltados para as questões do turismo, território e meio ambiente. Diante disso, percebe-se claramente que vivenciamos um período de crise e transição.

Theodoro *et al.* (2005) realizaram uma importante pesquisa sobre a mediação de conflitos socioambientais, apresentando reflexões pertinentes ao tema. Inicialmente fazem uma breve contextualização sobre a relação homem-natureza através dos tempos, que resulta numa crise ambiental anunciada por diversos outros pesquisadores:

Essa crise tem sido tratada pelos estudiosos como um momento de “transição paradigmática” (SOUZA SANTOS, 1994), como uma “crise de percepção” (CAPRA, 1982), “crise de pensamento” (MORIN & KERN, 1993) e “epistemologia ambiental” (LEFF, 2001). Para esses autores, e para outros tantos, alguns elementos podem ser identificados como eixos dessa crise: globalização da economia e desequilíbrio/desregulação da economia mundial, explosão demográfica, falência dos modos hegemônicos de desenvolvimento, degradação ambiental etc (THEODORO *et al.*, 2005, p. 25).

Após discutir a problemática ambiental, vivenciada nos dias de hoje, Theodoro *et al.* (2005) tecem algumas considerações a respeito da emergência do conceito de desenvolvimento sustentável, relacionando-o com as políticas públicas ligadas ao meio ambiente, e mostram certas incompatibilidades e divergências:

Apesar dos problemas inerentes à aplicação das leis que respaldaram as políticas públicas voltadas à questão ambiental e em face da pressão social fortalecida ao longo dos anos, o aparato legal criou mecanismos para tratar os principais problemas ambientais. Porém, se por um lado, a aplicação deste aparato viabilizou uma série de conquistas, por outro lado ele não foi capaz de resolver, e em alguns casos, até aprofundou os conflitos gerados pelo uso dos recursos ambientais por diferentes atores sociais. A necessidade de uma abordagem global e de uma análise integrada ou dessetorizada ficou mais evidente na medida em que as inúmeras consequências de um projeto ou um programa de desenvolvimento são às vezes incompatíveis e divergentes (THEODORO *et al.*, 2005, p. 46).

Aliada a análise das questões e problemas em torno do desenvolvimento sustentável e das políticas públicas, Theodoro *et al.* (2005) discutem a gestão ambiental como um processo de mediação de interesses e conflitos entre atores sociais, como se observa:

A prática da gestão ambiental configura-se, portanto, como uma importante forma de se estabelecer um relacionamento mais harmônico entre a sociedade e o meio ambiente. Pode-se considerar que a gestão ambiental representa um meio termo neste momento de transição paradigmática, uma vez que contempla a participação de diferentes atores, saberes, técnicas e instrumentos. De forma mais geral, ela pode ser entendida como um processo de mediação de interesses e conflitos entre atores sociais (comunidade, instituições e poder público), que agem sobre o meio físico-natural e construído, definindo e redefinindo continuamente o modo como os diferentes atores alteram a qualidade do meio ambiente e, também, como distribuem os custos e benefícios decorrentes de suas ações (THEODORO *et al.*, 2005, p. 47).

Neste sentido, os referidos autores ressaltam a importância da participação da sociedade para a gestão ambiental e nos processos de decisão que envolve o meio ambiente. Segundo Theodoro *et al.* (2005), o desafio maior para se alcançar uma gestão eficiente, em que todos os atores e o meio ambiente sejam contemplados, pelo menos em parte, é a implementação de um modelo de racionalidade, sustentado na observação dos direitos humanos e naturais difusos.

Eles afirmam que a participação tornou-se uma palavra muito utilizada, considerando-a quase uma panaceia. A participação, mais do que uma ação mecânica de escolha dos representantes, pode significar “partilhar um lugar no mapa”. Como ilustração, Theodoro *et al.* (2005) apresentam uma classificação sucinta das diferentes formas que a palavra participação pode assumir na vida social, conforme apresentado no quadro 01:

Participação individual	Entendida como ação individual de livre escolha; pode ser subdividida em participação pública e participação privada ou anônima;
Participação coletiva	É uma ação coletiva de caráter associativo; pode-se manifestar de maneira pública ou privada;
Participação passiva	Modalidade que implica a participação como repetição de comportamentos desejados; é a participação no sentido mais quantitativo do que qualitativo;
Participação ativa	Organização dinâmica de um grupo ou uma comunidade que assumem o compromisso da luta e da conquista por meio do comprometimento direto nos assuntos de seu interesse;
Participação voluntária	Participação de caráter espontâneo, criada pelo grupo e associada à resolução imediata de problemas;
Participação instrumental	Objetiva a mobilização para a obtenção de fins que visem à conquista de posição ou poder. Há inclusão da população e exclusão de suas decisões.

Quadro 01: Classificação da participação na vida social.

Fonte: Adaptado de Theodoro et al, 2005, p. 51.

Segundo Martins (2002) *apud* Theodoro et al (2005), introduzir a participação comunitária na gestão ambiental significa muito mais que informar sobre os planos de desenvolvimento ou de se levar em conta os conhecimentos da comunidade local e suas prioridades. A inserção da participação comunitária na gestão ambiental deve resultar num diálogo permanente e constante entre a comunidade, os planejadores do governo e os agentes do mercado, em que as ideias da comunidade possam contribuir para a configuração dos projetos, assim:

É relevante considerar que, em um processo de gestão, estejam sempre presentes procedimentos de planejamento, de monitoramento e de fiscalização, fundamentados em novos princípios e aspectos, muitas vezes subjetivos. Com esses procedimentos, pode-se por em prática a conciliação, a participação e a co-responsabilidade dos vários atores envolvidos, inibindo assim, a proliferação ou a explosão de conflitos socioambientais no país. Com estas medidas, fortalecem-se a sociedade, o aparato legal e o desenvolvimento em todas as suas dimensões (THEODORO *et al.*, 2005, p. 51).

Neste sentido, compreende-se que a participação e o envolvimento da comunidade no planejamento e gestão ambiental são imprescindíveis. Além disso, incluí-la nestes procedimentos, estimula o seu envolvimento nos problemas e dificuldades resultantes da vida em coletividade. Apesar de muitas áreas ou regiões desconsiderarem que esta participação, aliada à falta de regulação de alguns instrumentos legais e à ausência daquelas medidas e procedimentos apontados por Theodoro *et al.* (2005), causam disputas ou embates entre os atores sociais envolvidos na gestão. Tais crises geram conflitos de várias ordens e proporções, como os observados na zona costeira brasileira.

2.2 PROBLEMAS E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO LITORAL BRASILEIRO

Acselrad (2004) afirma que, conceitualmente, os conflitos ambientais se originam quando a forma de sobrevivência de alguns grupos sociais no território é ameaçada por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar e sistemas vivos – causados pela ação de outros grupos sociais.

Segundo Theodoro *et al.* (2005), o conflito é resultado da diversidade de percepções. O fundamento da legitimidade do conflito como elemento constitutivo da existência, vem do fato de que a percepção da realidade é diversa, variável de uma pessoa para outra e em uma mesma pessoa.

Assim, em muitos conflitos gerados em torno da disputa pelo uso de determinados recursos naturais, ocorre uma trama entre atores, com dinâmicas que precisam ser contextualizadas, uma vez que envolvem aspectos históricos, culturais e éticos, muitas vezes submersos ou invisíveis (THEODORO *et al.*, 2005).

Os conflitos têm uma longa tradição na sociedade humana: na constituição dos hominídeos, em constante luta contra as intempéries da natureza, a escassez de bens e as ameaças dos predadores. Já os conflitos modernos, sobretudo os socioambientais, são inerentes à própria formação do modelo atual de sociedade.

Se nos dias atuais também as ciências vivem seu grande momento de conflito ou crise paradigmática, elas tem convivido, desde os seus primórdios, com estes embates. Apenas a título de exemplo, o cerne da obra de Darwin é o conflito pela sobrevivência, responsável pela propagação, pela extinção e pela renovação das espécies; toda a sua teoria evolucionista está assentada no conflito entre as plantas, entre os animais e entre ambos e seu meio ambiente, sobrevivendo apenas aqueles que encontram as melhores soluções em face das restrições ambientais (THEODORO *et al.*, 2005, p. 52).

Os autores fazem uma importante analogia quanto à análise do conflito, a partir das concepções de importantes cientistas sociais:

Para Marx, a luta de classes é o motor da história. Também para Spencer, o conflito anima qualquer sociedade e estabelece um equilíbrio entre esta e o indivíduo. Já para Durkheim, os conflitos são formas emergentes de uma sociedade (industrial-urbana) em plena constituição. No entanto, apesar de suas divergências, Durkheim e Marx compartilham uma visão holística da sociedade, o que não ocorre com Weber, que introduz o individualismo metodológico, abrindo espaço para uma nova forma de encarar e analisar os conflitos da sociedade moderna (THEODORO *et al.*, 2005, p. 52)

Porém, nas sociedades contemporâneas cresceu a importância de uma modalidade particular de conflito: a que se dá em torno da natureza ou do meio ambiente, em sentido lato, ou dos recursos naturais, em sentido restrito. Entre os principais problemas, sobrepõem-se a finitude e a eventual escassez de alguns bens, a poluição atmosférica e aquática, a contaminação por substâncias tóxicas, a extinção de espécies e a redução de seus habitats naturais, a aceleração da propagação de graves doenças infecto-contagiosas, a perda ou esterilização dos solos agrícolas por conta de práticas predatórias, o desmatamento, os riscos da tecnologia nuclear, as ameaças à biodiversidade e assim com relação a muitos recursos naturais. Além disso,

Os riscos ambientais são diferenciados e desigualmente distribuídos, dada a diferente capacidade de os grupos sociais escaparem aos efeitos das fontes de tais riscos. Ao evidenciar a desigualdade distributiva e os múltiplos sentidos que as sociedades podem atribuir a suas bases materiais, abre-se espaço para a percepção e a denúncia de que o ambiente de certos sujeitos sociais

prevaleça sobre o de outros, fazendo surgir o que se veio denominar de ‘conflitos ambientais’ (ACSELRAD, 2010, p. 109).

Para efeito de simplificação, e levando-se em conta os diferentes aspectos envolvidos em um conflito de qualquer natureza, existem quatro elementos centrais a considerar na análise de um conflito, conforme mostra o quadro 02:

Atores	Indivíduos, grupos, organizações ou Estados que tem identidade própria, reconhecimento social e capacidade de modificar seu contexto, não esquecendo que estes são envolvidos por interesses, valores e percepções próprios a cada um;
Natureza	Os conflitos tem natureza diferente, por isso eles podem ser de natureza econômica, política, ambiental, doméstica, internacional ou psíquica, entre outras;
Objetos	Sempre escassos ou vistos como tal, podem ter natureza material ou simbólica, profana ou sagrada, pública ou privada, e assim por diante;
Dinâmicas	Cada conflito, segundo sua natureza, tem uma história própria, uma forma de evoluir, conhecendo períodos mais ou menos intensos, mais ou menos rápidos.

Quadro 02: Elementos centrais de um conflito.

Fonte: Adaptado de Theodoro *et al.* (2005).

Theodoro et al (2005) defendem a ideia de os conflitos socioambientais podem ser comparados a outros tipos de conflitos em nossa sociedade, com a diferença de que normalmente eles englobam coletividades em torno de bens difusos, com base em uma legislação que, por vezes, ainda é incipiente. Isto não quer dizer que as outras formas de conflito tenham desaparecido, mas apenas que se acrescentou uma nova forma: a que envolve os recursos naturais. Dessa forma,

uma outra visão é oferecida por Raffestin (1993), que apresenta o argumento de que os recursos não são naturais, mas sociais. O autor fundamenta essa afirmação com uma análise da tecnicidade, entendida como o conjunto de relações que os seres humanos mantêm com as matérias às quais podem ter acesso. Ele vai mais longe ainda quando afirma que nossa tecnicidade é dissemétrica de tal forma que, “quanto mais complexa é a nossa tecnicidade, mais frágil ela se torna. Ela é composta por tal número de inter-relações que toda mudança, mesmo mínima em aparência, pode ter graves consequências” (THEODORO *et al.*, 2005, p. 54).

Os recursos naturais dificilmente são enquadrados como propriedade privada individual e, por isso, sua exploração, ao afetar um grande número de pessoas, exige

mecanismos e instituições capazes de resolver conflitos entre os grupos sociais. Nesse sentido,

os recursos naturais são quase sempre recursos de propriedade comum, pertencentes ao âmbito dos direitos difusos. Muitas vezes eles pertencem ao Estado ou a coletividades comunais ou municipais e são explorados em um regime de concessões baseadas em regras desejavelmente racionais, ou existem restrições a seu uso, em nome da preservação dos interesses coletivos. Em última instância, o uso racional dos recursos naturais – tanto em termo de seu consumo ordenado quanto dos efeitos eventualmente negativos do seu consumo sobre alguma parcela da coletividade – exige leis e instituições que os enquadrem devidamente em uma zona “cinzenta” entre a propriedade privada e a propriedade pública (THEODORO *et al.*, 2005, p. 55).

Com isso, os conflitos ambientais e dos recursos naturais perpassam a sociedade de maneira surpreendente e, por vezes, imprevisível. Theodoro *et al.* (2005) exemplificam essa situação, alertando que em países pobres e ricos, em grupos sociais distintos, em grupos rurais e urbanos, em grupos empregados em diferentes atividades produtivas, entre cientistas e cidadãos leigos, em todas essas situações, há sempre interesses conflitantes ou coincidentes que, geralmente, não se sobrepõem aos interesses manifestados em torno de outros conflitos (políticos, econômicos, ideológicos). Nesse aspecto, quando vários problemas dessa natureza coincidem no mesmo local e no mesmo momento, aí então o grau de complexidade aumenta. Com isso,

nessas disputas em que diferentes atores sociais ambientalizam seus discursos, ações coletivas são esboçadas na constituição de conflitos sociais incidentes sobre novos objetos, seja questionando os padrões técnicos de apropriação do território e seus recursos, seja contestando a distribuição de poder sobre eles (ACSELRAD, 2010, p. 103).

Assim, dentre os problemas e conflitos socioambientais percebidos a partir do segmento do turismo de sol e praia no litoral brasileiro, destacam-se a especulação imobiliária, a ocupação indevida próxima à faixa de areia das praias, impactos sociais nas comunidades locais, alto volume de resíduos sólidos, praias superlotadas e outros impactos, elencados por Villar e Vieira (2010), como se constata:

O litoral brasileiro é palco de grandes transformações provocadas pelo turismo, como por exemplo, a construção de grandes hotéis na linha de costa, desmontes de dunas, poluição das águas, aterros de mangues, produção de lixo, especulação imobiliária e expulsão de homem nativo para outras áreas distantes do seu habitat. Paralelamente, condomínios fechados são construídos, dando novas feições ao local, e até mesmo privatizando áreas que outrora eram de uso comum. Relegando, portanto, as comunidades locais, juntamente com suas culturas, seus costumes e suas crenças (VIEIRA apud VILLAR; VIEIRA, 2010, p. 114).

Desta forma, considera-se que a atividade turística pode ser vista como causa e como consequência de ações dos atores sociais envolvidos na atividade. Para que haja turismo é necessário, dentre outros elementos, motivação, transporte, hospedagem e infraestrutura, pois se a atividade for desenvolvida sem o devido planejamento e gestão, poderá gerar impactos e conflitos socioambientais e econômicos consideráveis.

Segundo Sampaio (2004), o planejamento pode proporcionar um modelo de políticas governamentais com estratégias concretas de intervenções corretivas baseadas nos postulados interdependentes de eficiência econômica, equidade social e prudência ecológica. Ainda segundo o autor, o planejamento poderá fornecer um novo critério de racionalidade social, baseado na crítica ao efeito de externalização dos custos socioambientais; sobretudo, quando o planejamento é participativo, envolvendo os atores sociais, agentes e reagentes, com uma visão contratual do meio ambiente.

Queiróz e Sena (2009) fazem uma análise dos impactos ambientais, apresentando sua relação e consequência com outros impactos, a exemplo do social. Esse reflexo pode ser observado em muitas comunidades, como a de Barra Grande, em Vera Cruz-BA, quando a população reclama dos problemas provenientes da atividade turística, como o volume de resíduos sólidos gerado nos períodos de alta estação. A propósito, estudiosos como Queiróz e Sena (2009), salientam que:

os impactos ambientais desencadeiam os impactos sociais, via de regra. Entretanto, qualquer ação impactante que resulte em prejuízo para a qualidade de vida de uma população terá seus custos socializados. Particularmente com relação aos grupos sociais menos privilegiados economicamente, os impactos ambientais e sociais representam, sempre, um elevado ônus material e psíquico (QUEIRÓZ; SENA, 2009, p. 168).

Aliada a essa problemática, o turismo de massa tem sido considerado, por muitos autores, como um turismo que prejudica não somente o meio ambiente, mas principalmente as populações locais onde ele se desenvolve, conforme afirma Fonteles (2004):

o turismo de massa, produtor de impactos ecológicos que muitas vezes ocasionam problemas ambientais, psicológicos e socioeconômicos junto às populações tradicionais, tende a ser um ‘devorador de paisagens’, degradador do meio ambiente e descaracterizador de culturas tradicionais’. Essas populações, habituadas a um estilo de vida bem próprio, sentem o impacto das alterações ocorridas com o ingresso de grande fluxo de pessoas em seu meio. Normalmente não estão preparadas para absorver com qualidade a demanda dos diversos tipos de turistas que recebem (FONTELES, 2004, p. 85).

Percebe-se, então, que não apenas algumas populações tradicionais estão despreparadas para atender às demandas do turismo de massa, mas também a própria gestão municipal, muitas vezes, não consegue gerir os problemas e conflitos causados por este tipo de turismo. Um dos motivos alegados é a falta de planejamento e de uma gestão ambiental, que geram, dentre outros problemas, a dificuldade no gerenciamento do alto volume de resíduos sólidos, ocasionado pelo turismo.

Dentro dessa realidade, encontra-se a Ilha de Itaparica, onde é possível constatar as dificuldades aparentes da Prefeitura de Vera Cruz, particularmente, em gerir os conflitos socioambientais decorrentes de atividades como o turismo. Com isso, é indispensável compreender como tem se dado o gerenciamento costeiro no Brasil.

2.2.1 Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro

O Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), constituído através da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988, expressa-se através da iniciativa governamental para o planejamento integrado da utilização dos recursos costeiros, buscando o ordenamento da ocupação dos espaços litorâneos.

Em seu Art. 1º, institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – PNGC, como parte integrante da Política Nacional para os Recursos do Mar - PNRM e Política Nacional do Meio Ambiente - PNMA. Em seguida, no seu artigo 2º, consta o objetivo principal do PNGC, como se infere:

Art. 2º. Subordinando-se aos princípios e tendo em vista os objetivos genéricos da PNMA, fixados respectivamente nos arts. 2º e 4º da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, o PNGC visará especificamente a orientar a utilização nacional dos recursos na Zona Costeira, de forma a contribuir para elevar a qualidade da vida de sua população, e a proteção do seu patrimônio natural, histórico, étnico e cultural (BRASIL, 1988).

O parágrafo único prescreve que “para os efeitos desta lei, considera-se Zona Costeira o espaço geográfico de interação do ar, do mar e da terra, incluindo seus recursos renováveis ou não, abrangendo uma faixa marítima e outra terrestre”.

Já o art. 3º do PNGC ao tratar especificamente do zoneamento de usos e atividades na Zona Costeira, prioriza a conservação e proteção, entre outros, dos seguintes bens:

I - recursos naturais, renováveis e não renováveis; recifes, parcéis e bancos de algas; ilhas costeiras e oceânicas; sistemas fluviais, estuarinos e lagunares, baías e enseadas; praias; promontórios, costões e grutas marinhas; restingas e dunas; florestas litorâneas, manguezais e pradarias submersas;

II - sítios ecológicos de relevância cultural e demais unidades naturais de preservação permanente;

III - monumentos que integrem o patrimônio natural, histórico, paleontológico, espeleológico, arqueológico, étnico, cultural e paisagístico (BRASIL, 1988)

É destacado no Art. 5º, que o PNGC será elaborado e executado observando normas, critérios e padrões relativos ao controle e à manutenção da qualidade do meio ambiente, estabelecidos pelo CONAMA, que contemplem, entre outros, os seguintes aspectos: urbanização; ocupação e uso do solo, do subsolo e das águas; parcelamento e remembramento do solo; sistema viário e de transporte; sistema de produção, transmissão e distribuição de energia; habitação e saneamento básico; turismo, recreação e lazer; patrimônio natural, histórico, étnico, cultural e paisagístico.

A Lei 7.661/88² enfatiza que a degradação dos ecossistemas, do patrimônio e dos recursos naturais da Zona Costeira implicará ao agente a obrigação de reparar o dano causado e a sujeição às penalidades previstas no art. 14 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981,

² PGNC, 1988, Art. 7º.

elevado o limite máximo da multa ao valor correspondente a 100.000 (cem mil) Obrigações do Tesouro Nacional - OTN, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei.

A Lei define ainda, em seu Art. 10, que as praias são bens públicos de uso comum do povo, sendo assegurado sempre, livre e franco acesso a elas e ao mar, em qualquer direção e sentido, ressalvados os trechos considerados de interesse de segurança nacional ou incluídos em áreas protegidas por legislação específica. Diante disso, a referida lei estabelece que:

§ 1º. Não será permitida a urbanização ou qualquer forma de utilização do solo na Zona Costeira que impeça ou dificulte o acesso assegurado no caput deste artigo;

§ 2º. A regulamentação desta lei determinará as características e as modalidades de acesso que garantam o uso público das praias e do mar;

§ 3º. Entende-se por praia a área coberta e descoberta periodicamente pelas águas, acrescida da faixa subsequente de material detrítico, tal como areias, cascalhos, seixos e pedregulhos, até o limite onde se inicie a vegetação natural, ou, em sua ausência, onde comece um outro ecossistema (BRASIL, 1988, Art. 10).

Um das questões apresentadas na zona costeira brasileira é justamente o difícil acesso às praias, que é dificultado pela construção de condomínios à beira mar ou por comerciantes de barracas de praia que privatizam esses ambientes, sem levar em conta o que determina a legislação destes ambientes. Em Barra Grande esse é um problema evidente que tem incomodado principalmente os moradores locais.

2.2.2 Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro II

Atendendo às novas demandas surgidas, o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC) passou por uma revisão, resultando no redirecionamento de suas atividades e levando em consideração alguns dados, como a fragilidade da zona costeira³; o aumento da

³ É o espaço geográfico de interação do ar, do mar e da terra, incluindo seus recursos ambientais, abrangendo as seguintes faixas (PNGC):

Faixa Marítima: é a faixa que se estende mar afora, distando 12 milhas marítimas das linhas de base estabelecidas de acordo com a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, compreendendo a totalidade do Mar Territorial.

Faixa Terrestre: é a faixa do continente formada pelos municípios que sofrem influência direta dos fenômenos ocorrentes na Zona Costeira, a saber: os municípios defrontantes com o mar; os municípios não-defrontantes com o mar; os municípios contíguos às grandes cidades e às capitais estaduais litorâneas; os municípios próximos ao litoral; os municípios estuarinos-lagunares; e os municípios que, mesmo não defrontantes com o mar, tenham todos os seus limites estabelecidos com os municípios referidos anteriormente.

concentração demográfica nestas áreas; e os desafios para o gerenciamento das atividades nestes espaços:

I - A zona costeira abriga um mosaico de ecossistemas de alta relevância ambiental, cuja diversidade é marcada pela transição de ambientes terrestres e marinhos, com interações que lhe conferem um caráter de fragilidade e que requerem, por isso, atenção especial do poder público, conforme demonstra sua inserção na Constituição brasileira como área de patrimônio nacional;

II – A maior parte da população mundial vive em Zonas Costeiras, e é uma tendência permanente o aumento da concentração demográfica nessas regiões. A saúde, o bem-estar e, em alguns casos, a própria sobrevivência das populações costeiras depende da saúde e das condições dos sistemas costeiros, incluídas as áreas úmidas e regiões estuarinas, bem como o próprio ecossistema marinho. Em síntese, a sustentabilidade das atividades humanas nas Zonas Costeiras depende de um ambiente marinho saudável e vice-versa;

III – A atividade de gerenciamento deste amplo universo de trabalho implica, fundamentalmente, a construção de um modelo cooperativo entre os diversos níveis e setores do governo, e destes com a sociedade (PNGC II, 2014, p. 1).

Neste sentido, a atualização do PNGC busca estabelecer as bases para a continuidade das ações, de forma a consolidar os avanços obtidos, possibilitando o seu aprimoramento e ainda manter a flexibilidade necessária para o atendimento da ampla diversidade de situações que se apresentam ao longo da extensa zona costeira brasileira.

Além disso, o PNGC tem como finalidade primordial, o estabelecimento de normas gerais, visando à gestão ambiental da zona costeira do país, lançando as bases para a formulação de políticas, planos e programas estaduais e municipais. Dentre os objetivos deste plano, é possível destacar: a promoção do ordenamento do uso dos recursos naturais e da ocupação dos espaços costeiros, subsidiando e otimizando a aplicação dos instrumentos de controle e de *gestão pró-ativa*⁴ da zona costeira; e o estabelecimento do processo de gestão, de forma integrada, descentralizada e participativa, das atividades socioeconômicas na zona costeira, de modo a contribuir para elevar a qualidade de vida de sua população, e a proteção de seu patrimônio natural, histórico, étnico e cultural.

Dentre os princípios apresentados pelo documento elenca-se: a utilização sustentável dos recursos costeiros em observância aos critérios previstos em Lei e neste plano; a gestão integrada dos ambientes terrestres e marinhos da Zona Costeira, com a construção e manutenção de mecanismos transparentes de tomada de decisões, baseada na melhor

⁴ Atividade que busca interferir antecipadamente nos fatores geradores dos problemas para minimizar ou eliminar sua ocorrência.

informação e tecnologia disponível e na convergência e compatibilização das políticas públicas, em todos os níveis da administração; a preservação, conservação e controle de áreas que sejam representativas dos ecossistemas da Zona Costeira, com recuperação e reabilitação das áreas degradadas ou descaracterizadas.

Na realidade, o PNGC apresenta sete instrumentos de gestão, além dos instrumentos de gerenciamento ambiental previstos no artigo 9º da Lei 6938/81, a saber: Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro (PEGC), Plano Municipal de Gerenciamento Costeiro (PMGC), Sistema de Informações do Gerenciamento Costeiro (SIGERCO), Sistema de Monitoramento Ambiental da Zona Costeira (SMA-ZC), Relatório de Qualidade Ambiental da Zona Costeira (RQA-ZC), Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro (ZEEC) e o Plano de Gestão da Zona Costeira (PGZC).

Diante de tantos instrumentos, questiona-se quais problemas tem levado ao precário gerenciamento das zonas costeiras, considerando que a extensa lista deles deveria contribuir para uma melhor gestão desse espaço.

Não se pretende aqui generalizar tal situação, mas a realidade tem mostrado que ainda há muito a se fazer e implementar, para alcançar tais princípios e objetivos. As propostas e os instrumentos do plano tem a sua importância pois, ao serem concretizadas, poderiam minimizar os impactos e conflitos nestas zonas de grande fragilidade ambiental.

2.3 CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS DO TURISMO DE SEGUNDA RESIDÊNCIA

Madrugá (1992) *apud* Oliveira e Melo e Souza (2013) salientam que os três elementos (a natureza, a sociedade e a economia) determinam a chamada litoralização, caracterizada como a interface do processo de industrialização, urbanização e turismo. Esse processo de litoralização é perceptível em grande parte do litoral brasileiro, utilizado de múltiplas formas. Nesse sentido, faz-se necessário uma análise diferenciada, buscando compreender a interação desses três elementos:

A perspectiva da análise integrada da paisagem é considerada como uma abordagem que dá particular atenção à dimensão da relação sociedade-natureza, à incorporação do elemento humano, suas ações e interferências na paisagem de forma a buscar a compreensão dos fenômenos naturais e sociais no contexto das interações (OLIVEIRA; MELO e SOUZA, 2013, p. 59).

Dito isso, é possível apreender a importância da análise integrada das áreas costeiras, a partir de uma compreensão das interações socioespaciais que acontecem nesses espaços, em particular na Ilha de Itaparica. A análise dos problemas e impactos socioambientais pode ser melhor entendida a partir do estudo dessas interações, que tem seus reflexos no ambiente. Além disso, outras questões são levantadas por Oliveira e Melo e Souza (2013), como as transformações e impactos advindos do turismo, que precisam ser evitados a partir do planejamento:

O turismo é fator determinante no crescimento de cidades e na modificação de atividades socioeconômicas de populações locais. Sobre as transformações e impactos advindos da atividade turística, Almeida e Pereira (2009) destacam que o turismo e todas as atividades atreladas necessitam de um planejamento para evitar impactos ambientais como: a elevação dos níveis da poluição; destruição de ecossistemas costeiros e marinhos; redução na disponibilidade de água doce em função do aumento da demanda; ocupação de áreas de relevante importância ambiental e impedimento do fluxo de matérias entre ecossistemas costeiros (OLIVEIRA; MELO e SOUZA, 2013, p. 62).

No tocante aos impactos sociais gerados pelo turismo, deve-se citar ainda a privatização dos espaços públicos; infraestrutura ociosa durante a baixa temporada; deslocamento das comunidades costeiras para o interior; interferência na atividade pesqueira; degradação da identidade cultural de grupos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais; degradação de referências culturais e históricas; e, inclusive, incentivo a exploração sexual.

É notória a presença desses impactos em diversas localidades costeiras brasileiras. Na Ilha de Itaparica, mais precisamente no município de Vera Cruz, percebe-se a dificuldade latente dos atores sociais em planejar e gerir a atividade turística de forma articulada e sustentável.

Os problemas se agravam com o crescente número de visitantes e turistas de segunda residências nos períodos de alta estação, férias e feriados prolongados, gerando conflitos

socioambientais de grande representatividade, a exemplo do volume de resíduos sólidos gerados.

Na opinião de Oliveira e Melo e Souza (2013) esses impactos tem uma repercussão cada vez mais negativa nos ambientes costeiros:

formas de ocupação desordenada e crescimento turístico desenfreado cada vez mais acentuam o mosaico de desigualdades, alimentando um modelo de exploração que repousa na intensificação dos usos e na degradação de ecossistemas. Ações que, em regra, não são instrumentalizadas por processos de decisão baseados no conhecimento das dinâmicas naturais e sociais, não envolvem projeções futuras e assim acabam incorporando práticas não equiparadas de gestão do território (OLIVEIRA; MELO e SOUZA, 2013, p. 62).

Neste sentido, é possível observar, ainda nos dias de hoje, relevantes problemas e conflitos nestes espaços ambientalmente sensíveis. A propósito, Vieira (2008) aponta algumas transformações nas zonas costeiras, como:

a proximidade de regiões litorâneas com grandes centros urbanos costeiros, ou sob a influência das metrópoles interiores, passam a ter sua paisagem rapidamente transformada. Estas transformações têm ocorrido pela expansão de suas áreas urbanas, devido à facilidade de acesso, aos loteamentos turísticos ou novos loteamentos residenciais, até mesmo com a verticalização de suas áreas centrais, ou de suas orlas litorâneas (VIEIRA, 2008, p. 20).

Em Barra Grande a problemática do gerenciamento costeiro é visível. Existe uma insatisfação manifesta de moradores locais quanto aos problemas decorrentes do turismo, dentre eles o abastecimento irregular de água na alta estação, privatização indireta das praias pelos comerciantes locais, a questão do gerenciamento dos resíduos sólidos, dentre outros, que serão apresentados na análise dos dados da pesquisa.

Quanto ao descontentamento relatado nas falas dos moradores locais, Oliveira e Melo e Souza (2013), ratificam que:

impactos ambientais e sociais, em regra, compõem o cenário da urbanização. Aumento nos índices de urbanização geralmente não é acompanhado da oferta de saneamento básico, de habitação, de saúde pública, de transporte. O que se observa é um aumento da pressão sobre os sistemas naturais acarretando impactos decorrentes, por exemplo, da elevação dos níveis de

poluição do solo, dos rios, do desmatamento, da ocupação de áreas de relevante interesse ambiental (OLIVEIRA; MELO e SOUZA, 2013, p. 61).

Os impactos tendem a gerar conflitos socioambientais relevantes entre os atores sociais envolvidos no turismo, além de refletir negativamente na própria atividade turística. O gestor público municipal, neste caso, detém um papel fundamental de planejamento e organização do turismo nas localidades e poderá envolver a comunidade local em algumas etapas desse processo, para que tenha a sua autoestima elevada, contribuindo para a conservação e preservação do seu espaço.

Sampaio (2004), pautado em Sachs (1986), esclarece que o planejamento participativo tem a finalidade de recuperar a participação social da sociedade, de modo que o cidadão contribua na elaboração das ecoestratégias, desde a informação até a execução da ação proposta, transformando a sociedade civil num terceiro sistema, na medida em que toma consciência de si mesma e começa a interpelar-se e a conhecer-se.

Por outro lado, ao percorrer as ruas e praias da vila de Barra Grande é possível perceber algumas contradições e conflitos. Embora existam patrimônios naturais, culturais e históricos relevantes, com casas voltadas para residências secundárias, observa-se também uma falta de infraestrutura para o turismo.



Figura 04: Acesso para as praias de Barra Grande.
Créditos: Mirela Araújo, 2014.

Os acessos à vila e às praias são realizados por ruas estreitas sem asfaltamento, cheias de buracos e resíduos sólidos espalhados por suas extensões (Figura 04). Entretanto, constata-se essa realidade ao longo da costa brasileira, como comenta Yázigi:

As marcas do descuido ao longo da costa brasileira são tantas que parecemos nos aproximar do ponto em que a volta será impossível. Há virtudes naturais, históricas e culturais que, após certo grau de descaracterização, tornam-se irrecuperáveis. É preciso, entretanto, que se afirme desde já uma advertência: a proteção de nosso patrimônio não se faz por decreto ou por boas intenções que jamais tomam corpo. Depende sobretudo de atitude política, com efeitos de médio e longos prazo (YÁZIGI, 2007, p. 123).

A discussão sobre turismo, impactos e conflitos socioambientais é ampla e complexa. Nesse sentido, é que os atores sociais precisam atuar de forma a minimizar esses impactos.

Com o intuito de compreender como estas interações se dão nos espaços e territórios da segunda residência, faz-se necessário debruçar-se em torno de conceitos e definições, esclarecendo como se deu a expansão desses tipos de residência no Brasil e na Bahia.

3 ESPAÇO E TERRITÓRIO DA SEGUNDA RESIDÊNCIA

O território se constitui em outro importante objeto de estudo que vem sendo discutido na academia atualmente. Muitos pesquisadores se debruçam em torno dessa temática, buscando instrumentos para repensar suas diversas nuances e conflitos. Neste contexto, o turismo de segunda residência apresenta mudanças significativas em algumas regiões, gerando a necessidade de estudos sobre os impactos positivos e negativos nos espaços.

O grande desafio que se coloca na atualidade, diante desse contexto, gira em torno da necessidade de redefinir essa relação nos novos espaços de significação da natureza (meio ambiente) e da sociedade (sustentabilidade), segundo Floriani (2005).

Diante desse desafio, nota-se a necessidade da atuação efetiva dos gestores públicos, para o ordenamento dos territórios de segunda residência, a partir de uma articulação das demandas dos atores sociais envolvidos, buscando minimizar os conflitos resultantes das interações nestes ambientes.

Embora os diversos documentos estabeleçam a obrigatoriedade da participação popular nos processos de planejamento e organização dos espaços, observa-se que na prática predomina a ausência desses atores sociais nas discussões e decisões sobre o planejamento e organização do espaço, gerando conflitos de ordem sociocultural, ambiental, econômica e política.

São vários os motivos que afastam alguns atores sociais das decisões e discussões a respeito da atividade turística nos municípios. Alguns, porém, merecem destaque: ações verticalizadas e falta de interesse dos gestores públicos, descrença nos documentos gerados das reuniões com os atores sociais, que muitas vezes ficam apenas no discurso e teoria dos gestores municipais, causando, a própria desarticulação, descrença e desinteresse desses atores.

Diante desse cenário, percebe-se ainda a multiplicação de residências secundárias em áreas sensíveis, como a zona costeira do Brasil, caracterizando esses espaços com novas territorialidades, como as multiresidências e suas decorrentes multiterritorialidades, ampliando os conflitos e desafios apresentados no litoral brasileiro.

Nesse sentido, conceitos como espaço e território, ao longo da história, tem se tornado cada vez mais complexos devido às mudanças com as quais a sociedade tem passado numa era de fortes contrastes decorrentes da globalização. Autores como Corrêa (2001), Albagli (2004), Santos (2006) e Souza (2001) se debruçam sobre o assunto, buscando discutir e esclarecer importantes questões.

Corrêa (2001) faz uma análise da evolução das categorias geográficas de espaço e território, abordando as diferentes concepções de espaço vinculadas às diversas correntes do pensamento geográfico, com o intuito de contribuir para o estudo do tema. Por isso, ressalta que:

como ciência social a Geografia tem como objeto de estudo a sociedade que, no entanto, é objetivada via cinco conceitos-chave que guardam entre si forte grau de parentesco, pois todos se referem à ação humana modelando a superfície terrestre: paisagem, região, espaço, lugar e território (CORRÊA, 2001, p. 16).

Embora tais conceitos, isoladamente, levem alguns leigos a perceber apenas seus aspectos físicos, é importante notar como o autor refere-se a tais conceitos, a partir da “ação humana modelando a superfície terrestre”; na verdade conceitos como espaço e território estão sendo estudados, na atualidade, como resultantes das atuações e interferências humanas.

Neste sentido, Corrêa (2001) enfatiza que, no centro do debate, cada conceito possui várias acepções, cada uma resultante de uma específica corrente de pensamento.

Para tanto, o autor apresenta quatro abordagens considerando, inicialmente, como o espaço foi concebido na Geografia tradicional (1870 – 1950), seguindo-se após a sua concepção que emergiu da denominada revolução teórico-quantitativa (1950 – 1970); em seguida considera a Geografia fundada no materialismo histórico e dialético (a partir da década de 1970) e, finalmente, como os geógrafos humanistas e culturais abordaram o espaço.

A abordagem realizada pelos geógrafos, a partir de 1970, parece ser a que mais se aproxima do conceito de espaço que extrapola a sua concepção social, sendo também a mais adequada para a análise deste estudo, portanto:

o espaço entendido como espaço social, vivido, em estreita correlação com a prática social não deve ser visto como espaço absoluto, “vazio e puro, lugar por excelência dos números e das proporções” (LEFÉBVRE, 1976, p. 29), nem como produto da sociedade, “ponto de reunião dos objetos produzidos, o conjunto das coisas que ocupam e de seus subconjuntos, efetuados, objetivados, portanto funcional” (LEFÉBVRE, 1976, p. 30). O espaço não é nem o ponto de partida (espaço absoluto), nem o ponto de chegada (espaço como produto social) (CORRÊA, 2001, p. 25).

Compreende-se, portanto, que Corrêa (2001, p. 25), apoiado em Lefébvre, salienta que o espaço é entendido como “o lócus da reprodução das relações sociais de produção”.

Seguindo esta mesma linha, Santos (2006) parece concordar que a compreensão do espaço requer uma análise mais complexa, definida como conjunto de sistemas de objetos e sistemas de ações, conforme segue:

considerar o espaço como esse conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, assim como estamos propondo, permite, a um só tempo, trabalhar o resultado conjunto dessa interação, como processo e como resultado, mas a partir de categorias susceptíveis de um tratamento analítico que, através de suas características próprias, dê conta da multiplicidade e da diversidade de situações e processos (SANTOS, 2006, p.40).

Compreender que o espaço é resultante dessa complexidade, e que requer um olhar mais cuidadoso em torno de suas características e particularidades, exige que se utilize a lupa especial da interdisciplinaridade para se atingir a sua multiplicidade.

Santos (2006, p. 39) discute, por outro lado, que “o espaço é hoje um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade, e cada vez mais, tendentes a fins estranhos ao lugar e a seus habitantes”. Corrêa (2001) acrescenta que Milton Santos, também inspirado em Lefébvre e em sua concepção de espaço social, contribui fortemente para as discussões sobre o debate em torno do espaço com o estabelecimento do conceito de formação socioespacial:

O mérito do conceito de formação sócio-espacial, ou simplesmente formação espacial, reside no fato de se explicitar teoricamente que uma sociedade só se torna concreta através de seu espaço, do espaço que ela produz e, por outro lado, o espaço só é inteligível através da sociedade. Não há, assim, porque falar em sociedade e espaço como se fossem coisas separadas que nós reuniríamos a *posteriori*, mas sim de formação sócio-espacial (CORRÊA, 2001, p. 25).

Albagli (2004), ampliando a discussão, faz uma importante análise sobre território e da territorialidade, apresentando espaço e território com suas diferenciações e múltiplas dimensões, assim:

As noções de espaço e território são distintas. O espaço representa um nível elevado de abstração, enquanto que o território é o espaço apropriado por um ator, sendo definido e delimitado por e a partir de relações de poder, em suas múltiplas dimensões. Cada território é produto da intervenção e do trabalho de um ou mais atores sobre determinado espaço (ALBAGLI, 2004, p. 26).

Por outro lado, Souza (2001, p. 78) ratifica a conceituação de território, considerado como um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. O autor enfatiza ainda que “o território é essencialmente um instrumento de exercício de poder: *quem domina ou influencia quem nesse espaço, e como?*”. Neste sentido, ele apresenta uma importante característica do território:

Territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas, das mais acanhadas (p. ex., uma rua) à internacional (p. ex., a área formada pelo conjunto dos territórios dos países membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN); territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica (SOUZA, 2001, p. 81).

Ainda de acordo com Souza (2001), outra forma de se abordar a temática da territorialidade, pressupõe não propriamente um deslocamento entre as dimensões política e cultural da sociedade, mas uma flexibilização da visão do que seja território:

O território será um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre “nós” (o grupo, os membros da coletividade, ou ‘comunidades’, os *insiders*) e os “outros” (os de fora, os estranhos, os *outsiders*) (SOUZA, 2001, p. 86).

Interessante perceber como Souza (2001) articula em sua análise do território, os atores que participam efetivamente da “modelagem da superfície terrestre”, anteriormente apresentada por Corrêa (2001), distinguindo-os entre *insiders* e *outsiders*, e, por outro lado, confirmando uma característica que é própria do território: o limite.

Corrêa (2001) ressalta que “as transformações advindas com a modernidade capitalista tendem a minimizar essas distinções na medida em que novas práticas sociais originam novos espaços vividos dotados de outros atributos”, como o que pode ser percebido nos antigos vilarejos de pescadores, que com o passar do tempo voltaram-se para outras atividades econômicas, como o turismo, transformando sua função.

3.1 PARTICULARIDADES DAS SEGUNDAS RESIDÊNCIAS EM SEU ESPAÇO E TERRITÓRIO

Compreende-se, a partir dessas discussões, como os espaços litorâneos passam a se configurar também em territórios de veraneio e segundas residências, constituindo-se, muitas vezes, a partir de interesses e relações de poder. Com isso,

sem dúvida, sempre que houver homens em interação com um espaço, primeiramente transformando a natureza (espaço natural) através do trabalho, e depois criando continuamente valor ao modificar e retrabalhar o espaço social, estar-se-á também diante de um território, e não só de um espaço econômico (SOUZA, 2001, p. 96).

Diante das conceituações estabelecidas sobre as categorias espaço e território, apresenta-se a segunda residência a partir de reflexões em torno de sua relação com o espaço e seus mais diversos territórios. Uma das questões que necessitam ser discutidas e debatidas com mais precisão, diz respeito aos impactos e conflitos resultantes dessas construções em áreas consideradas sensíveis, analisados por Yázigi (2007) a seguir:

Em meados do século XX, o Brasil ainda era considerado um país essencialmente agrícola – isto é, com pouca população urbana, rarefeita até mesmo no litoral. Com a indústria automobilística e a consequente construção de estradas a partir de 1960, recantos até então isolados viram-se progressivamente invadidos por pontos e complexos turísticos, por residências secundárias nas vizinhanças dos centros regionais de irradiação, tudo isso gerando uma urbanização miliquilométrica ao longo do mar (YÁZIGI, 2007, p. 126).

É importante considerar que os territórios das segundas residências estão localizados principalmente próximos a grandes centros emissores e, no Brasil, concentram-se fortemente nas zonas costeiras, fazendo com que se tornem objetos de estudos por estarem localizados em zonas ambientalmente sensíveis. Neste sentido,

relacionando a residência secundária ao turismo sedentário, Sanchez (1985, p.111) observa que, nessa modalidade de alojamento turístico, há o uso repetitivo do mesmo espaço, criando alguma forma de vínculo territorial e psicossociológico. Esse vínculo, definido pela intenção de uso, estabelece uma ligação espacial restrita a períodos ocasionais menores ou semipermanentes e mais duradouros (TULIK, 2001, p. 7).

Tulik (2001) destaca ainda que as residências secundárias detêm uma relação permanente entre a origem e o destino, uma vez que estabelecem regularidade entre saídas, chegadas e retornos. A autora afirma que “ambos se complementam, pois se existe no emissor fatores que estimulam a procura por residências secundárias, o receptor detém características capazes de atrair, a ponto de justificar um vínculo territorial” (TULIK, 2001, p. 10), pois

a expressão maior do turismo de fim de semana (embora possa também ser utilizada nas férias), a residência secundária tem sua localização definida pela relação tempo-custo-distância. Esses fatores podem contribuir para a valorização de recursos naturais e culturais mais próximos dos centros emissores, que são preferidos a outros, de qualidade superior, porém mais distantes (TULIK, 2001, p. 13).

Analisando a localização de residências secundárias em determinadas áreas, Tulik (2001) observa que alguns autores enfatizam a predominância de certos fatores como: degradação de ambientes urbanos, a demanda recreativa em geral, o incremento na dimensão da conurbação e as oportunidades de investir em um patrimônio. Além destes, são citados, frequentemente, “o estágio avançado do desenvolvimento econômico dos polos emissores (geralmente as metrópoles e outras áreas urbanizadas), a distância e a acessibilidade entre a origem e o destino e as campanhas de marketing realizadas” (TULIK, 2001, p. 10). A referida autora adiciona outros fatores que ainda podem ser considerados, como a disponibilidade financeira, a possibilidade de espaços desocupados, a propriedade e uso do solo, a proximidade do domicílio principal, a presença e a qualidade das vias de acesso, atrativos nas áreas de destino e motivações diversas.

Assis (2012, p.18) apresenta outro dado relevante, ressaltando que a resultante urbanização turística decorrente dessa modalidade tem proporcionado “a formação de áreas

residenciais segregadas, que ofertam bons serviços e atraem construções de casas e condomínios de segundas residências para a venda a turistas estrangeiros”.

Por outro lado, Corrêa (2001, p. 36) afirma que “no processo de organização de seu espaço o homem age seletivamente. Decide sobre um determinado lugar segundo este apresente atributos julgados de interesse de acordo com diversos projetos estabelecidos”, demonstrando uma seletividade espacial.

O território da residência secundária, portanto, poderia enquadrar-se neste conceito de seletividade espacial, apontado por Corrêa (2001), em que as pessoas direcionam o interesse em adquirir um espaço onde possam veranejar e passar finais de semana prolongados, em áreas com atrativos naturais e culturais relevantes, motivadas principalmente por lazer, *status* e descanso.

Diante do fenômeno apresentado, faz-se necessário compreender como as segundas residências se desenvolveram no Brasil, a partir de autores que foram pioneiros nos estudos e pesquisas sobre o tema no país.

3.2 A SEGUNDA RESIDÊNCIA NO BRASIL

Silva (2012) faz uma análise da origem da segunda residência, abordando, inicialmente, sua amplitude e expansão na Europa, Estados Unidos e Brasil. O autor divide a sua obra em quatro partes: conceito e origem da residência secundária; o uso recreativo da praia e residência secundária; a expansão da residência secundária e origem e expansão da residência secundária no Brasil.

O referido autor apresenta o surgimento da segunda residência no Brasil, chamando atenção para as grandes precursoras desse movimento que se deu devido ao contexto histórico, nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Ainda enfatiza que “Certamente a presença da monarquia no estado do Rio de Janeiro influenciou costumes e hábitos e introduziu a cultura do banho de mar e da segunda residência entre os seus súditos, modismo esse que se disseminou entre as demais cidades do Brasil” (SILVA, 2012, p. 64).

Por outro lado, Assis (2003) afirma que o crescimento das segundas residências no Brasil e o fornecimento de dados estatísticos pelo IBGE, a partir da década de 1970, resultou em algumas análises específicas sobre o fenômeno no país. Estudos como o pioneiro de Odete Seabra, realizado em 1979, sobre os efeitos socioespaciais das segundas residências, a partir da análise dos preços dos terrenos e as formas de ocupação no litoral de Santos-SP; a análise de Mauren Roque, em 1990, sobre a desigualdade social que o fenômeno da segunda residência abarca como manifestação das diferenças nas oportunidades de trabalho e de lazer na Estância Balneária de Guarujá-SP; e o trabalho de Olga Tulik, cinco anos depois, onde ela avalia a dimensão e a distribuição das segundas residências, também no Estado de São Paulo, ressaltando as áreas emissoras e receptoras mais expressivas.

Com isso, percebe-se que os estudos sobre a segunda residência no Brasil iniciaram a partir da década de 1970, tendo como principal área de estudo o Estado de São Paulo e, segundo Tulik (2001), estes estudos esbarraram no problema da obtenção de dados.

Segundo a autora, nos Estados Unidos e em alguns países europeus as residências secundárias incluem-se nas estatísticas oficiais, a partir de 1950, entre os domicílios fechados, o que ocorreu no Brasil em 1970. Tulik (2001) assevera que as dificuldades dos pesquisadores decorrem justamente desse fato, pois as residências secundárias não devem ser confundidas com domicílios fechados.

No Brasil, essa questão se resolveu a partir dos censos demográficos realizados, respectivamente, em 1980 e 1991, quando surge uma categoria separada das demais, constituída pelos domicílios de uso ocasional, pois

a questão conceitual e a necessária e inevitável busca por uma definição são, em parte, reflexos da profusão de termos alternativos, de sentido amplo ou restrito, nos mais diversos idiomas, aplicados conforme as modalidades turísticas praticadas e as especificidades locais: em português, encontramos os termos domicílio de uso ocasional (IBGE), residência turística (*Langenbuch*), residência secundária, segunda residência e outras formas de uso corrente, como casa de campo, de temporada, de praia, de veraneio, além de chalé, cabana, sítio e chácara de lazer ou de recreio; em francês, *residence secondaire*, *maison de campagne*, *residence touristique*; em inglês, *second home*, *vacation home*; em espanhol, *segunda casa*, *segundo hogar*, *casas vacacionales*; em italiano, *seconda casa*; e outros tantos termos que devem existir para expressar aquele que não é o domicílio principal (TULIK, 2001, p. 6).

Tulik (2001) apresenta autores que discutem os conceitos e características das segundas residências e ressalta que existem certas concordâncias entre esses pesquisadores, que podem ser observadas empiricamente. Ela exemplifica, dizendo que a ideia de segunda residência contrapõe-se à de residência permanente, também denominada principal, normal ou primária (TULIK, 2001, p. 9).

Diante disso, o ocupante da residência secundária deve, obrigatoriamente, habitar outro domicílio, considerado o principal. Por isso, justifica-se também a denominação de uma residência turística, por apresentar um dos componentes básicos do turismo, o deslocamento por mais de 24 horas, envolvendo pernoite, razão principal de um alojamento turístico no tempo livre.

A temporalidade na ocupação, ainda segundo Tulik (2001), corresponde a outra concordância entre os autores. Ninguém reside, permanentemente, em residência secundária, mas pode ocupar esse espaço por períodos mais ou menos prolongados em função do tempo livre, da disponibilidade financeira e da distância da residência principal. Estes e outros fatores contribuem para explicar as concentrações de residências secundárias em algumas áreas, já que

residência secundária, portanto, opõe-se à residência principal e sua utilização compreende o uso temporário por períodos que podem ser prolongados ou não. Alguns autores observam que o uso pode ser repetido, mas não consecutivo por período superior a um ano, o que estabelece o já mencionado vínculo territorial e certo paralelismo com a definição aceita para turista, fato que reforça a noção da residência secundária como alojamento turístico. Residência secundária, portanto, é um alojamento turístico particular, utilizado temporariamente nos momentos de lazer, por pessoas que tem domicílio permanente em outro lugar (TULIK, 2001, p. 9).

Por outro lado, Assis (2012) apresenta a segunda residência a partir do contexto da hipermobilidade, consequência da globalização, que propicia a produção de novas formas de viagem e de moradia na atualidade. Ele defende que “são novas formas de mobilidade que alteram a relação espaço-tempo e também os sentidos de morar e viajar”. Assis argumenta ainda que:

as segundas residências se incluem entre essas novas moradias, já que, mesmo sem perder seu velho uso para veraneio de final de semana, passam a abrigar novos usuários que adquirem um segundo domicílio em outro país onde permanecem por longas temporadas comportando-se como turistas e imigrantes (ASSIS, 2012, p. 18).

Percebe-se que o enfoque dado por Assis (2012) sobre a segunda residência, está relacionado ao turismo e o setor imobiliário direcionado ao turista estrangeiro, que vem representando uma significativa modalidade em algumas realidades turísticas brasileiras.

A hipermobilidade defendida por Assis (2012) é um fator que merece destaque, tendo em vista que esta facilidade do deslocamento proporciona novas territorialidades, possibilitando que as pessoas adquiram imóveis nas mais diferentes partes do mundo.

O referido autor ainda faz uma interessante reflexão sobre o conceito de Turismo Residencial, considerado como moradias transnacionais intensificadas a partir dos anos 1970 e realizada inicialmente por aposentados europeus. No Brasil, esse tipo de turismo ganhou evidência principalmente na região nordeste a partir dos anos 1990, com a intensificação dos investimentos oriundos do PRODETUR-NE.

Assis (2012) afirma que o litoral dessa região tem recebido investimentos e visitantes que produzem novas territorialidades através de equipamentos e enclaves turísticos que ora convivem, ora se chocam com os gêneros de vida da população local.

Ainda acrescenta que “o efeito desse embate sobre a organização do espaço litorâneo é uma des-re-territorialização de velhos e novos territórios que convivem e se conflitam num permanente (re)fazer-se, ou seja, numa multiterritorialização”.

Neste sentido, é importante perceber que embora tenha havido programas e investimentos para o desenvolvimento do litoral brasileiro, observa-se ainda conflitos e problemas socioambientais que merecem uma atenção especial dos atores sociais do turismo.

A tese de Assis (2012) apresenta, portanto, que a segunda residência estabelece relações sociais mais amplas que não se restringem apenas ao veraneio tradicional da classe média local, e por isso também incorpora o fenômeno do turismo residencial praticado por estrangeiros que adquirem residências em outros países (considerado por Assis como multiresidências), onde passam a vivenciar uma multiterritorialidade, quase sempre conflitante pelo choque de interesses e de identidades criados com o novo território.

Percebe-se que a terminologia mais pertinente a ser utilizada, partindo da perspectiva do que Assis apresenta sobre esse tipo de turismo, parece ser a da residência secundária ao tratar do turista estrangeiro, tendo em vista que a segunda residência, neste caso, torna-se desapropriada, considerando que o perfil do turista estrangeiro apresentado por ele, é de alto padrão aquisitivo e possui, geralmente, mais de duas residências, caracterizando o que ele chama de multipropriedades e multiresidências.

Porém, para esta pesquisa, adotou-se a terminologia da segunda residência apresentada por Tulik (2001) devido ao perfil do turista que retrata a realidade estudada por ser geralmente

de origem local, principalmente da capital baiana, além de ser um turista de classe média e alta soteropolitana, bem como originada do Recôncavo Baiano.

A segunda residência no Brasil, portanto, representa uma realidade muito diversa e plural. Muitos desses turistas, nacionais e internacionais, encontram, no país, as condições propícias para adquirirem esses tipos de residências, conforme apresenta Yázigi:

Como se não bastasse ter sido brindado por ecossistemas do quilate da Amazônia e do Pantanal, o Brasil dispõe ainda de um litoral extenso e gracioso. Mais do que despertar o orgulho pátrio, no entanto, a existência de tantas riquezas naturais nos impõe imensa responsabilidade. De nada adianta admirá-las sem tomar os devidos cuidados de proteção. Afinal, como todo patrimônio mal cuidado, esses também podem se acabar (YÁZIGI, 2007, p. 123).

A profusão desse tipo de residências turísticas no Brasil, segundo estimativas da pesquisa realizada por Assis (2012), apresenta condições competitivas internas, tem boa margem de elasticidade de preços para competir no mercado internacional e, mediante investimentos em infraestrutura, proteção ambiental e planejamento econômico, pode ser forte gerador de divisas e desenvolvimento para o país (SILVA, 2012, p. 82). Nesse sentido,

Visando orientar as tendências de uso e ocupação e administrar os conflitos socioambientais oriundos da proliferação das segundas residências, é evidente a necessidade de um gerenciamento integrado da zona costeira em busca de um equilíbrio ambiental, econômico, político, social e cultural (SANTOS; VILLAR, 2014, p. 78).

Percebe-se, dessa forma, a necessidade de ampliar as políticas de turismo voltadas para o litoral brasileiro, bem como maiores investimentos, planejamento e ordenamento sustentável das áreas costeiras, para que o país possa apresentar reais condições competitivas para beneficiar-se do desenvolvimento decorrente dessa atividade econômica.

3.3 UM TERRITÓRIO DE SEGUNDA RESIDÊNCIA NA BAHIA

Na compreensão de Albagli (2004, p. 26-27), o território assume distintos significados em cada formação socioespacial. A autora entende que “a gênese, a dinâmica e a

diferenciação dos territórios vinculam-se a uma variedade de dimensões, tais como a física, a econômica, a simbólica e a sociopolítica”.

A dimensão física retrata as características geológicas e recursos naturais (clima, solo, relevo, vegetação), bem como aquelas resultantes dos usos e práticas dos atores sociais. Por outro lado, a dimensão simbólica apresenta o conjunto específico de relações culturais e afetivas entre um grupo e lugares particulares, uma apropriação simbólica de uma porção do espaço por um determinado grupo, um elemento constitutivo de sua identidade.

A dimensão econômica diz respeito às formas de organização espacial dos processos sociais de produção (o que, como e quem nele produz), de consumo e de comercialização. Em contrapartida, a dimensão sócio-política, condiz com o meio para interações sociais e relações de dominação e poder (quem e como o domina ou influencia). Nesse sentido, o turismo de segunda residência em Barra Grande, pode ser caracterizado como uma das principais atividades econômicas deste destino, seguida da pesca e comercialização de mariscos.

A partir das reflexões realizadas sobre as categorias espaço e território das residências secundárias e das dimensões apresentadas por Albagli (2004), é possível compreender como o território de residências secundárias se organiza na Bahia, a partir do objeto de estudo da vila de Barra Grande em Vera Cruz.

Dentre os aspectos da dimensão física desse território, verifica-se que o local abriga uma biodiversidade rica em espécies animais, manguezais, além de remanescentes de Mata Atlântica (BREVE, 2010). A vila dispõe de uma vocação natural para a prática da atividade turística, que também é favorecida pelo seu potencial cultural, apresentando uma dimensão simbólica significativa (figura 05). Assim,

Normalmente, a residência secundária está localizada próxima do domicílio permanente no entorno de importantes polos emissores, predominando o interesse por áreas de praia, embora do mesmo modo possa estar presente no continente. Entretanto, nos dois casos, as condições paisagísticas e climáticas desempenham importante papel na escolha do local onde estão instaladas (SILVA, 2012, p. 87).



Figura 05: Vista da praia de Barra Grande.
Crédito: Mirela Araújo, 2013.

Entretanto, notam-se alguns problemas de ordem socioeconômica que precisam ser observados neste território. Um deles é a crescente insatisfação da população local quanto ao transporte realizado entre a Ilha de Itaparica e Salvador, resultante do sucateamento de grande parte da frota de embarcações marítimas. No período de alta estação, quando o volume de deslocamento de pessoas aumenta para veranejar na Ilha, observa-se longas filas de passageiros, bem como de automóveis que se estendem por horas para a realização da travessia, como o que se observa na figura 06.



Figura 06: Fila para a travessia Mar Grande X Salvador – Bahia.
Crédito: Mirela Araújo, 2013.

Outro problema recorrente diz respeito ao descarte e acondicionamento dos resíduos sólidos realizados fora da sede, Mar Grande. Ao transitar pela rodovia BA-001 e por diversas vilas e praias observa-se o lançamento de resíduos sólidos sem o devido acondicionamento e até mesmo restos de construções espalhados pelas ruas transversais para cobertura de buracos.

É possível constatar ainda outro panorama que recai sobre o território do turismo de segunda residência em Barra Grande. Observou-se, durante visita de campo, que as praias localizadas em frente ao maior condomínio de residência secundária desta vila, o Arauá, estavam limpas, diferentemente do que foi encontrado nas praias próximas à vila, onde predomina o lixo nas areias (Figura 07). Segundo informação dos porteiros do condomínio, esta limpeza é feita pelos funcionários do Arauá.

Inferi-se destas constatações que coexistem, neste território, grandes contradições nas dimensões ambiental e sociopolítica. Se, por um lado, observa-se uma riqueza natural e uma forte potencialidade para o turismo, por outro lado, verifica-se que a gestão pública municipal não tem propiciado as condições para que o turismo se desenvolva de forma sustentável, conforme retrata Albagli:

Os elementos naturais de um dado território são transformados em potencialidades, na medida em que a sociedade percebe sua importância como recurso e, eventualmente, os integra às suas práticas territoriais. Tais práticas podem ser predatórias desses recursos e degradantes da qualidade ambiental; ou sustentáveis do ponto de vista da conservação e do equilíbrio do meio ambiente local (ALBAGLI, 2004, p. 37).



Figura 07: Condomínio Enseada do Arauá em Barra Grande.
Crédito: Mirela Araújo, 2013.

Os moradores, visitantes, turistas e comerciantes locais também devem agir como guardiões deste espaço. É imprescindível que os atores sociais envolvidos no território assumam a sua cota de responsabilidade sem, no entanto, descartar a importante atuação dos gestores públicos municipais para o ordenamento do território, bem como para o necessário planejamento e gestão do espaço.

Para o planejamento e gestão deste espaço, Santos (2006) afirma que é necessário a compreensão e interação de um sistema de conceitos:

trata-se de formular um sistema de conceitos (jamais um só conceito!) que dê conta do todo e das partes em sua interação. Pensamos que nossa proposta atual de considerar o espaço geográfico como a soma indissociável de

sistemas de objetos e sistemas de ações pode ajudar esse projeto (SANTOS, 2006, p. 49).

Ainda para o referido autor, o espaço geográfico deve ser considerado como algo que participa igualmente da condição do social e do físico, um misto, um híbrido, e por isso os seus atores sociais precisam atuar com mais efetividade, buscando solucionar coletivamente os problemas e conflitos de seu território.

4 ESPECIFICIDADES DO TURISMO DE SEGUNDA RESIDÊNCIA EM BARRA GRANDE

4.1 OS DESAFIOS DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

4.1.1 Gestão do Turismo em Vera Cruz

O Estado da Bahia dividiu sua área turística em 13 zonas, devido a sua grande extensão. A Ilha de Itaparica faz parte da Zona Turística Baía de Todos os Santos, e seu principal diferencial é a proximidade com a capital, Salvador, tornando-se, por isso, um dos destinos do turismo de segunda residência no Estado. Vera Cruz, um dos municípios da Ilha, enfrenta alguns desafios para o incremento do turismo sustentável na localidade.

O poder público municipal possui importante responsabilidade para a gestão dos múltiplos recursos para o desenvolvimento do turismo nos municípios. Os gestores de Vera Cruz compreendem a importância do turismo para o município, inclusive economicamente, ao mesmo tempo em que buscam garantir oportunidades de melhorias na infraestrutura turística e no receptivo, além de lidar com desafios de questões complexas como o gerenciamento dos resíduos sólidos e a poluição sonora, gerados pelo turismo de segunda residência.

O secretário de meio ambiente, turismo, esporte e cultura de Vera Cruz, com formação acadêmica em Turismo e Cultura, trouxe uma visão sistêmica para as pastas, bem como uma atuação interdisciplinar no município, como assim preconizam Theodoro *et al.* (2005) ao enfatizarem a necessidade da gestão em buscar soluções negociadas com os outros atores sociais, considerando a necessidade de uma abordagem integrada, que possibilite uma gestão mais harmônica dos recursos.

Com isso, a Secretaria de Meio Ambiente, Turismo, Esporte e Cultura de Vera Cruz (SEMATEC) busca apoio financeiro junto ao Governo Federal para, dentre outras ações, realizar a requalificação da Orla de Mar Grande, sede do município.

Aliado a isso, outros parceiros como a Universidade Federal da Bahia (UFBA), através da escola de Administração (Grupo de Economia Solidária), realizaram juntamente com o *trade turístico*⁵ e a sociedade civil, oficinas de produção ligadas ao turismo, bem como a

⁵ Empresas e instituições que compõem o sistema do turismo.

identificação de quatro polos de desenvolvimento local: Mar Grande (Sede), Cacha Pregó (com potencial para o ecoturismo), Matarandiba (polo cultural) e Baiacu (polo histórico).

Segundo o secretário, um dos problemas atualmente enfrentados é a falta de planejamento das ações, tornando-se necessário a realização de um diagnóstico turístico, pois sem essa iniciativa, “*fica difícil diagnosticar os problemas*”, principalmente porque ainda estão utilizando diagnósticos antigos que dificultam identificar as principais carências.

A divisão municipal em quatro polos de desenvolvimento demonstra organização e planejamento da gestão pública municipal, mas por outro lado, deixa à margem outras regiões importantes para o turismo, a exemplo da vila de Barra Grande, que está fora do planejamento e da devida gestão, mesmo porque a própria secretaria afirmou que o diagnóstico da região estando desatualizado, dificultaria sem dúvidas verificar os problemas e carências locais, por isso, os instrumentos utilizados para definir tais áreas são extremamente questionáveis.

Neste sentido, com o intuito de delimitar ações para priorizar o desenvolvimento desses polos, a gestão local buscou o diálogo com o *trade*, em especial com as agências de turismo, Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (ABRASEL) e Associação Brasileira de Agentes de Viagens (ABAV), dentre outras.

Com essa iniciativa percebe-se a preocupação em realizar uma reestruturação na SEMATEC, buscando garantir melhorias na infraestrutura, no receptivo e em algumas questões como o lixo e a poluição sonora, através de parcerias e recursos federais. As parcerias com o *trade*, assim como uma aproximação com a comunidade local, poderiam proporcionar uma atuação mais participativa no município, porém o que se observou apenas é que existe o anseio, sem que a ideia saia da etapa do planejamento.

A gestão apresenta pequenas reestruturações socioculturais na sede do município, como a do Centro de Cultura, que se tornou Complexo Cultural de Vera Cruz e o Mercado de Mar Grande que será transformado em outro Centro de Cultura Popular, Arte e Artesanato, inserindo elementos da gastronomia local, artesanato e apresentações culturais voltados para o turismo, em parceria com a iniciativa privada. Além dessas ações, outras foram também concretizadas pela SEMATEC como a criação de um Centro de Fiscalização e de quatro coordenações (Turismo, Cultura, Esportes e Meio Ambiente) que buscam concentrar a atenção no turismo e meio ambiente, através da implantação da Diretoria de Ordenamento e

Infraestrutura Turística e do Centro de Fiscalização e Licenciamento, como se constata nas palavras do atual secretário:

“A proximidade com Salvador proporciona uma atração turística para a Ilha, incentivando a sua economia”. Por conta da priorização da pasta de turismo, *buscou-se trabalhar em três eixos: qualificação profissional, capacitação empresarial e integração econômica* (Secretário de Turismo de Vera Cruz, 2014).

A divisão em coordenações como estabelecida, proporciona uma distribuição de atribuições entre as pastas, podendo tornar as ações mais eficientes no município. Isso demonstra uma preocupação e incentivo ao planejamento, etapa fundamental para uma atividade turística sustentável, porém, ainda insuficiente.

O secretário explicou que a pasta de desenvolvimento econômico tem o intuito de atrair investimentos para o município, bem como redes de hotéis, tendo em vista que atualmente *“prevalecem dois extremos: meios de hospedagem muito simples e baratos ou muito caros, como é o caso do Club Med; buscando assim hotéis intermediários, como os da bandeira IBIS”*.

Outro problema apresentado pelo gestor de turismo refere-se ao licenciamento. Foram suspensos todos os alvarás em funcionamento provisório, até que se concluam os processos de levantamento de dados, para em seguida realizar os licenciamentos. Nesse sentido, será feito o credenciamento das entidades pelo setor jurídico.

Os benefícios provenientes do turismo para Vera Cruz tem sido promissores pela nova forma de se pensar o planejamento, onde a secretaria prioriza a atração do turista e não do visitante⁶ ou o residente de segunda residência, como acontece atualmente; pois *“o objetivo é que o turista não passe apenas o dia e depois retorne para Salvador, mas que permaneça na Ilha por mais de 24h, trazendo renda e movimentando a economia local”*.

Essa compreensão do gestor é importante, na medida em que o turista passa mais dias no município gerando renda para a comunidade, ao contrário do visitante que geralmente passa menos de 24 horas no local visitado, realizando um consumo mínimo, e às vezes

⁶ Está associado a excursionista, aquele que realiza a visita aos locais turísticos por um período inferior a 24h, sem a realização do pernoite.

gerando muito resíduo. A postura do gestor, neste sentido, está de acordo com um dos objetivos da Política Nacional de Turismo (BRASIL/2008), que visa a ampliação dos fluxos turísticos, a permanência e o gasto médio dos turistas nacionais e internacionais no país, mediante a promoção e o apoio ao desenvolvimento turístico brasileiro, muito embora na localidade não se perceba nenhuma ação realizada para alcançar este objetivo, principalmente quanto a infraestrutura que poderia ser melhorada pelas condições precárias em que se apresenta (figura 08).



Figura 08: Infraestrutura turística da vila de Barra Grande.
Crédito: Mirela Araújo, 2013.

Além disso, na visão do secretário, existem 03 equipamentos turísticos históricos que merecem destaque em Vera Cruz: a Igreja de Santo Antônio de Velasques (Mar Grande), as ruínas das Igrejas de Baiacu (Baiacu) e a de Nossa Senhora da Conceição (Conceição), conforme Figura 09. Assim, considerando as péssimas condições de conservação desses equipamentos a SEMATEC propôs uma visita técnica ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e outros agentes, para a realização de uma Conferência Municipal do Turismo e criação do Fórum, do Fundo e do Conselho Municipal do Turismo, a

fim de buscar a recuperação das igrejas em ruínas, com o intuito de torná-las potenciais atrativos turísticos.



Figura 09: Ruínas da Igreja Nossa Senhora da Conceição.
Crédito: Mirela Araújo, 2013.

Nessa perspectiva, segundo o gestor de turismo, a secretaria vem somando esforços no sentido de transformar o atual aeroclube de Vera Cruz em aeroporto para pequenos pousos e até mesmo voos provenientes de Salvador com destino a ilha, e para isso, já houve uma conversa com um dos senadores da República para verificar a viabilidade.

Sabe-se que o turismo de sol e praia é uma alternativa importante para a economia de áreas localizadas na zona costeira e no caso local para que se alcance o sucesso desejado torna-se necessário realizar a divulgação do potencial da ilha em outras regiões do Brasil e até mesmo no cenário internacional. Com isso, os gestores estão criando um novo *slogan*, que fora lançado no Salão Baiano de Turismo: “Vera Cruz, Ilha de Itaparica, primeiro destino turístico do Brasil”. Através dessa estratégia, a SEMATEC busca melhorar a imagem do destino, bem como aumentar o fluxo turístico local.

Entretanto, o que se verifica de forma contundente é a grande dificuldade que o município enfrenta de gerir o alto volume de pessoas que frequentam a região na alta estação,

pelo fato de vivenciar fortes problemas estruturais, sem antes tentar saná-los, fazendo com que as dificuldades de gerenciamento dos problemas se acentuem, tanto que segundo o secretário, dos problemas existentes o primeiro desafio a enfrentar é que *“Vera Cruz é um município para ser administrado para 35.000 habitantes, no entanto, em alguns períodos do ano, administramos em torno de 350.000 pessoas”* (figura 10).



Figura 10: Resíduos sólidos espalhados na Vila de Barra Grande.
Crédito: Mirela Araújo, 2014.

Pelo que se nota, praticamente seis meses do ano, a ilha passa a ter esse número de pessoas oriundas, principalmente, de Salvador e Santo Antônio de Jesus, em busca do turismo de sol e praia. O saldo negativo dessa procura, é que esse contingente populacional vem gerando problemas, como o excesso de resíduos sólidos, aliado à mudança do perfil socioeconômico dos visitantes da ilha, uma vez que *“as classe A e B migraram para a Linha Verde, enquanto que as classes C, D, F, Z foram para a Ilha de Itaparica, gerando um turismo de massa, predatório e que tem destruído assustadoramente a ilha”*.

Após realização de um sobrevoo na ilha, a secretaria concluiu que 75% de sua área ainda é constituída por mata virgem, e mesmo as áreas ocupadas em estado de degradação ambiental necessitam de ordenamento territorial. Diante desse cenário, a principal preocupação da SEMATEC passou a ser com a questão ambiental: *“É necessário investir numa gestão mais consciente, voltada para o patrimônio, a cultura e o turismo, em busca da sensibilização para a mudança de comportamento e atitude das pessoas, principalmente das crianças”*. Entretanto, mesmo havendo essa preocupação da gestão pública, o trabalho de campo realizado *in loco* sinalizou situação contrária na Vila de Barra Grande, face ao relativo abandono do meio ambiente (figura 11).



Figura 11: Resíduos sólidos nas praias de Barra Grande
Crédito: Mirela Araújo, 2013.

Outra questão ressaltada é que

“Salvador está começando a se organizar, e as pessoas vem para a ilha bagunçar o que já está bagunçado”. (...) “no réveillon, eu presenciei numa travessia, um carro que parecia uma favela montada, porque a criatura não conseguiu o licenciamento para comercializar em Salvador e veio de mala e cuia comercializar na ilha. E isso tem acontecido constantemente” (Secretário de Turismo de Vera Cruz, 2014).

Outra dificuldade aventada é que, devido aos baixos salários pagos na prefeitura, torna-se difícil motivar e manter uma equipe fixa e permanente que dê prosseguimento aos projetos e atividades da SEMATEC. Para tentar sanar parcialmente esse problema, a referida secretaria busca trabalhar de forma integrada com outras secretarias:

“trabalhar a integração entre as secretarias e inclusive entre outros municípios, como por exemplo o de Itaparica, em que a secretaria de turismo de lá trabalha de forma integrada com a nossa” (Secretário de Turismo de Vera Cruz, 2014).

“É bom frisar, no entanto, que aqui existe um barrismo muito forte”, e geralmente os nativos trabalham com culturas identitárias bem locais, de cada habitat dele; raramente se autodenominam como Acampanha incentivando a valorização da cultura local” (Secretário de Turismo de Vera Cruz, 2014).

A respeito da conscientização da comunidade para o desenvolvimento do turismo, verifica-se que ainda não há nenhuma ação efetiva neste sentido: *“existem alguns diálogos, por exemplo em Barra do Gil, onde o pessoal tem feito um trabalho de conscientização ambiental”*, mas a secretaria tem priorizado trabalhar com o *trade turístico*. Tem-se utilizado a metodologia da árvore de problemas, a ser aplicada nas localidades para identificar, durante as reuniões, os problemas, suas causas e consequências. Essa metodologia além de ser rápida e eficaz, proporciona uma aproximação com a comunidade. Inicialmente será aplicada nos quatro polos e posteriormente nas demais áreas, mas diante dos graves problemas existentes em Barra Grande, ela parece se mostrar inoperante com aquelas comunidades que não participam dos quatro polos, mesmo tendo importância turística para o município.

Segundo informações, as barracas de praia serão destruídas e em substituição construídos quiosques fora da faixa de praia. Com essa requalificação, a SEMATEC irá trabalhar a metodologia citada utilizando um Termo de Ajuste de Conduta (TAC). A proposta envolverá 02 *pit stops* e 40 kits praias em forma de saveiros, com uma produção associada ao turismo.

“A ideia é que no verão de 2015 esta proposta já esteja implementada”, porque não se trata apenas de um investimento do município, trata-se, principalmente, de investimento integral da iniciativa privada, preocupada com os impactos econômicos das demolições das barracas, que será grande. Nesse intuito, *“eles querem que, antes da derrubada, já iniciem este tipo de comercialização; mas estamos fazendo um estudo/diagnóstico, para começar a*

fazer isso”. Ademais, quase nada se comentou sobre os impactos socioambientais e os conflitos de interesses envolvidos nessa questão.

Em Vera Cruz, não se sabe ao certo o valor aproximado da arrecadação gerada pelo turismo, pois segundo o secretário *“quem souber, morre (risos)”*. A justificativa apresentada é que a secretaria ainda não tem trabalhado com indicadores de rendimentos, uma vez que busca instrumentos para identificá-los. *“Agente está com geoprocessamento já aqui neste computador, tudo da CONDER⁷, onde vou ter o geoprocessamento do turismo na ilha e tudo vai ficar aqui no banco de dados”*. Presume-se que a partir do diagnóstico sociopolítico e ambiental da ilha, esse banco de dados será alimentado:

“Eu acredito que no próximo semestre já estaremos com os quatro planos prontos: saneamento, limpeza, mobilidade e o diagnóstico turístico”, almeja o gestor. Isso será feito, segundo o gestor, “através de outro contrato, junto a SEDUR⁸, na ordem de R\$ 2.700.000,00 para a contratação de uma empresa de consultoria técnica, com uma equipe multidisciplinar, para a construção dos planos” (Secretário de Turismo de Vera Cruz, 2014).

Quanto ao lixo e ausência de caixas coletoras adequadas nas localidades, acaba sendo um problema sério: *“como nós vamos pedir que as pessoas joguem o lixo em local apropriado, se nós não temos nem as caixas coletoras?”* Percebe-se, com essa afirmação o descaso e a ineficiência do setor público municipal no trato da questão, e bem assim na fiscalização e monitoramento.

Além disso, os *containers*, dos condomínios deverão assumir essa responsabilidade, *“Então, estamos tendo que trabalhar três linhas (em parceria com a secretaria de obras): os loteamentos, os moradores e os visitantes”*. Outra alternativa viável seria buscar junto às empresas, como a Nextel, uma contribuição para a minimização desse problema de forma mais imediata a fim de evitar possíveis impactos ambientais com a prática rotineira dessas ações que segundo Sánchez (2008), entende-se como a possível alteração da qualidade ambiental que resulta da modificação de processos naturais ou sociais provocada pela ação humana (Figura 12).

⁷ Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia.

⁸ Secretaria de Desenvolvimento Urbano.



Figura 12: Resíduos sólidos de Hotel, no entorno de Barra Grande.
Crédito: Mirela Araújo, 2013.

A avaliação da SEMATEC quanto a atividade turística em Vera Cruz remete ao retrocesso da Ilha de Itaparica, como um todo:

“A ilha foi um dos primeiros destinos (da Bahia) e muitas gerações lembram da ilha de forma muito saudosa, bonita. E realmente nós tínhamos o que hoje o Litoral Norte tem. O deslocamento de turistas para o Litoral Norte e também para a Costa dos Coqueiros, fez com que diminuísse muito o fluxo de turistas de alto padrão para a ilha; alterou-se o perfil do turista. Tanto que estamos estudando uma Lei para cobrar uma taxa para o Turismo e Meio Ambiente” (Secretário de Turismo de Vera Cruz, 2014).

Como se vê, conclui-se que a partir do impacto do turismo de massa, que é predatório, existe a necessidade de um replanejamento e uma reorganização da atividade turística na região.

4.1.1.1 O turismo na vila de Barra Grande

O desenvolvimento do turismo em Barra Grande apresenta dificuldades oriundas da ausência de infraestrutura, uma vez que poucas ações foram realizadas naquela localidade. A SEMATEC identificou em Barra Grande vários problemas, como o lixo e a poluição sonora, e outras situações que demonstraram a insatisfação dos comerciantes e moradores locais. Observou-se, portanto, que essa área ainda não está dentro dos polos prioritários de ação da secretaria municipal, mas entrará no processo de requalificação do Governo Federal. Até então, o que estão sendo garantidos são a qualificação profissional, a capacitação empresarial e pequenas intervenções de requalificação e ordenamento turístico.

Diante disso, é imperativa a necessidade de melhorias na infraestrutura turística de Barra Grande. A área de praia é de responsabilidade da União, sendo área da Marinha, ou seja, *“nós não temos responsabilidade com estas áreas; nosso papel é o ordenamento; então nosso papel hoje é demolir, construir fora dessa faixa”*.

Porém, o artigo 3º da Lei 11.771/2008, no seu parágrafo único, estabelece que

o poder público atuará, mediante apoio técnico, logístico e financeiro, na consolidação do turismo como importante fator de desenvolvimento sustentável, de distribuição de renda, de geração de emprego e da conservação do patrimônio natural, cultural e turístico brasileiro (BRASIL, 2008, p. 25).

Infere-se dessa situação que há uma transferência de responsabilidade no que pese aos cuidados necessários à gestão costeira. Os instrumentos que a gestão municipal vem utilizando para cobrar a atuação do poder público estadual e federal, para apoio na minimização e solução dos problemas e impactos socioambientais do turismo em Vera Cruz, demonstram-se insuficientes.

A propósito Yázigi (2007) faz uma denúncia acerca dos descuidos presenciados ao longo da costa brasileira. Infelizmente, a gestão pública tem negligenciado sua atuação em muitos municípios brasileiros, a exemplo do que se vivencia na Ilha de Itaparica, em particular.

A respeito das ações tomadas para melhoria da infraestrutura turística de Barra Grande, o secretário reafirma que sua prioridade são os quatro polos delimitados e que será realizada a requalificação em toda a orla do município: *“Na verdade, existe uma estrutura mínima, uma praça e algumas barracas de praia. A infraestrutura é remota e ainda precisa ser melhorada”* (figura 13).



Figura 13: Falta de infraestrutura turística em Barra Grande.
Crédito: Mirela Araújo, 2013.

No tocante a limpeza das vilas e das praias de Barra Grande, embora seja de responsabilidade do governo municipal, há uma afirmativa do município pela sua manutenção; o trabalho da prefeitura e de sua secretaria é de varrição, sendo que é a Secretaria de Obras e Serviços públicos que cuida dessa questão.

Através das visitas de campo, percebeu-se outra realidade preocupante: pouca ou nenhuma varrição e limpeza das praias de Mar Grande e Barra Grande, conforme se constata na figura 14. Os moradores locais quando questionados sobre a limpeza das praias, informaram nunca terem presenciado a realização desse serviço em espaços de Barra Grande.



Figura 14: Resíduos sólidos nas proximidades das praias de Mar Grande.
Crédito: Mirela Araújo, 2013.

Na opinião de Albagli (2004) “cada território é produto da intervenção e do trabalho de um ou mais atores sobre determinado espaço”, é neste aspecto que as figuras mostram o descuido não apenas dos gestores públicos com este território, como também dos outros atores sociais que parecem não se incomodar com o problema dos resíduos sólidos na região, demonstrando uma desarticulação entre eles.

O município não possui um diagnóstico sobre a procedência do turista de Barra Grande, mas segundo as informações a prefeitura precisa solicitar junto à UFBA um levantamento para obter esses dados, embora já exista a possibilidade de cadastramento dos empreendimentos turísticos junto ao CADASTUR⁹ para ter um curso para os empreendedores. Foram realizados três encontros com o *trade* e a participação tem sido pequena, principalmente entre os proprietários dos meios de hospedagem: *“uma parte, nós fizemos um pacto e eles estão participando bastante; a outra está se sentindo envergonhada (por ver as mudanças), e não está nem vindo mais para os encontros”*.

⁹ Sistema de Cadastro de pessoas físicas e jurídicas que atua no setor do turismo. Executado pelo Ministério do Turismo, em parceria com os Órgãos Oficiais de Turismo nos 26 Estados do Brasil e no Distrito Federal, permite o acesso a diferentes dados sobre os Prestadores de Serviços Turísticos cadastrados.

A secretaria assume uma parcela de culpa, com a falha no sistema de comunicação e afirma que o diagnóstico irá ajudar, pois terão informações atualizadas para apresentar à sociedade. Um dos problemas é a descrença da comunidade na resolução dos problemas, a partir das reuniões.

Por outro lado, o turismo de segunda residência em Barra Grande tem se mantido estável (quanto ao fluxo) e não aumentou, podendo até ter havido um decréscimo. É importante salientar, que a gestão não possui dados oficiais sobre a situação desse tipo de turismo no município, por falta de um diagnóstico turístico mais preciso:

“Os donos de segunda residência vinham muito para cá quando encontravam a ilha como ela era em 1980, e com a mudança do perfil socioeconômico das pessoas que hoje visitam a ilha, fez com que esses proprietários preferissem alugar suas casas ou até mesmo mantê-las fechadas, devido também a desvalorização desses imóveis” (Secretário de Turismo de Vera Cruz, 2014).

Os impactos desse segmento do turismo são socioambientais e econômicos. A esse respeito, Rodrigues (2002) questiona se “pode ser sustentável um espaço cujo consumo é destrutivo?”. Contrariando a tese da autora, o gestor acredita que:

“se essas áreas que hoje estão ocupadas por segundas residências fossem ocupadas por hotéis intermediários verticalizados, como o Ibis, por exemplo, com 100 unidades habitacionais, poderiam estar gerando em torno de 30 empregos cada um. Com a horizontalização dos condomínios, esse número cai para cinco ou dez funcionários. Sem contar que as pessoas que iriam se hospedar irão consumir, fazendo girar a economia local, beneficiando toda a cadeia produtiva” (Secretário de Turismo de Vera Cruz, 2014).

Na concepção da gestão pública municipal *“as segundas residências envolvem um dos maiores problemas que é o lixo. Porque num hotel ele tem uma legislação que prevê a incineração, o acondicionamento e o transporte do lixo; já o morador não, passa toda a responsabilidade para a gestão municipal e hoje o maior impacto na ilha chama-se: segunda residência”*. A segunda residência é apresentada como *“um grande problema”* porque expandiu-se de forma desordenada e sem planejamento. *“Segundo dados da secretaria de planejamento, passaremos de uma população de 35.000 para 350.000 habitantes efetivos, com o advento da ponte (Salvador – Ilha de Itaparica), em que essas pessoas se tornarão realmente residentes”*.

Essa justificativa sugere uma visão elitista da gestão pública e não resolve os problemas que o município enfrenta. Santos (2006) afirma que o espaço é resultante do conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações. Portanto, é importante que a gestão pública estabeleça estratégias conjuntas com os outros atores sociais **para** minimizar os impactos apresentados **e** melhorar a qualidade de vida da comunidade local e turistas.

O secretário conclui a entrevista afirmando que *“a ponte vai sair porque é interesse do Estado e ela será construída pela iniciativa privada”*. Já existem 04 empresas interessadas, porque a mesma será pedagiada.

Com isso, provavelmente a ilha irá passar por outros impactos significativos, como os já presenciados em outras regiões litorâneas, absorvidas pela especulação imobiliária, fazendo com que a comunidade local seja excluída do processo de crescimento e posta nas periferias.

Percebe-se que são grandes os desafios da pasta de Turismo e Meio Ambiente para a concretização de um turismo sustentável. Prevalece ainda um eficiente planejamento versus a ausência da implementação de ações de gestão integrada, descentralizada e participativa que priorizem a minimização dos graves problemas encontrados na região, como a falta do gerenciamento de resíduos sólidos, precariedade da infraestrutura turística do município e desarticulação com os outros atores sociais, referenciados no PNGC.

4.1.2 Gestão Ambiental em Vera Cruz

A Diretora de Meio Ambiente, atuante na área há dez anos, está à frente da gestão ambiental de Vera Cruz desde maio de 2011 e lamenta que passados esses anos, alguns produtos ainda não saíram do planejamento, como: o Conselho de Meio Ambiente e o Código do Meio Ambiente.

A respeito das ações e projetos voltados para o Meio Ambiente, a gestora informou que, em 2011, houve o planejamento de resíduos sólidos, onde foi possível estudar e pensar a separação da Coleta Seletiva, bem como formas de realizar intervenções nas diferentes localidades, diante da diversidade que o município apresenta. Atualmente, a gestão está concentrada na política pública de saneamento.

Sobre a existência de instrumentos de controle e monitoramento do Meio Ambiente no município, a diretora esclareceu que:

“agente aqui não tem uma política dentro da secretaria, mas utilizamos alguns mecanismos: nós temos o INEMA¹⁰, que é o Estado que fiscaliza normalmente quando vê algum impacto mais significativo; agente utiliza também a Companhia de Polícia Ambiental (COPA), que tem uma sede em Itaparica; então, agente tem sempre uma parceria em ações que precisam desse apoio” (Diretora de Meio Ambiente de Vera Cruz, 2014).

A gestão prefere fazer um trabalho educativo: *“Quando agente tem denúncia aqui de algum impacto ambiental ou de alguma ação antrópica relevante, o que agente tenta é fazer um trabalho educativo; então, as nossas notificações estão muito pautadas em transformar o comportamento do indivíduo”.*

Observou-se que a gestão ambiental em Vera Cruz tem uma preocupação com a questão do saneamento, principalmente quanto aos resíduos sólidos, que também tem sido motivo de insatisfação de moradores, turistas e comerciantes locais. Entretanto, nota-se a ausência de instrumentos de controle e monitoramento do meio ambiente, por parte da gestão pública municipal, que recorre a outros parceiros para gerir assuntos relevantes da pasta. Segundo Badaró,

As mazelas que maculam a conscientização do turismo sustentável no Brasil: a falta de infraestrutura - inclusive social - adequada, de educação ambiental, de técnicas especializadas ou mesmo o pouco respeito ao meio ambiente, fazem com que nossa potencialidade de exploração do turismo ecológico torne-se mais um fator de impacto ao meio ambiente natural, artificial e cultural (BADARÓ, 2004, p. 27).

O que Badaró (2004) apresenta reflete a situação de muitos municípios brasileiros. Quanto a Vera Cruz, embora a gestão afirme que prefere realizar um trabalho educativo, não foram apresentados os programas de educação ambiental implantados, que estão ainda na etapa do planejamento.

¹⁰ Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

Ruschmann (1997) explica que o conceito de turismo sustentável está intimamente ligado a sustentabilidade no uso dos recursos naturais e culturais. Quanto à conscientização do uso e descarte dos recursos naturais do turista na localidade, assim se expressou a gestora:

“na realidade, agente hoje tem um turismo de massa, ou um turismo que vem da região metropolitana de Salvador, da capital; então são turistas que tem aqui espaços privilegiados, numa segunda residência, e que vem com comportamentos que trazem da sua vida, de seu cotidiano; então, não separam o seu resíduo, não tem a mínima consciência de que a responsabilidade, eu sei, não é só deles, mas não tem a mínima consciência de que estão entrando numa Área de Proteção Ambiental, que é a APA Baía de Todos os Santos” (Diretora de Meio Ambiente de Vera Cruz, 2014).

No tocante aos impactos positivos, como não existem muitos geradores de emprego e renda em Vera Cruz, o turismo, em geral, contribui com

“certa geração de renda, movimenta a economia local, através de compras nos supermercados e aí vai ampliando alguns negócios, inclusive até a agricultura familiar também se privilegia disso; tem um pessoal que vende alimentos orgânicos, então já tem um valor agregado, então ali você já está gerando renda, beneficiando famílias” (Diretora de Meio Ambiente de Vera Cruz, 2014).

A gestão não mede esforços em desenvolver um trabalho integrado com outras secretarias. O trabalho integrado com a Secretaria de Educação reflete na Educação Ambiental formal, através da tentativa de implementá-la como meta, não como uma disciplina que permeia apenas todas as outras, mas como disciplina específica da grade curricular. Além dessa parceria, também trabalham com a Secretaria de Desenvolvimento Social, através do fortalecimento de alguns catadores de materiais recicláveis; a Secretaria de Saúde, através do saneamento; a Secretaria de Finanças, através do controle dos alvarás e licenciamentos; a Secretaria de Obras, através da coleta de resíduos sólidos. Existe ainda a parceria com a Secretaria de Transporte e Trânsito, que busca resolver, conjuntamente, os problemas oriundos da poluição sonora, através de um trabalho educativo e de fiscalização.

Através do discurso, percebe-se claramente a tentativa de integração entre as secretarias, apesar de que poucas ações foram realizadas efetivamente, estando a maioria delas apenas no plano ideológico ou na fase de planejamento. A propósito Leff (2009) afirma

que a gestão ambiental do desenvolvimento sustentável exige conhecimentos interdisciplinares e o planejamento intersetorial do desenvolvimento, mas que é, sobretudo, um convite à ação dos cidadãos para participar da produção de suas condições de existência e em seus projetos de vida.

Verifica-se também que a gestão ambiental tem tentado trabalhar a separação da coleta seletiva, e de conscientizar a população para a sua co-responsabilidade com o descarte de materiais, pois segundo a diretora *“essa coisa da política compartilhada, que essa logística reversa, que está sendo vista dentro da Lei 12.305, que é a Política Nacional de Resíduos Sólidos, que estamos aí no processo de regulamentação que nós temos buscado de acordo com a nossa característica territorial”*. Expressamente observa-se o anseio da gestão em trabalhar a coleta seletiva, mesmo encontrando dificuldade para implantação dessa ação no município, devido à falta de articulação com a iniciativa privada e outros atores sociais, de extrema importância na contribuição desse processo.

No mais, a gestora esclareceu sobre a existência de diversas ações de educação ambiental em andamento, tanto da gestão, quanto aquelas realizadas pelas organizações não-governamentais, como se constata: *“a PROMAR, uma ONG que trabalha com recifes de corais e com bioinvasores, tem um trabalho de Educação Ambiental em manguezais; e a GAIA, que tem realizado diversos eventos, inclusive apresentando o que é o ecossistema itaparicano e porque deve-se preservá-lo”*. Essas organizações fazem parte do Conselho de Meio Ambiente como fundadores.

4.1.2.1 Gestão Ambiental em Barra Grande

Existem várias lideranças em Barra Grande que fazem um trabalho intenso de serviços públicos, cobrando da gestão as suas devidas obrigações. Assim, quanto às ações e projetos ambientais,

“o que agente tem feito por Barra Grande é o que temos feito por Vera Cruz como um todo; esse trabalho de incluir Barra Grande como localidade com sua diversidade, e todo esse trabalho de Educação Ambiental, que nós estamos no planejamento tentando implementar; mas especificamente nada, a não ser que haja uma denúncia, nós vamos lá, seja poluição sonora, seja lançamento de resíduos, o que for, vamos lá e atuamos; mas o planejamento de lá, você vai encontrar com a associação de Barra Grande; o que tem de

planejamento e desenvolvimento lá é isso” (Diretora de Meio Ambiente de Vera Cruz, 2014).

Em visita de campo à Barra Grande, constatou-se o descaso dos atores sociais locais com os problemas do município. Embora a gestão enfatize a importância da associação de moradores para o planejamento local, na prática isso não está existindo por falta de instrumentos e apoio da gestão pública.

A sede da associação, que começou a ser construída, e encontra-se abandonada, causa desmotivação à comunidade por falta de um espaço físico para as reuniões e outras discussões sobre os problemas e demandas de interesse local. Uma das reclamações recorrentes pauta-se na promessa feita pelos gestores de apoio financeiro para construção da referida associação, até então não concretizada (Figura 15).



Figura 15: Sede da Associação de Moradores de Barra Grande.
Crédito: Mirela Araújo, 2014.

Dessa forma, o discurso do poder público local apresenta uma estratégia muito comum nas gestões municipais: transferência de responsabilidade de gestão para a comunidade sem

proporcionar as condições mínimas para que isso aconteça. Essa estratégia tem gerado conflitos com a comunidade que está desacreditada na gestão municipal.

Aliado a isso, os problemas ambientais identificados na vila de Barra Grande são semelhantes aos encontrados em outras localidades (Figura 16):

“existe lançamento de efluentes domésticos, ou ausência de saneamento, porque inclusive o nosso sistema de esgotamento sanitário não chega até nosso território; não existe hoje um projeto propriamente dito pra que agente trate esse efluente. Então esse pessoal tem muito aquele sistema de fossa séptica e essa fossa não tem nenhuma tecnologia que garanta que não haja uma contaminação do lençol freático. Ali há lançamento de resíduo sólido, lançamento de materiais inorgânicos nas areias; então tá lá depositado nas areias, que vem com as correntes marítimas e o próprio turismo em massa que vem e lança esse material e não tem nenhuma consciência” (Diretoria de Meio Ambiente, 2014).



Figura 16: Lançamento de efluentes na praia de Barra Grande.
Crédito: Mirela Araújo, 2014.

A diretora compreende que é importante

“conhecer os sete biomas do Brasil, mas o bioma que temos que conhecer melhor é a Mata Atlântica, conhecer o que é a ilha, o que é o manguezal, recife de coral, o que são as nascentes hidrominerais, os rios, as bacias, os males que nós causamos a esses ambientes, de que forma usar esses ambientes. Mas só que temos uma coletividade, que apresenta hoje um descaso, que é a questão, por exemplo, do lançamento de efluentes (...) e nós encontramos uma cadeia sucessiva de degradadores, e aí, como fazer para intervir? Então, tem que haver uma troca; haja recurso, haja planejamento antes do recurso, haja intervenção nossa nesse planejamento” (Diretora de Meio Ambiente, 2014).

Nota-se, em Barra Grande, a deficiência de serviços públicos importantes, como o saneamento básico, por exemplo, fazendo com que a comunidade local não tenha outra alternativa a não ser lançar indevidamente os efluentes na própria natureza causando impactos ambientais decorrentes da ausência desses serviços.

Além disso, acrescenta a entrevistada,

“tem também o pessoal que explora o espaço das areias, por exemplo, então tem comerciantes que estão ali nas areias das praias, mas não tem o mínimo de consciência de que tem que separar aquele resíduo, que tem que ter um recipiente. Mas nós temos colocado uma Instrução Normativa, que são instruções para esses barraqueiros, explicando de que forma deve ser hoje utilizado aquele espaço; então, tem que ser limpo durante o uso dele; ele chegou, ele limpou; tem que manter limpo, quando ele sai, ele tem que limpar!” (Diretora de Meio Ambiente, 2014).

Quanto às ações adotadas para minimizar os problemas existentes, tem-se a *“Instrução Normativa, notificações, enfim, empoderamento das lideranças locais, para que elas possam atuar em seus territórios livremente”*.

Segundo Ávila (2009), a premissa básica do conceito de sustentabilidade é o do reordenamento das relações entre a sociedade e o meio físico, procurando novas formas de resolução dos conflitos existentes entre os homens e a natureza.

Dessa forma, o envolvimento e participação da comunidade tornam-se cada vez mais necessário para a minimização dos impactos decorrentes de ações indevidas no meio ambiente. Para tanto, é preciso o envolvimento dos atores sociais em um planejamento sustentável integrado. Pode-se dizer que isso se constitui uma questão de cidadania:

O conceito de sustentabilidade coloca a natureza como cultura apropriada pelo homem, socializada, e assim indica como fundamental a incorporação da noção de cidadania, na qual as pessoas não se submetem, mas participam das decisões sobre suas vidas e seus espaços, dividindo benefícios e responsabilidades, dentro de um processo de inclusão e justiça social (ÁVILA, 2009, p. 28).

É interessante observar que existem alguns mecanismos encontrados pela gestão para controlar as ações ambientais predatórias dos comerciantes, muito embora ainda esteja no processo educativo esperando a compreensão das pessoas (Figura 17). *“A partir de que agente percebe que não há uma compreensão, não há uma transformação, aí agente já pensa num processo punitivo, que são as multas; mas a princípio, entendemos que estamos muito aquém do que devemos atuar na questão da Educação Ambiental”*.



Figura 17: Sinalização educativa em Barra Grande “Não sujem a nossa praia”.
Crédito: Mirela Araújo, 2014.

A gestora reconhece a insuficiência da Instrução Normativa no processo de transformação e conscientização da coletividade, sendo necessárias outras intervenções: *“A partir do momento que você disponibiliza todas essas intervenções a esses públicos, aí eu*

acredito que haja uma transformação; se não houver, obviamente que nós devemos utilizar esses mecanismo punitivo, que são as multas e outras mais”.

Existem outros impactos em Barra Grande, a exemplo da erosão costeira decorrente da dinâmica das marés (Figura 18). Além disso, existem outras políticas que não dependem apenas do município, como nas notificações emitidas pelo Ministério Público Federal, tipo a que ocorreu ensejando a derrubada das barracas de praias e quiosques, buscando adequações, quando possível. *“Manutenção de impactos, como por exemplo contenções ou não, porque isso aí demanda análise técnica, que vai fazer o estudo e o traçado da maré; (...) fazer algumas contenções para minimizar os impactos de maré na área ocupada”.*



Figura 18: Contenção de maré próxima às segundas residências, em Barra Grande.
Crédito: Amâncio Cardoso, 2013.

Em Barra Grande predomina a precariedade da coleta seletiva, limpeza e manutenção das praias, sendo que catadores realizam esse trabalho:

“A coleta seletiva existe, digamos, de algumas pessoas que fazem isso, que separam o seu lixo em sua casa, seu resíduo, que hoje não se fala mais em

lixo, é resíduo; mas nas praias mesmo, eu não conheço planejamento de limpeza, porque isso não é da nossa pasta, e sim da Secretaria de Obras” (Diretora de Meio Ambiente, 2014).

Por outro lado, pondera a diretora que *“mas agente sabe que hoje tem um planejamento, tem todo um mapeamento dessa área, então, é com carroças, tem uma equipe de impacto que vai e limpa, mas tem a questão das correntes; tem os períodos que você pode limpar, e tem outros períodos que não dá por conta do vento, da maré; enfim, existe uma infinidade de situações que não tem como você remover; então esse material vem e vai”* (Figura 19).



Figura 19: Linha de maré com sargaço e resíduos sólidos nas praias de Barra Grande. Crédito: Mirela Araújo, 2014.

Observa a diretora que *“Salvador também deveria se transformar para que agente garantisse uma areia de praia aqui em Vera Cruz com mais qualidade; mas agente recebe muito resíduo vindo de Salvador, que não deveria estar na areia das praias”*.

Embora haja a mobilização de materiais provenientes de Salvador pelas correntes marinhas, devido a sua proximidade com a Ilha de Itaparica, a quantidade de resíduos sólidos

encontrados na vila e nas praias de Barra Grande é depositada pelos atores sociais envolvidos com o turismo.

Com isso, verifica-se a dificuldade da gestão em manter as praias limpas, apesar de ser essa uma responsabilidade de todos os atores envolvidos no processo. Por outro lado, observa-se também uma inoperância da gestão municipal através da falta de ações que possibilitem a redução destes impactos, como ampliação da educação ambiental, sinalização educativa nas praias e lixeiras.

4.1.2.2 Impactos do turismo de segunda residência em Barra Grande

Aliado a opinião do secretário de turismo, a mudança do perfil do turista que frequenta Vera Cruz, e consequentemente Barra Grande, é caracterizada, atualmente, por um turismo de massa. Percebe-se que os turistas alugam os imóveis em grupos para o lazer, sem o devido cuidado com a localidade.

Assim, a respeito dos impactos socioeconômicos do turismo de segunda residência em Barra Grande, observa-se que:

“Eu não tenho conhecimento, na verdade, de quantas segundas residências existem em Barra Grande. Agente sabe que existem condomínios, loteamentos fechados. Dentro da comunidade, propriamente dita, pode ser que o impacto que gere, seja exatamente o trabalho doméstico; a venda dos mariscos, talvez a limpeza seja feita por moradores permanentes da comunidade. Tudo isso está gerando renda no município. Aquela coisa também do guardador das casas, chamado de caseiro, que tem uma renda fixa mensal, e está mantendo uma área limpa, dando manutenção e evitando alguns vetores, além de ter o trabalhador ganhando o seu dinheiro; então tem esse impacto aí, mas pra gente ainda é um impacto que precisa ser revisto, porque essas casas aí precisam ser ocupadas de alguma forma” (Diretora de Meio Ambiente, 2014).

Na expressão da gestora percebe-se o reconhecimento dos benefícios socioeconômicos gerados pelo turismo de segunda residência no município com a geração de emprego e renda para os residentes. Mas, ao fazer a relação entre o turismo de segunda residência e o turismo de massa, diz que:

“o turismo de massa deve ir para algumas residências, porque o pessoal aluga muito, e aí tem aqueles aluguéis coletivos, em que várias pessoas vão para o mesmo espaço físico, para a mesma casa; então 50 pessoas dentro de uma casa; o turismo de massa tem disso, né? Que oportuniza você alugar uma casa que, mesmo que esteja num valor alto, porque você está numa área privilegiada, uma área de praia, litorânea, mas quando você pensa em 50 pessoas pagando aquilo, o valor se torna irrisório, um impacto terrível” (Diretora de Meio Ambiente, 2014).

Portanto, reafirma-se a importância de medidas de conscientização e educação ambiental que minimizem os problemas causados pelos turistas temporários. No que pese a Educação Ambiental, verifica-se que a PROMAR tem participado do trabalho, inserindo-se em alguns eixos sobre os impactos mais relevantes no município, como, assim, reafirma:

“a princípio tem a questão do resíduo sólido, da poluição sonora, do uso e ocupação de áreas de proteção permanente, como nascentes e manguezais; o outro eixo é a pesca, com um trabalho sobre a pesca predatória, (...) que é um trabalho que tem sido feito há muito tempo, mas que percebemos que eles migram de atividade e de estratégias dessa prática criminosa, o que dificulta pegá-los; (...) eles são uma minoria, mas os artefatos que eles usam são poderosos, destruidor” (Diretora de Meio Ambiente, 2014).

Embora a gestão pública afirme que haja um trabalho que busca reduzir os impactos causados pela poluição sonora, observou-se nas falas dos moradores e comerciantes locais durante o trabalho de campo, o grande incômodo que este problema ainda causa na comunidade, em determinados períodos como a alta estação, gerando conflitos de diversas grandezas.

Um dos objetivos apresentados no PNT (BRASIL/2008) é que cabe ao poder público “propiciar a prática de turismo sustentável nas áreas naturais, promovendo a atividade como veículo de educação e interpretação ambiental e incentivando a adoção de condutas e práticas de mínimo impacto”.

Percebe-se que existe a consciência por parte da gestão pública sobre os problemas e impactos negativos causados pelo turismo na região (resíduos sólidos, poluição sonora, uso e ocupação de áreas de proteção permanente, como nascentes e manguezais), mas ao mesmo tempo observou-se a inoperância da gestão ambiental, para a resolução desses problemas (Figura 20).

Por outro lado, ficou evidenciado que *“o trabalho educativo sobre essa temática, já vem sendo realizado há muitos anos, inclusive por nós, e quando eu era sociedade civil, também participei desse trabalho educativo”*. Além dos eixos destacados,

“nós vamos tratar bem a questão da biodiversidade do nosso bioma, que é a Mata Atlântica, mostrar o que é uma fauna/flora dentro dessa biodiversidade, dentro de uma Unidade de Conservação Municipal, as APAs municipais que nós temos, aí nós vamos chamar para o plano de manejo dessas APAs, a possibilidade de criação de outras UCs, porque precisamos de áreas protegidas dentro do município, que estamos vendo o crescimento desordenado, diversos impactos negativos, coleta de materiais, como nossos minérios, caminhando hoje de uma forma rudimentar” (Diretora de Meio Ambiente, 2014).



Figura 20: Resíduos sólidos na vila de Barra Grande
Crédito: Mirela Araújo, 2013.

Além disso, no dizer da gestora *“percebe hoje a terraplanagem, os equipamentos chegando numa área dessas; mas você também não pode dizer não ao progresso e aí você fica numa situação difícil, mas você também não é o salvador da pátria”*.

Nota-se, dessa forma, a dificuldade em conciliar o crescimento econômico com a preservação do meio ambiente em Vera Cruz, pois segundo Diegues (2001) os modelos atuais de desenvolvimento, tanto nos países do norte como do sul, são inviáveis, pois ambos seguem padrões de crescimento não sustentáveis a longo prazo. Verifica-se, neste sentido, que o desenvolvimento sustentável, mesmo em âmbito municipal, ainda se constitui em um desafio a ser alcançado, conforme esclarece a gestora:

“Estou tentando me educar primeiro, que o processo nosso é esses, agente internaliza, discute muito. Ela mesma (outra servidora,) como coordenadora do núcleo, ela tem um trabalho, inclusive interno, de melhorar a nós, que pensamos em trabalhar com Educação Ambiental, melhorar nosso perfil, porque nosso perfil tem que estar bem instrumentado, alinhado para poder mostrar que a transformação é possível, então a transformação começou por mim, começou por ela, começou por todos nós que trabalhamos na gestão. Por isso que eu estou indo para a rua, porque eu me transformei, esse é um comportamento que estamos vendo; na verdade nunca paramos de nos preocupar com a transformação da sociedade, do paradigma, seja ele em qualquer área; então a gestão ambiental é muito ampla, é uma coisa que agente não tem como abraçar toda a causa, porém temos nos preocupado com todas as áreas e setores possíveis dentro do nosso bioma. O que pudermos atacar, atacaremos, para preservar, para educar, para conservar, para transformar a sociedade” (Diretora de Meio Ambiente, 2014).

As reuniões com as lideranças locais das vilas do município ocorrem frequentemente, conforme explicitou a gestora: *“Acho que o que nós mais fazemos com as lideranças são reuniões, discussões, troca de informação, contato nas redes sociais; então se há uma atividade nossa, que mais nós fazemos, são reuniões”*.

A diretora reconhece a importância das lideranças locais para mudar a situação de abandono em que se encontra o município: *“Quando começa o inverno, depois que termina o verão (...) depois do carnaval, já começamos com seminários, eventos, reuniões, debates, com planejamento, nós não paramos o ano inteiro”*. Segundo informações, a maior dificuldade é a falta de recurso, por isso, é extremamente importante o fortalecimento das lideranças locais, *“que são capazes de transformar suas comunidades”*. Essas entidades, continua a gestora, *“precisam de recurso nas suas localidades para poder atuar em várias frentes”*.

Sobre essa questão Ávila (2009) esclarece que na elaboração de políticas de turismo é importante a participação de toda a sociedade: poder público, iniciativa privada, comunidade e terceiro setor; essa interação auxilia na busca de soluções e alternativas que sejam de interesse comum. É questionável a forma como a gestão pública realiza esse envolvimento

com os outros atores sociais diante da ausência de infraestrutura, instrumentos precários de gestão e alguns encontros com a comunidade local.

No tocante a sinalização nas praias voltadas para a Educação Ambiental, a diretora se manifestou da seguinte forma: *“de lixeiras, agente já vem até fazendo. Nós trabalhamos com condicionantes ambientais nas nossas anuências; nossas licenças aqui de Meio Ambiente e nosso foco maior tem sido realmente elementos que façam com que nosso trabalho educativo de separação de coleta seletiva avance”*.

Além disso,

“recipiente é um instrumento que fortalece os catadores, porque são eles que fazem o trabalho principal para nós, geradores. Lixeiras são importantes; agora eu penso assim, que lixeiras em determinados espaços físicos, eu tenho ainda algumas resistências; quando você pensa em praias, areias de praias... lixeira na beira da praia...”¹¹ mas se eu não tiver lá um recipiente que eu coloque, eu vou jogar aonde, né? Então, eu ainda tenho algumas dúvidas sobre recipientes na beira da praia, porque nós até colocamos alguns, em parcerias com empresas privadas, mas percebemos que o resultado não é o previsto. Não é só a colocação de recipientes que vai transformar essa sociedade, não vai. As lixeiras, eu acho também que é uma obrigação de quem está ocupando porque, do meu ponto de vista, se eu tenho hoje 200m de ocupação de área costeira, de área praiana, eu tenho que manter aquilo limpo, não vou esperar pelo poder público não; se a corrente me manda todos os dias materiais que não são oriundos daquele ambiente, eu tenho que tirar. Esse é o meu ponto de vista” (Diretora de Meio Ambiente, 2014).

Neste aspecto, nota-se que a gestão pública se exime da responsabilidade de utilizar recursos que poderiam facilitar a preservação do meio ambiente nas praias de Vera Cruz, e ainda defende que a ação de colocar cestos ou recipientes para melhorar a retirada e coleta do lixo seja desnecessária.

“Então, eu acho que cada um tem responsabilidade com o seu trecho (comerciantes). O que não tiver ocupado, o que tiver preservado, aí o município vai e limpa, ou faz aquela coisa do empoderamento. Como hoje Barra Grande já tem uma associação dinâmica, então temos que dar subsídios à essas entidades, para que eles possam fazer tudo isso e ter o traçado do seu território (...) é importante que tenha algum tipo de planejamento local. Porque se não for assim, o município ou a gestão não dá conta, não tem recurso para isso. O recurso que disponibilizam para a coleta seletiva é complicado” (Diretora de Meio Ambiente, 2014).

¹¹ Grifo nosso, enfatizando o pensamento da diretora de Meio Ambiente.

Ainda a respeito, a gestora lançou alguns questionamentos: *“inclusive hoje todos sabem que tem que separar o lixo, não sabe? Como é que nós humanos não temos noção de coisas básicas como essas? Basta que queiramos preservar, porque agente não está nos preservando. Eu vejo assim. Não estamos buscando a nossa preservação. Tem salvação para agente?”*.

Neste sentido, a gestora ambiental reconhece que tem muito a fazer sobre a educação ambiental do município. Por isso, a urgência da melhoria na consciência e o envolvimento da comunidade na minimização dos impactos socioambientais.

Permanecem em Vera Cruz, portanto, velhos problemas (crescimento desordenado, diversos impactos negativos, coleta de materiais, como minérios, entre outros), sempre acompanhados da dificuldade em gerir as demandas da gestão ambiental e de projeções futuras da gestão municipal (Figura 21).



Figura 21: Resíduos sólidos na praia de Barra Grande.
Crédito: Mirela Araújo, 2013.

Yázigi (2007) preconiza que a proteção de nosso patrimônio não se faz por decreto ou por boas intenções que jamais tomam corpo; depende sobretudo de atitude política, com efeitos de médio e longo prazos.

Conclui-se que, aliada a dificuldade da gestão pública em resolver as demandas do município relativas ao meio ambiente, existe uma desarticulação entre os atores sociais, que somada à limitação de recursos para a pasta do Meio Ambiente, fazem com que os problemas e conflitos ambientais em Vera Cruz e Barra Grande permaneçam sem resolução.

4.2 PARTICIPAÇÃO DOS AGENTES DO MERCADO TURÍSTICO

4.2.1 Aspectos Socioeconômicos

Theodoro *et al.* (2005) destacam que a inserção da participação comunitária na gestão ambiental deve resultar num diálogo permanente e constante entre a comunidade, os planejadores do governo e os agentes do mercado, em que as ideias da comunidade possam contribuir para a configuração dos projetos. Assim, quanto ao perfil e atuação dos agentes do mercado turístico de Barra Grande, observa-se que os comerciantes, em sua maioria possuem idade acima dos trinta e oito anos, com maior percentual para as mulheres (54%). Os entrevistados procedem do estado da Bahia, sendo originários, principalmente, do Recôncavo Baiano, destacando-se Salvador (31%) e Santo Antônio de Jesus (27%). O nível de escolaridade apresenta-se bastante diversificado, uma vez que 32% se enquadra no ensino fundamental, 56% no ensino médio e 12% no nível superior.

Quanto à situação do estabelecimento, verificou-se que 62% são alugados, sugerindo uma mudança significativa do perfil dos atores, no decorrer dos anos. Provavelmente, os proprietários dos imóveis, insatisfeitos com as dificuldades e problemas apresentados na localidade preferiram migrar para outros territórios e alugar os seus empreendimentos para outros comerciantes explorarem.

Em termos de rendimento médio familiar, constatou-se que uma fatia significativa dos comerciantes (31%) afirmou possuir entre 01 a 03 salários mínimos, 23% entre 04 a 06 e

apenas 4% acima de 10 salários mínimos. O comércio local possui baixa movimentação turística tendo 69% sinalizado para o fluxo ruim, talvez decorrente dos problemas de infraestrutura e socioambientais.

4.2.2 Aspectos Turísticos

Mesmo considerando o fluxo turístico ruim, os comerciantes reconhecem que a atividade traz alguns benefícios para a localidade, destacando-se a geração de renda (49%), trabalho (19%), intercâmbio cultural (10%), novos empreendimentos (3%) e melhoria da infraestrutura local (3%).

A atividade turística, sendo bem planejada, pode contribuir para minimizar parte dos graves problemas encontrados na localidade. Entretanto, observa-se que em Barra Grande a atividade tem gerado mais impactos negativos, do que positivos, tais como: problema do lixo, poluição sonora, violência, drogas, assaltos, infraestrutura precária, falta de segurança e impactos ambientais.

Na visão de Sampaio (2004), o planejamento pode proporcionar um modelo de políticas governamentais com estratégias concretas de intervenções corretivas, baseadas nos postulados interdependentes de eficiência econômica, equidade social e prudência ecológica. Adequando essa situação ao caso concreto verifica-se em Barra Grande a ausência dessas intervenções, que continuarão a existir se os atores sociais não cobrarem à gestão municipal o cumprimento de suas obrigações públicas e sociais.

Os comerciantes em sua maioria (80%) afirmaram que nada tem sido feito para o turismo em Barra Grande nos últimos anos; Eles relatam que os gestores “*são omissos*” e que a população foi deixada de lado na atual gestão: “*somos esquecidos e só lembram na hora de cobrar*”.

Conforme afirma Theodoro *et al.* (2005), em um processo de gestão, é importante considerar que estejam presentes procedimentos de planejamento, de monitoramento e fiscalização, fundamentados muitas vezes em princípios e aspectos subjetivos. Com esses procedimentos, pode-se colocar em prática a conciliação, a participação e a corresponsabilidade dos vários atores sociais envolvidos. Em Barra Grande, existe uma carência

desses procedimentos, que poderiam ajudar a reduzir alguns desses problemas e conflitos de interesses.

Outra questão emblemática é sobre a existência da coleta seletiva em Barra Grande, onde 96% disseram não existir. Embora a diretora de meio ambiente tenha informado sobre a existência de projetos a serem implementados, até o momento atual essas ações não foram viabilizadas. A coleta seletiva poderá ser uma forma de co-responsabilidade e participação social em Barra Grande, através de um maior envolvimento e conscientização da comunidade.

4.2.3 Aspectos Socioambientais

Quanto ao nível de consumo dos turistas no comércio local, a maioria dos entrevistados (65%) respondeu que o nível é médio, reafirmando a visão dos gestores a respeito do perfil do turista, que é da classe média baixa, em geral.

Esse tipo de turista proporciona o que a literatura chama de turismo de massa. O problema apresenta-se quando, segundo Fonteles (2004), esse tipo de turismo, que é produtor de impactos ecológicos, tende a ser um devorador de paisagens, degradador do meio ambiente e descaracterizador de culturas locais.

Neste sentido, Camargo e Cruz (2009) alertam para o fato de que quem faz e sempre fez a diferença são as pessoas, seja produzindo, consumindo, participando de atividades, criando arte e cultura. Investir nelas significa torna-las também guardiãs e intérpretes de seu próprio patrimônio. São necessárias projetos e ações de educação ambiental que incluam esse público na conscientização e preservação dos recursos ambientais em Barra Grande.

Sobre a avaliação dos comerciantes a respeito da atuação da prefeitura na vila e nas praias de Barra Grande, quanto à limpeza pública, 62% avaliaram como ruim este aspecto, justificando que a prefeitura não realiza a limpeza na maioria das ruas da localidade e que “*as praias estão abandonadas*”. Neste sentido, isso pode causar um impacto negativo expressivo na localidade, através da propensão de vetores causadores de doenças para a comunidade local, assim como causa uma impressão negativa ao turista.

Por outro lado, 65% avaliaram a coleta de lixo como satisfatória, que somados aos 12% que avaliaram como ótima, representam um avanço da gestão pública quanto a esta questão no município.

Outra situação preocupante diz respeito à limpeza das praias. Os comerciantes (73%) avaliaram este aspecto como ruim. Em atividade de campo constatou-se essa deficiência da gestão pública, que muitas vezes transfere a responsabilidade aos outros atores sociais por este quadro, e não apresentam alternativas compartilhadas para a minimização desse problema (figura 22).



Figura 22: Deficiência da limpeza das praias de Barra Grande.
Créditos: Mirela Araújo, 2013.

De acordo com o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (BRASIL,1998), a zona costeira abriga um mosaico de ecossistemas de alta relevância ambiental, cuja diversidade é marcada pela transição de ambientes terrestres e marinhos, com interações que lhe conferem um caráter de fragilidade e que requerem, por isso, atenção especial do poder público.

A responsabilidade por esse patrimônio deve ser dos atores sociais envolvidos na atividade, ao assumir a responsabilidade e ação participativa, pela defesa e preservação deste ambiente frágil.

Neste sentido, é que se fazem necessárias ações de educação ambiental, com o objetivo de sensibilizar e convidar a comunidade, turistas, *trade* turístico, enfim, todos os outros atores sociais, para a responsabilidade e participação na missão de promover um espaço mais saudável e com qualidade para as presentes e futuras gerações.

No entanto, percebe-se que a gestão pública pouco tem investido neste tipo de ação. Ao serem questionados sobre a existência de programas de educação ambiental em Barra Grande, 88% dos comerciantes responderam não exist~~ir~~.

Os comerciantes em sua maioria (81%) acondicionam o lixo, em recipientes plásticos e colocam no horário da coleta. Através das falas, notou-se que esse público se preocupa com a questão porque gera consequências para a sua atividade. Por outro lado, a diretora de meio ambiente informou que muitos donos de barracas de praia não fazem a devida limpeza e acondicionamento do lixo de seus estabelecimentos, vindo a gerar problemas e impactos para toda a comunidade. Sobre essa situação verificou-se que 40% dos comerciantes consideraram o excesso de lixo extremamente agravante, enquanto outros sinalizaram para a ausência de saneamento básico (37%) e sujeira nas praias (14%).

Mesmo com esse quadro assustador, o que se percebe é que os comerciantes, de modo geral, nada fazem para mudar essa realidade (69%), embora admitam a existência de desunião da categoria, no tocante às discussões dos problemas abordados. Por outro lado, essa situação de desinteresse acaba se aliando a inoperância da gestão pública municipal, sem contar os conflitos de interesses inibindo os agentes responsáveis pelo território de Barra Grande.

4.2 IMPACTOS DO TURISMO NA COMUNIDADE RECEPTORA

Segundo Sampaio (2004), apoiado em Sachs, para o alcance do desenvolvimento sustentável é essencial a valorização da autonomia das populações locais. Nesse sentido, a valorização da autonomia ou *self-reliance* busca atingir um maior grau de controle dos

aspectos importantes do processo de desenvolvimento, mediante a ação da sociedade civil organizada, no âmbito local, microrregional ou regional.

Neste aspecto, a comunidade deve buscar canalizar e maximizar os seus recursos disponíveis, num horizonte de respeito às suas tradições culturais, sem incorrer, com isso, em autossuficiência e isolacionismo. Daí a importância da atuação e interação entre os atores sociais envolvidos no turismo, que podem contribuir para a melhoria da qualidade de vida local, assim como para a resolução conjunta de parte dos problemas que a atividade pode causar no meio ambiente, quando mal planejada e gerida.

Os dados socioeconômicos permitem verificar, a partir dos dados de escolaridade e origem dos moradores de Barra Grande, que a comunidade poderia estar em condições melhores de organização e participação socioespacial. Segundo Theodoro *et al.* (2005), a participação na vida social pode se dar de seis formas: individual, coletiva, passiva, ativa, voluntária e instrumental.

A participação ativa é resultado da organização dinâmica de um grupo ou uma comunidade que assume o compromisso da luta e da conquista por meio do comprometimento direto nos assuntos de seu interesse, tendo em vista que a maioria dos moradores nasceu na própria comunidade, podendo levar a um vínculo maior com o lugar, e ainda possuir um nível de escolaridade médio, com isso, esperava-se que as práticas socioespaciais dos moradores resultassem em maior envolvimento para minimização dos problemas locais.

Observou-se, portanto, que a maioria dos moradores reside em Barra Grande há mais de trinta anos, reafirmando um vínculo territorial, que poderia resultar em maiores cuidados com as questões socioambientais da Vila. Dentre outras causas, a falta de um programa de Educação Ambiental impede com que isso aconteça efetivamente.

Dentre os motivos apresentados que justificaram o processo migratório para Barra Grande têm-se: família (33%), qualidade de vida (28%), casamento (22%) e trabalho (17%). Um fato interessante é que apesar de todos os problemas aparentes do local, a qualidade de vida foi considerada como o principal motivo da vinda desses novos moradores para Barra Grande, em decorrência da tranquilidade do lugar durante os períodos de baixa estação.

A respeito da situação do imóvel, identificou-se que 72% deles são próprios, 14% são alugados e 6% emprestados por familiares. Ao serem questionados sobre a utilização do imóvel para outros fins, além de moradia, 84% informou que seus imóveis sempre foram

usados para moradia, ao passo que os 12% restantes destinaram, inicialmente, para o veraneio e os 4% simultaneamente com comércio local.

Constata-se a existência de uma pequena transferência de utilidade das casas antes segundas residências, sendo, atualmente, primeiras residências, tendência comum conforme explicou Tulik (2001). Essa situação poderá ser expandida através da melhoria da infraestrutura local, que somente poderá acontecer com o advento da ponte que ligará Salvador à Ilha de Itaparica, conforme sinalizou o Secretário de Turismo.

Apesar dos impactos decorrentes da especulação imobiliária, verifica-se que o custo de vida na Ilha de Itaparica é bem melhor do que o de Salvador, por exemplo. Esse fato explica-se, dentre outras causas, pelas pessoas que moram na ilha, mas trabalham em Salvador.

Os dados de rendimentos mostram a predominância de uma classe média baixa em Barra Grande, ainda marginalizada pelo poder público local, principalmente quanto aos serviços públicos básicos, que poderiam melhorar a autoestima da comunidade, oferecendo uma maior qualidade de vida para esses moradores.

A melhoria da autoestima desses atores sociais poderia resultar num maior envolvimento e participação nos problemas locais, que **viessem** a contribuir para a mudança do perfil e aumento do fluxo de turistas em Barra Grande. Segundo a percepção dos moradores locais quanto ao fluxo de turistas, a maioria (68%) considera o fluxo bom, ou seja, médio. Ao passo que 24% sinalizam que o fluxo de turistas em Barra Grande é ruim ou abaixo do esperado; e 8% apenas afirma que o fluxo é ótimo, acima do esperado.

Os dados sobre o fluxo de turistas, aliados as informações sobre os aspectos positivos da atividade possibilitam afirmar que existe uma aceitabilidade dos moradores locais quanto a presença da atividade turística em Barra Grande. O principal aspecto positivo apontado pelos moradores locais, sobre o turismo no local foi a geração de renda e trabalho (60%), o que mostra a importância socioeconômica da atividade para o local.

Existem aspectos negativos que a atividade causa na localidade, quando ela é mal planejada. Dentre os aspectos citados, os mais significativos foram sobre a quantidade de lixo encontrada nas ruas e praias durante a alta estação (19%), drogas (15%) e aumento da violência (15%). Além disso, ressaltam-se outros impactos, dentre eles a poluição sonora ou barulho (13%).

No que pese a avaliação dos moradores sobre a contribuição da prefeitura para o desenvolvimento do turismo em Barra Grande, verificou-se que 86% afirmaram não haver incentivo algum da gestão municipal, enquanto os 8% disseram que “*deixa a desejar*”, e 6% declararam que “*a infraestrutura turística é péssima*”.

Dentre os maiores problemas apresentados pelos moradores a respeito do serviço público local, destaca-se a limpeza pública, a coleta de lixo e o abastecimento de água. Quanto à limpeza pública, 60% considerou de péssima qualidade e 38% em melhores condições por ter melhorado nos últimos anos.

Quanto ao abastecimento de água, a amostra apresentou uma satisfação de 60%, em detrimento da insatisfação dos demais 40% que reclamaram da falta diária de água em algumas ruas, demonstrando mais uma falha do serviço público na comunidade, que tem priorizado apenas algumas áreas.

Oliveira e Melo e Souza (2013) alertam que o aumento nos índices de urbanização, no Brasil, geralmente não acompanha a oferta de saneamento básico, habitação, saúde pública e transporte. Aliado a isso, predomina uma precarização dos serviços públicos, como o que se observa na área de estudo.

As autoras observam ainda que há um aumento da pressão sobre os sistemas naturais, acarretando impactos decorrentes, por exemplo, da elevação dos níveis de poluição do solo, dos rios, do desmatamento e da ocupação de áreas de relevante interesse ambiental.

Sobre a coleta de lixo, observou-se um fato interessante: 76% da amostra identificou esse serviço como satisfatório, aprovando a sua eficiência na vila de Barra Grande. Os demais consideram a coleta de lixo nas praias como insatisfatória, necessitando de mais funcionários para promover os serviços nesses espaços ambientalmente frágeis.

Dentre os benefícios sociais e ambientais que a coleta seletiva pode proporcionar, enumeram-se: diminuição da exploração de recursos naturais renováveis e não-renováveis; economia de energia; melhoria da limpeza da cidade e da qualidade de vida da população; aumento da conscientização ambiental; aumento da vida útil dos aterros sanitários; diminuição da poluição do solo, da água e do ar; diminuição da proliferação de doenças; diminuição de custos de produção pelas indústrias que reaproveitam o material reciclável; diminuição dos gastos com limpeza urbana; inclusão social, com geração de emprego e renda para famílias carentes e fortalecimento das organizações comunitárias.

Neste sentido, ações como a coleta seletiva, que parecem ser insignificantes diante dos graves problemas apresentados pelos residentes de Barra Grande, pode proporcionar benefícios socioambientais significativos para todos os atores envolvidos no turismo.

Sobre a convivência entre moradores locais e os turistas, 72% dos entrevistados afirmam existir uma boa convivência. Vários moradores reclamam que, durante o verão, aumentam os conflitos decorrentes da poluição sonora e também da violência causada pelo aumento do número de turistas.

Sobre a conscientização dos turistas e dos comerciantes locais, observou-se que predomina a falta de consciência em ambos os atores sociais, pois apesar da boa convivência com os turistas, pressupõe-se existência de conflito latente ou potencial entre eles.

Dentre as atividades voltadas para a educação ambiental, destacam-se os mutirões realizados pela associação de moradores ou por um grupo de capoeiristas e algumas atividades nas escolas. A ausência de mais ações voltadas para a educação ambiental tende a gerar conflitos e problemas ambientais significantes como o desmatamento, lixo nas praias, esgoto, poluição sonora, fezes de animais, erosão costeira e construções.

Segundo Theodoro *et al.* (2005), um conflito pode vacilar durante anos entre um estágio latente (potencial) e um estágio manifesto. Neste sentido, os dados mostram que em Barra Grande existe, de forma latente, um conflito.

Sobre as ações para minimização dos efeitos negativos ao meio ambiente dos moradores locais, observou-se que 68% disseram que cuidam do lixo doméstico, utilizando recipientes apropriados e colocando no horário da coleta; apenas 20% informou que participa dos mutirões promovidos pela associação de moradores, para limpeza da vila e das praias; e 12% alegam não fazerem absolutamente nada.

A propósito Theodoro *et al.* (2005) e Sampaio (2004) discutem sobre a importância da participação da sociedade para a gestão ambiental e nos processos de decisão que envolve o meio ambiente, destacando que os interesses destes atores, em geral, tem sido uma constante.

Algumas frases expressas pelos moradores locais, demonstram a necessidade de uma maior atuação dos gestores para a promoção de um turismo sustentável: “*Não temos infraestrutura; só temos a praia, e mesmo assim muito suja*”; “*a limpeza das praias só é feita no verão*”; “*faltam lixeiras e postos de informação turística!*”. Com isso, comprova-se a

insatisfação dos moradores com a gestão pública, ao mesmo tempo em que sugerem o desejo de melhorias para Barra Grande.

A participação dos moradores locais nos mutirões que a associação de moradores promove na vila é importante e demonstra uma atuação desses atores em âmbito local. Entretanto, outras ações são necessárias para reduzir os conflitos e impactos locais. Neste sentido, é imprescindível o incentivo e a participação da gestão pública local para a minimização dos problemas apresentados, incluindo a comunidade local nas discussões e planejamento.

4.3 O PERFIL DO TURISTA DE SEGUNDA RESIDÊNCIA

Conforme apresentam Vieira e Vilar (2010), o litoral brasileiro tem sido palco de grandes transformações provocadas pelo turismo. O turismo de segunda residência se constitui numa dessas atividades que causam transformações significativas nesses espaços. Com isso, condomínios fechados são construídos, dando novas feições ao local, e até mesmo privatizando áreas que outrora eram de uso comum.

Barra Grande é um território que congrega uma quantidade expressiva desses tipos de casas e condomínios de segunda residência, e apresenta impactos decorrentes do volume de pessoas, principalmente em determinados períodos do ano, como a alta estação.

Quanto aos aspectos socioeconômicos dos turistas, observou-se que parte significativa (30%), possui idade acima dos 58 anos, com 54% pertencendo ao sexo feminino.

Quanto à escolaridade, por exemplo, em contraposição aos moradores locais, observou-se uma média maior de pessoas com o nível superior completo (20%) e com pós-graduação (4%), demonstrando um grau de instrução elevado para uma faixa representativa desse público.

Quanto à origem, já se esperava que parte representativa desses turistas fosse de Salvador, devido principalmente a relação de proximidade. A segunda residência, segundo Silva (2012), geralmente está localizada próxima do domicílio permanente, no entorno de

importantes polos emissores, predominando o interesse por áreas de praias. Além disso, as condições paisagísticas e climáticas desempenham importante papel na escolha do local onde elas estão instaladas.

Quanto à renda familiar, apresenta-se duas realidades que merecem destaque: 36% possuem uma renda familiar que gira em torno de 01 a 03 salários mínimos, enquanto 32%, possui renda superior a 11 salários mínimos. Essa situação é resultante de uma seletividade dos espaços (Corrêa, 2001) onde foram aplicados os questionários: casas de segunda residência da vila, com padrão econômico mais simples, e casas no condomínio Arauá, com padrão de renda mais elevado.

Observou-se que 70% dos imóveis são próprios. Tulik (2001) explica que ninguém reside permanentemente em residência secundária, no entanto, pode ocupar esse espaço por períodos mais ou menos prolongados, em função do tempo livre, da disponibilidade financeira e da distância da residência principal.

Sobre a frequência de utilização desses imóveis, verificou-se que há uma regularidade durante o ano, já que 34% utilizam o imóvel durante as férias e finais de semana, 26% frequentam mensalmente o destino Barra Grande.

O período de maior ocupação, como era de se esperar, acontece nos meses de dezembro a fevereiro (84%), considerado de alta estação e férias, e de maior deslocamento de pessoas, no Brasil, movidas pelo turismo, lazer e descanso. São nestes meses que foram registradas as maiores queixas dos moradores locais, em decorrência do alto volume de lixo e da poluição sonora, gerando conflitos entre esses atores.

Quanto as maiores motivações da família e amigos para a utilização da segunda residência, obteve-se 59% da amostra movidos por passeio e lazer e 36% para descanso nos finais de semana, com menores percentuais para o ócio (1%) e moradia (2%).

Segundo Tulik (2001) ao mesmo tempo que existe no emissor fatores (necessidade de descanso e lazer) que estimulam a procura por este tipo de residência, o receptor detém características capazes de atrair (atrativos naturais e culturais), a ponto de justificar um vínculo territorial e psicossociológico.

Quanto aos serviços utilizados pelo turista em Barra Grande destacam-se: mercearias/padarias (16%), mercados (15%) e compras com vendedores autônomos (12%). Percebeu-se que os turistas com casas no condomínio Arauá, evitam utilizar os serviços da vila, e trazem a

maioria de seus produtos de Salvador ou compram em Mar Grande. Esse comportamento sugere uma postura elitista, ao mesmo tempo em que pressupõe uma necessidade de isolamento desses atores, que evitam o envolvimento e contato direto com a comunidade local.

Sobre a utilização de mão-de-obra para manutenção das segundas residências, notou-se que os turistas utilizam pedreiros (33%), caseiros (22%), diaristas (22%), jardineiros (15%) e piscineiros (6%). Esses dados confirmam alguns dos benefícios que o turismo pode proporcionar para a localidade, com a geração de emprego e renda.

Nesse sentido, observou-se que 58% dos entrevistados acreditam na contribuição do turismo para a melhoria da qualidade de vida da comunidade local, enquanto os demais 36% disseram não contribuir porque o turismo gera muitos problemas e conflitos em Barra Grande. Muito embora concordem, sobre a necessidade de melhorar a infraestrutura local.

Apesar dos conflitos decorrentes da atividade turística, a amostra confirma uma boa convivência entre turistas e moradores, onde 84% alega ser a comunidade local muito acolhedora, 24% existir uma boa convivência (24%).

Torna-se importante salientar que 28% dos turistas avaliam que os moradores não cuidam do lixo. Muitos reclamam sobre a quantidade de lixo que é despejada na pista de acesso às vilas (BA-001), além da forma como estão acondicionados, muitas vezes espalhados nas vias. A situação precisa ser vista com mais cautela pela gestão municipal, tendo em vista causar uma impressão negativa aos turistas e à comunidade local.

O jornal A Tarde flagrou, em janeiro de 2014, período de alta estação, “montes de lixo no acostamento”, destacando que o quadro mais grave foi encontrado nas localidades de Conceição, Barra Grande e Aratuba.

Outra situação que merece uma atenção dos gestores é quanto à coleta de lixo. Embora a comunidade tenha apresentado uma satisfação quanto a esse serviço, na alta estação o quadro é preocupante: 81% dos turistas consideram o serviço de coleta de lixo ruim. Os entrevistados reclamam das sujeiras das praias sendo necessário aumentar a frequência da coleta.

Aliado a esse problema, existe também a reclamação quanto ao serviço de limpeza pública: 60% da amostra avaliou o serviço como ruim e 38% avaliaram como bom. Essa

situação foi justificada pelos turistas que disseram ter melhorado a limpeza, mas ainda continua precária, principalmente nas praias.

Em decorrência das questões destacadas anteriormente, surgem os problemas ambientais. Em Barra Grande, constatou-se que os problemas ambientais mais recorrentes são resultantes das praias sujas (32%), excesso de lixo (29%) e esgotamento sanitário (16%).

Esses problemas influenciam negativamente o meio ambiente e proporcionam impactos na qualidade de vida da comunidade local e dos turistas. Dessa forma, Santos (2001) defende que o espaço geográfico deve ser considerado como algo que participa igualmente da condição do social e do físico, é um misto, um híbrido.

Para minimizar os problemas e conflitos decorrentes da intensa urbanização ao longo do mar, são necessárias ações integradoras de gestão ambiental, em que participem todos os atores sociais envolvidos no turismo. Aos turistas de segunda residência cabe também essa responsabilidade e envolvimento com os problemas locais, buscando alternativas viáveis para minimizá-los, em parceria com a comunidade e gestores locais.

Os turistas apresentaram ações que contribuem para a preservação do meio ambiente em Barra Grande: melhoria da coleta de lixo (26%), saneamento básico (17%), Educação Ambiental (14%) e limpeza das praias (10%). A partir dessas ações elencadas, os gestores municipais precisam atuar com mais efetividade ampliando os serviços públicos, além de proporcionar programas de educação ambiental que sensibilizem a comunidade local e os turistas para assumirem as suas cotas de responsabilidade diante dos problemas levantados.

O meio ambiente pode ser melhor compreendido quando analisado de forma sistêmica. Esse raciocínio fundamenta a sustentabilidade dos ativos naturais, pois permite que a análise ambiental seja feita de forma integradora, tendo em vista que os entes da natureza estão em constante processo de interação.

Portanto, existe uma complexidade nas interações socioespaciais entre os atores sociais de Barra Grande que insistem em se eximir de suas responsabilidades com o meio ambiente, na medida em que parece existir uma preocupação geral com os problemas ambientais, embora predomine um estado de inércia entre gestores, comerciantes, moradores e turistas de Barra Grande.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O turismo sustentável apresenta-se como uma alternativa para os municípios costeiros realizarem a atividade de forma responsável, atendendo as necessidades de preservação sociocultural e ambiental dos espaços onde se desenvolve.

Apesar de ainda existir um ideário das ilhas como redutos do mundo selvagem, o que tem sido observado em determinados casos é o consumo e uso desregrado desses ambientes frágeis, de forma intensiva e descuidada. O exemplo do que tem acontecido em alguns desses lugares, muitas vezes explorado massivamente pelo turismo, pode ser constatado na Ilha de Itaparica, mais especificamente em algumas vilas do município de Vera Cruz, como é o caso da vila de Barra Grande.

Com os resultados desse estudo, percebe-se a complexidade dos processos socioambientais em ambientes sensíveis, como a Ilha de Itaparica, que obedece a diferentes dinâmicas, e que parecem se materializar com os aspectos comuns de degradação ambiental apresentados em outras áreas ambientalmente frágeis.

Na área de estudo existem problemas que tem desencadeado conflitos entre os atores sociais envolvidos no turismo, devido à falta de medidas regulatórias e de controle do poder público sobre a ocupação do seu território.

Neste sentido, observou-se duas realidades distintas: uma em que o turismo contribui para a geração de trabalho e renda na comunidade, e a outra que retrata o agravamento dos impactos socioambientais decorrentes, principalmente, do excesso de resíduo sólido em Barra Grande.

Os resultados mostram a necessidade de ampliar a atuação da gestão pública na vila de Barra Grande, principalmente quanto à melhoria da infraestrutura turística e dos serviços de limpeza e coleta do lixo, especialmente nas praias. Outro ponto relevante é a ausência de envolvimento dos atores sociais nos problemas socioespaciais do território estudado, que resultam em conflitos socioambientais do turismo de segunda residência em Barra Grande.

Outros aspectos interessantes observados é que existe a preocupação dos gestores públicos com as questões do turismo sustentável, mas estas não ultrapassam a fase de planejamento; os comerciantes locais reclamam da precariedade dos serviços públicos, mas

demonstram a falta de interesse no envolvimento dos problemas locais; por outro lado, os moradores de Barra Grande mostram-se insatisfeitos com os serviços públicos, acham o turismo importante para a comunidade, participam dos mutirões de limpeza que a associação de moradores promove, mas não cobram as melhorias que a vila necessita para desenvolver o turismo local; e os turistas reconhecem os problemas causados pelo turismo na localidade, tem uma boa convivência com a comunidade, mas não assumem a sua cota de responsabilidade com a preservação e cuidado com os espaços que consomem.

Verificou-se, portanto, uma desarticulação entre os atores sociais que, aliada à constante transferência de responsabilidade ambiental entre os grupos sociais, proporcionam conflitos socioambientais. Com isso, faz-se necessário um reordenamento das relações entre a sociedade e o meio físico, amparado por uma participação ativa a partir da organização dinâmica dos grupos sociais.

A análise dos conflitos através do discurso dos atores sociais e dos registros fotográficos confirma a hipótese de que existe uma desarticulação entre os atores sociais de Barra Grande gerada pela ausência de organicidade e de ações voltadas para o turismo e meio ambiente.

Com referência à área investigada, assim como o município de Vera Cruz como um todo, ficou claro que as referidas localidades necessitam de intervenções político-administrativas por meio da atuação dos gestores públicos, através da efetivação de políticas de desenvolvimento sustentável, ações sistêmicas que promovam o bem estar social naqueles espaços e de uma gestão ambiental compartilhada.

Neste sentido, o ambientalismo emerge culturalmente como um paradigma que exige uma mudança de postura nas mais diversas áreas do conhecimento e prática social. Com isso, se fazem necessárias maiores ações e políticas socioambientais voltadas para a conscientização e sensibilização desses atores sociais, em busca de um maior envolvimento e participação social.

A formalização de parcerias que contemplem o uso dos instrumentos legais, e de outras técnicas menos ortodoxas, viabiliza novos arranjos, que podem reverter-se em conquistas sociais, ambientais, políticas, culturais, éticas e, obviamente, econômicas. Estas dimensões, se integradas e equilibradas, são consideradas como fundamentais no equilíbrio

das sociedades. Ao alcançar este patamar, pode-se equacionar uma parte importante dos conflitos socioambientais identificados.

Neste aspecto, esse estudo foi norteado pela busca constante de encontrar respostas aos graves problemas que foram identificados no município de Vera Cruz e, mais especificamente, na vila de Barra Grande. Para tanto, após identificar os problemas e conflitos socioambientais elencados na pesquisa, faz-se necessário contribuir com o desafio de tornar aquele lugar mais sustentável, com sugestão de ações em âmbito local.

Portanto, recomenda-se as seguintes medidas aos gestores públicos:

- intensificação de ações de Educação Ambiental;
- melhoria da sinalização educativa nas praias, na Rodovia BA-001 e no comércio de Vera Cruz;
- reaproximação com a comunidade local, através de reuniões mais frequentes de sensibilização e conscientização;
- distribuição de panfletos informando o horário da coleta do lixo, principalmente na alta estação;
- disposição de lixeiras na vila e nas praias de Barra Grande; e implantação da coleta seletiva.

Certamente existem, em Barra Grande, outros problemas e conflitos não identificados através desse estudo, motivo pelo qual possibilitará outros pesquisadores a buscá-los e identifica-los, contribuindo para os estudos e pesquisas na Ilha de Itaparica.

6 REFERÊNCIAS

- ALBAGLI, Sarita. Território e territorialidade. In: LAGES, Vinícius (Et al). **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Rio de Janeiro: Relume Dumará / Brasília, DF: SEBRAE, 2004.
- ACSELRAD, H. (Org.) **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, Relume/Dumará, 2004.
- ACSELRAD, Henri. **Estudos avançados** 24 (68), 2010. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/ea/v23n68/10.pdf> Acesso em: 20 out./2014.
- ADAILTON, Franco. Ilha de Itaparica sofre com lixo acumulado nas localidades. **A TARDE**. Salvador-BA, 26 de janeiro de 2014, p. A11.
- ASSIS, Lenilton Francisco de. **Turismo de segunda residência: a expansão espacial do fenômeno e as possibilidades de análise geográfica**. Revista Território, Rio de Janeiro – Ano VII, nº 11, 12 e 13, set./out., 2003.
- ASSIS, Lenilton Francisco de. **Entre o turismo e o imobiliário: velhos e novos usos das segundas residências sob o enfoque da multiterritorialidade: Camocim/CE**. (Tese de Doutorado). São Paulo, 2012, USP. 279 p.
- ÁVILA, Marco Aurélio (Org.). **Política e planejamento em cultura e turismo**. Ilhéus: Editus, 2009.
- BADARÓ, Rui Aurélio de Lacerda, (Org.). **Turismo e direito: convergências**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2004.
- BARRETO, Margarita. **Planejamento responsável do turismo**. Campinas, SP: Papirus, 2005. – (Coleção Turismo)
- BARROS, A. J. da S.; LEHFELD, N. A. de S. **Projeto de pesquisa: propostas metodológicas**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 6.938**, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Leis Federais. Disponíveis em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil>>. Acesso em: 15 dez. 2013.
- BRASIL. Presidência da República. **Resolução CONAMA n. 1**, de 23 de janeiro de 1986. Publicada no DOU, de fevereiro de 1986, Seção 1: páginas 2548 – 2549. Disponíveis em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legislacao/conama_res_cons_1986_001.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2014.
- BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 7.661**, de 16 de maio de 1988. Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro. Leis Federais. Disponíveis em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil>>. Acesso em: 15 dez. de 2013.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 11.771**, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo e dá outras providências. Leis Federais. Disponíveis em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil>>. Acesso em: 15 dez. 2013.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 12.305**, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Leis Federais. Disponíveis em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil>>. Acesso em: 20 nov. 2013.

BREVE Memorial Descritivo. **Informações Sobre o Município de Vera Cruz**. Disponível em: <<http://www.veracruz.ba.gov.br>>. Acesso em: 12 set 2010.

CALDAS, Ana Helena Mousinho. **Análise da disposição de resíduos sólidos e da percepção dos usuários em áreas costeiras** – um potencial de degradação ambiental. Universidade Federal da Bahia – UFBA, Departamento de Engenharia Ambiental, Curso de Gerenciamento e tecnologias ambientais no Processo Produtivo, 2007.

CAMARGO, Patrícia de; CRUZ, Gustavo da, (Org.). **Turismo cultural: estratégias, sustentabilidade e tendências**. Ilhéus: Editus, 2009.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, um conceito chave da Geografia In: _____. **Geografia: Conceitos e temas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. – São Paulo: Futura, 1998.

DIEGUES, Antônio Carlos. **Ilhas e mares: simbolismo e imaginário**. São Paulo, Editora Hucitec, 1998.

DIEGUES, Antonio Carlos S. Desenvolvimento Sustentável ou Sociedades Sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas. In: _____. **Ecologia Humana e Planejamento em Áreas Costeiras**. 2. ed. São Paulo: NUPAUB/USP, 2001. p. 39-57.

FLORIANI, Dimas. **Conhecimento, meio ambiente & globalização**. 1ª ed. (ano 2004), 2ª tir./ Curitiba: Juruá, 2005.

FONTELES, José Osmar. **Turismo e impactos socioambientais**. São Paulo: Aleph, 2004.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HÜFFNER, João Gabriel Pinheiro. **Estudo sobre os impactos do turismo em áreas naturais em processo de urbanização: o caso da ilha de Cotijuba, Belém-PA**. - (Dissertação). Universidade da Amazônia – UNAMA, Programa de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano, 2011.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. 2014. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=293010>>. Acesso em: 10 out. 2014.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**; tradução de Lúcia Mathilde Endrich Orth. 7ª ed. – Petrópolis, RJ : Vozes, 2009.

LOHMANN, G.; PANOSSO NETTO, A. **Teoria do Turismo**: Conceitos, modelos e sistemas. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2012. (Série Turismo)

LUBISCO, Nidia M. L.; VIEIRA, Sonia C.; SANTANA, Isnaia V. (Orgs). **Manual de estilo acadêmico**: monografias, dissertações e teses. 4. ed. rev. e amp. Salvador: EDUFBA, 2008.

MINAYO, M. C. S. (Org). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

OLIVEIRA, Anízia Conceição Cabral de Assunção; MELO e SOUZA, Rosemeri. Proposta de usos recomendados como subsídio ao ordenamento do espaço costeiro. In: **Conservação Ambiental e Planejamento Territorial**: desafios da gestão e da participação social. / Organizadoras Rosemeri Melo e Souza, Maria do Socorro Ferreira da Silva. – Porto Alegre: Redes Editora, 2013.

QUEIROZ, Odaléia Telles M.; SENA, Maria de Fátima A. Impactos Ambientais e sócio-culturais do turismo de segunda residência: o caso do povoado de Ponta da Tulha, Ilhéus, Ba. In: AVILA, Marco Aurélio (Org.). **Política e planejamento em cultura e turismo**. Ilhéus: Editus, 2009.

RODRIGUES, Arlete Moysés. A produção e o consumo do espaço para o turismo e a problemática ambiental. In: YÁZIGI, Eduardo (Org.). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

RUSCHMANN, Doris van de Meene. **Turismo e planejamento sustentável**: a proteção do meio ambiente. – Campinas, SP : Papyrus, 1997 – (Coleção Turismo).

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Organização de P. Stroh. Rio de Janeiro: Geramond, 2000.

SANCHÉZ, Luis Henrique. **Avaliação de impacto ambiental**: conceitos e métodos. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. **Desenvolvimento Sustentável e Turismo**: implicações de um novo estilo de desenvolvimento humano na atividade turística. – Blumenau: Edifurb; Florianópolis: Bernúncia, 2004.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. 2. Reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. – (Coleção Milton Santos; 1)

SANTOS, Priscila Pereira dos; VILAR, José Wellington Carvalho. A segunda residência no litoral sergipano: conflitos territoriais e ambientais. In: _____. **Conflitos ambientais em Sergipe**. 1. ed. – Aracaju: IFS, 2014.

SILVA, Kelson de Oliveira. **A residência secundária no Brasil**: dinâmica espacial e contribuições conceituais. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2012.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: _____. **Geografia: Conceitos e temas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

THEODORO, Suzi Huff (Org.). **Mediação de conflitos socioambientais**. – Rio de Janeiro: Geramond, 2005. 220p. 16x23cm – (Terra mater).

TRIVINOS, Augusto N.S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. 17. Reimp. São Paulo: Atlas, 2008.

TULIK, Olga. **Turismo e meios de hospedagem: casas de temporada**. São Paulo: Roca, 2001.

VERA CIDADE (Revista). **A riqueza natural e do povo de Vera Cruz**. (Projeto especial de Marketing do jornal A Tarde em co-produção com a Prefeitura de Vera Cruz (PMVC), publicado em 31/07/2011), Salvador, Bahia.

VIEIRA, Imário. Turismo de segunda residência em Praia Grande, SP. **Dissertação de Mestrado em Geografia Humana** – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP. São Paulo, 2008, 230f.

VILAR, José Wellington Carvalho; VIEIRA, Lício Valério Lima. A dinâmica sócio-demográfica e os conflitos territoriais no litoral sul de Sergipe. In: ARAÚJO, Hélio Mário de; VILAR, José Wellington Carvalho (Orgs). **Território, meio ambiente e turismo no litoral sergipano**. São Cristóvão: Editora UFS, 2010.

YÁZIGI, Eduardo. O litoral como patrimônio natural e cultural. In: _____. **Turismo e patrimônio cultural**. 4. ed. São Paulo : Contexto, 2007. P. 123 – 130.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA: SECRETÁRIO DE TURISMO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

ENTREVISTA – GESTOR PÚBLICO MUNICIPAL

Data de aplicação: ____/____/____

Pesquisador: _____

I – IDENTIFICAÇÃO (SECRETARIA DE TURISMO)

1. Nome completo: _____
2. Cargo/função: _____
3. Período de atuação: _____

II – TURISMO NO MUNICÍPIO DE VERA CRUZ - BA

4. Que ações e/ou projetos tem sido desenvolvidos para o turismo no município?
5. Que benefícios o turismo tem proporcionado para a municipalidade?
6. Quais as dificuldades encontradas para o desenvolvimento do turismo em Vera Cruz-BA?
7. A Secretaria de Turismo trabalha de forma integrada com outras secretarias? De que forma?
8. Como é feita a conscientização da comunidade para o desenvolvimento do turismo?
9. Qual a percentagem de arrecadação que o turismo gera em Vera Cruz?
10. Como o senhor avalia a atividade turística em Vera Cruz-Ba?

III – TURISMO NA VILA DE BARRA GRANDE

11. Como a Secretaria de Turismo tem planejado e gerido o turismo local?
12. Como o senhor (a) caracteriza a infraestrutura turística de Barra Grande?
13. Que ações têm sido tomadas para melhorar a infraestrutura turística nesta vila?
14. Qual a principal origem dos turistas que visita Barra Grande?
15. Como o Turismo de Segunda Residência tem se desenvolvido em Barra Grande?
16. Em sua opinião, quais os impactos socioambientais do Turismo de Segunda Residência em Barra Grande?

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA: DIRETORA DE MEIO AMBIENTE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

ENTREVISTA – GESTOR PÚBLICO MUNICIPAL

Data de aplicação: ____/____/____

Pesquisador: _____

I – IDENTIFICAÇÃO (SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE)

1. Nome completo: _____
2. Cargo/função: _____
3. Período de atuação: _____

II – MEIO AMBIENTE NO MUNICÍPIO DE VERA CRUZ - BA

4. Que ações e/ou projetos tem sido desenvolvidos sobre o Meio Ambiente no município?
5. Que instrumentos de controle e fiscalização são utilizados para monitoramento do meio ambiente no município?
6. Quais os impactos positivos e negativos causados pelo turismo na municipalidade?
7. A Secretaria de Meio Ambiente tem trabalhado de forma integrada com outras secretarias? Como?
8. Existe algum trabalho de Educação Ambiental em Vera Cruz-Ba?

III – MEIO AMBIENTE NA VILA DE BARRA GRANDE

9. Como a secretaria tem planejado e gerido o Meio Ambiente em Barra Grande?
10. Que problemas ambientais podem ser identificados na vila de Barra Grande?
11. Que ações têm sido tomadas para minimizar estes problemas?
12. Como é realizada a manutenção das praias? Existe Coleta Seletiva?
13. Em sua opinião, quais os impactos socioambientais do Turismo de Segunda Residência em Barra Grande?

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO: COMERCIANTES LOCAIS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

QUESTIONÁRIO – COMERCIANTES LOCAIS

Data de aplicação: ____/____/____

Pesquisador: _____

I Parte: Aspectos sócio-econômicos.

1. Idade:

- ☐ 18 a 22 anos
☐ 23 a 27 anos
☐ 28 a 32 anos
☐ 33 a 37 anos
☐ 38 a 42 anos
☐ 43 a 47 anos
☐ 48 a 52 anos
☐ 53 a 57 anos
☐ Mais de 58 anos

2. Gênero:

- ☐ Masculino
☐ Feminino

3. Escolaridade:

- ☐ Fundamental Incompleto
☐ Fundamental completo
☐ Nível Médio Incompleto
☐ Nível Médio completo
☐ Nível Superior Completo
☐ Nível Superior Incompleto
☐ Especialização
☐ Mestrado
☐ Doutorado

4. Cidade / Estado / País de origem:

- ☐ Salvador / Bahia / Brasil
☐ Outros: _____

5. Mora em Barra Grande? Há quantos anos? _____

6. Qual a sua profissão/comércio?

7. Qual a situação do seu comércio?

- ☐ Próprio
☐ Alugado
☐ Emprestado por: ☐ amigo
☐ familiar

8. Este imóvel é utilizado apenas para comércio?

9. Alguém de sua família trabalha no seu empreendimento? Se sim, quem e qual atividade?

10. Qual a faixa renda familiar?

- ☐ 01 a 03 salários mínimos
☐ 04 a 06 salários mínimos
☐ 07 a 10 salários mínimos
☐ Acima de 10 salários mínimos

II Parte – Aspectos Turísticos em Barra Grande.

11. Como o senhor avalia o fluxo turístico em Barra Grande?

- ☐ Ruim ☐ Boa ☐ Ótima

12. Quais os aspectos positivos causados pelo turismo em Barra Grande?

13. E quanto aos aspectos negativos causados pelo turismo em Barra Grande?

14. Como o poder público (prefeitura, estado) tem contribuído para o turismo em Barra Grande?

15. Existe coleta seletiva do lixo pela prefeitura de Barra Grande?

16. Os produtos que o senhor comercializa são voltados principalmente para:

() Moradores do local () Turistas

III Parte – Aspectos sócio-ambientais.

17. Na sua opinião, o turismo contribui para a melhoria da qualidade de vida da comunidade?

Porquê?

18. Qual o nível de consumo dos turistas que frequentam o seu estabelecimento?

- () Baixo
() Médio
() Alto

19. Em sua opinião, como o turista age em relação ao meio ambiente em Barra Grande?

20. E quanto a comunidade local?

21. Como você avalia a atuação da prefeitura na vila e nas praias de Barra Grande, quanto à Limpeza Pública?

() Ruim - () Boa - () Ótima

Por quê?

22. E quanto à Coleta de Lixo?

() Ruim - () Satisfatória - () Ótima

Por quê?

23. E quanto à limpeza das praias?

() Ruim - () Boa - () Ótima

Por quê?

24. Existe algum programa de Educação Ambiental em Barra Grande?

() Sim () Não

Se sim, qual?

25. Como você acondiciona o lixo gerado pelo seu estabelecimento?

26. Cite 02 problemas que podem causar prejuízos ao meio ambiente em Barra Grande?

27. O que os comerciantes têm feito para mudar essa realidade?

APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO: MORADORES LOCAIS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

QUESTIONÁRIO – MORADORES LOCAIS

Data de aplicação: ____/____/____

Pesquisador: _____

I Parte: Aspectos sócio-econômicos.

- | | |
|--|---|
| <p>1. Idade:</p> <p>☐ 18 a 22 anos</p> <p>☐ 23 a 27 anos</p> <p>☐ 28 a 32 anos</p> <p>☐ 33 a 37 anos</p> <p>☐ 38 a 42 anos</p> <p>☐ 43 a 47 anos</p> <p>☐ 48 a 52 anos</p> <p>☐ 53 a 57 anos</p> <p>☐ Mais de 58 anos</p> <p>2. Gênero:</p> <p>☐ Masculino</p> <p>☐ Feminino</p> <p>3. Estado Civil:</p> <p>☐ Solteiro</p> <p>☐ Casado</p> <p>☐ Amasiado/Companheiro</p> <p>☐ Separado / divorciado</p> <p>☐ Viúvo</p> <p>4. Escolaridade:</p> <p>☐ Fundamental Incompleto</p> <p>☐ Fundamental completo</p> <p>☐ Nível Médio Incompleto</p> <p>☐ Nível Médio completo</p> <p>☐ Nível Superior Completo</p> <p>☐ Nível Superior Incompleto</p> <p>☐ Pós-graduação</p> <p>5. Cidade / Estado / País de origem:</p> <p>☐ Salvador / Bahia / Brasil</p> <p>☐ Outros: _____</p> <hr/> <p>6. Qual a sua profissão?</p> | <p>7. Número de filhos:</p> <p>☐ Não tem filhos</p> <p>☐ 01 filho</p> <p>☐ 02 filhos</p> <p>☐ 03 filhos</p> <p>☐ 04 a 05 filhos</p> <p>☐ 06 a 07 filhos</p> <p>☐ Mais de 08 filhos</p> <p>8. Qual a situação do seu imóvel?</p> <p>☐ Próprio</p> <p>☐ Alugado</p> <p>☐ Emprestado por: ☐ amigo</p> <p style="padding-left: 150px;">☐ familiar</p> <p>9. Há quantos anos o senhor mora em Barra Grande? O que o levou a morar aqui? _____</p> <hr/> <p>10. Este imóvel sempre foi utilizado para moradia ou já foi destinado para veraneio?</p> <hr/> <hr/> <p>11. Qual a faixa de renda familiar?</p> <p>☐ 01 a 03 salários mínimos</p> <p>☐ 04 a 06 salários mínimos</p> <p>☐ 07 a 10 salários mínimos</p> <p>☐ Acima de 10 salários mínimos</p> |
|--|---|

II Parte – Aspectos Turísticos em Barra Grande.

12. Como o senhor avalia o fluxo turístico em Barra Grande?
☐ Ruim ☐ Boa ☐ Ótima

13. Quais os aspectos positivos causados pelo turismo em Barra Grande?

14. E quanto aos aspectos negativos causados pelo turismo em Barra Grande?

15. Como o poder público (prefeitura, estado) tem contribuído para o turismo em Barra Grande?

16. Como você avalia a atuação da prefeitura na vila e nas praias de Barra Grande, quanto à Limpeza Pública?

☐ Ruim - ☐ Boa - ☐ Ótima

Por quê?

17. E quanto à Coleta de Lixo?

☐ Ruim - ☐ Satisfatória - ☐ Ótima

Por quê?

18. E quanto ao abastecimento de água?

☐ Ruim ☐ Satisfatório ☐ Ótimo

Por quê?

19. Existe coleta seletiva em Barra Grande?

☐ Sim ☐ Não

III Parte – Aspectos sócio-ambientais.

20. Alguém de sua família trabalha com atividades ligadas ao turismo em Barra Grande? Se sim, quem e qual atividade?

21. Em sua opinião, o turismo contribui para a melhoria da qualidade de vida da comunidade?

☐ Sim ☐ Não

Porquê?

22. Como é a convivência entre os moradores locais e os turistas?

☐ Ruim ☐ Boa ☐ Ótima

Dê um exemplo:

23. Em sua opinião, como o turista age em relação ao meio ambiente em Barra Grande?

24. E quanto aos comerciantes locais?

25. Existe algum programa de Educação Ambiental em Barra Grande?

☐ Sim ☐ Não

Se sim, qual?

26. Cite 02 problemas que podem causar prejuízos ao meio ambiente em Barra Grande?

27. O que você e sua família fazem para minimizar os efeitos negativo ao meio ambiente?

APÊNDICE E – QUESTIONÁRIO: TURISTAS DE SEGUNDA RESIDÊNCIA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

QUESTIONÁRIO – TURISTAS DE SEGUNDA RESIDÊNCIA

Data de aplicação: ____/____/____

Pesquisador: _____

I Parte: Aspectos sócio-econômicos.

1. Idade:

- ☐ 18 a 22 anos
- ☐ 23 a 27 anos
- ☐ 28 a 32 anos
- ☐ 33 a 37 anos
- ☐ 38 a 42 anos
- ☐ 43 a 47 anos
- ☐ 48 a 52 anos
- ☐ 53 a 57 anos
- ☐ Mais de 58 anos

2. Gênero:

- ☐ Masculino
- ☐ Feminino

3. Estado Civil:

- ☐ Solteiro
- ☐ Casado
- ☐ Amasiado/Companheiro
- ☐ Separado / divorciado
- ☐ Viúvo

4. Cor:

- ☐ Branco
- ☐ Pardo
- ☐ Negro

5. Escolaridade:

- ☐ Fundamental Incompleto
- ☐ Fundamental completo
- ☐ Nível Médio Incompleto
- ☐ Nível Médio completo
- ☐ Nível Superior Completo
- ☐ Nível Superior Incompleto
- ☐ Especialização
- ☐ Mestrado
- ☐ Doutorado

6. Cidade / Estado / País de origem:

- ☐ Salvador / Bahia / Brasil
- ☐ Outros: _____

7. Qual a renda familiar?

- ☐ 01 a 03 salários mínimos
- ☐ 04 a 06 salários mínimos
- ☐ 07 a 10 salários mínimos
- ☐ Acima de 10 salários mínimos

8. Número de filhos:

- ☐ Não tem filhos
- ☐ 01 filho
- ☐ 02 filhos
- ☐ 03 filhos
- ☐ 04 a 05 filhos
- ☐ 06 a 07 filhos
- ☐ 08 a 09 filhos
- ☐ Mais de 10 filhos

II Parte – Dados sobre o imóvel e sua utilização.

9. Qual a situação do imóvel?

- ☐ Próprio
- ☐ Alugado
- ☐ Emprestado por: ☐ amigo
☐ familiar

10. Desde quando possui este imóvel? Ano: _____

11. Qual a frequência de utilização do imóvel durante o ano?

- ☐ Todos os finais de semana
- ☐ Quinzenalmente
- ☐ Mensalmente

- () Somente durante as Férias e feriados
 () 02 a 03 vezes ao ano
 () 01 vez ao ano

12. Qual o período do ano em que há maior ocupação do imóvel?

- () Meses de Dezembro a Fevereiro
 () Meses de Março a Maio
 () Meses de Junho a Agosto
 () Meses de Setembro a Novembro

13. Quantas pessoas geralmente freqüentam a casa? _____

14. Quais as maiores motivações da família e/ou amigos para a utilização do imóvel?

- () Moradia
 () Descanso nos finais de semana
 () Passeio e lazer
 () Ócio
 () Negócios / Trabalho
 () Outros. Qual: _____

III Parte – Aspectos sócio-ambientais.

15. Você utiliza os serviços oferecidos pela comunidade, ao ocupar o imóvel?

- () Não () Sim

16. Se sim, quais?

- () Mercados
 () Mercarias
 () Ambulantes / Vendedores autônomos
 () Artesanato Local
 () Restaurantes
 () Barracas de Praia
 () Comércio Local

() Outros. Quais:

17. E quanto a mão-de-obra local, é utilizada por sua família e/ou amigos? De que forma? _____

18. Na sua opinião, o turismo tem contribuído para a melhoria da qualidade de vida da comunidade?

Porquê? _____

19. A comunidade local tem se mostrado hospitaleira com os turistas? De que forma?

20. Na sua opinião, como a comunidade local tem agido em relação ao meio ambiente em Vera Cruz-Bahia?

21. Como você avalia a atuação da prefeitura na vila e nas praias de Barra Grande, quanto à Limpeza Pública?

- () Ruim - () Boa - () Ótima

Porquê?

22. E quanto à Coleta de Lixo?

- () Regular - () Satisfatória - () Ótima

Porquê?

23. Que problemas você reconhece que podem causar prejuízos ao meio ambiente em Vera Cruz-Ba?

24. O que você e sua família têm feito para mudar essa realidade?
